

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL,
AMBIENTE E POLÍTICAS PÚBLICAS

FILIPPE GARCIA TEIXEIRA

**OS INVESTIMENTOS PÚBLICOS EM ÁREAS VERDES E A PRODUÇÃO DO
ESPAÇO URBANO EM CAMPOS DOS GOYTACAZES (RJ)**

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ
2019

FILIFE GARCIA TEIXEIRA

**OS INVESTIMENTOS PÚBLICOS EM ÁREAS VERDES E A PRODUÇÃO DO
ESPAÇO URBANO EM CAMPOS DOS GOYTACAZES (RJ)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Linha de pesquisa: Ambiente, Sociedade e Desenvolvimento.

Orientador:

Prof. Dr. Marco Antônio Sampaio Malagoli

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ
2019

Ficha catalográfica automática - SDC/BUGG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

T266i Teixeira, Filipe Garcia
OS INVESTIMENTOS PÚBLICOS EM ÁREAS VERDES E A PRODUÇÃO DO
ESPAÇO URBANO EM CAMPOS DOS GOYTACAZES (RJ) / Filipe Garcia
Teixeira ; Marco Antônio Sampaio Malagoli, orientador. Campos
dos Goytacazes, 2019.
140 f. : il.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense,
Campos dos Goytacazes, 2019.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGDAP.2019.m.06184854658>

1. Áreas verdes. 2. Espaço urbano. 3. Investimentos
públicos. 4. Segregação socioespacial. 5. Produção
intelectual. I. Malagoli, Marco Antônio Sampaio, orientador.
II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências da
Sociedade e Desenvolvimento Regional. III. Título.

CDD -

FILIPPE GARCIA TEIXEIRA

**OS INVESTIMENTOS PÚBLICOS EM ÁREAS VERDES E A PRODUÇÃO DO
ESPAÇO URBANO EM CAMPOS DOS GOYTACAZES (RJ)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Aprovada em 05 de julho de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marco Antônio Sampaio Malagoli (Orientador) – UFF

Prof.^a Dr.^a Antenora Maria da Mata Siqueira – UFF

Prof. Dr. Marcos Antônio Silvestre Gomes – UFTM

Prof.^a Dr.^a Tatiana Tramontani Ramos – UFF

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ
2019

Dedico este trabalho às experiências vividas e compartilhadas. Por tudo que vi, vivi e aprendi.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho;

Ao professor Dr. Marco Antônio Sampaio Malagoli, por ter feito contribuições valiosas, além de ter me orientado de forma clara e muito didática;

Às professoras Antenora Siqueira e Tatiana Tramontani, pelo tempo dedicado a este trabalho e pelas considerações propostas, certamente muito oportunas;

Ao professor Marcos Silvestre Gomes, por suas excelentes contribuições, que certamente influenciaram de forma decisiva esta pesquisa;

Aos professores do PPGDAP da UFF Campos, por terem proporcionado ao longo desses dois anos momentos de muita aprendizagem e debates enriquecedores;

Ao Instituto Federal Fluminense, por ter permitido ausentar-me durante um ano para me dedicar integralmente à pesquisa;

Aos amigos de longa data pelo apoio, companheirismo, atenção, carinho e, principalmente, por não terem permitido que a distância atrapalhasse nossa relação de amizade;

Aos novos amigos de Itaperuna, que têm compartilhado comigo momentos de alegria, mas também de tristezas, principalmente nesses últimos anos;

Aos amigos da turma do PPGDAP 2017, vocês foram únicos e com certeza nossa amizade permanecerá para além do mestrado;

Aos amigos Marcelo Vianna e Henriette Cury, pelo apoio de sempre;

À toda minha família, pelo apoio incondicional nos momentos mais difíceis;

E por último, mas não menos importante, agradeço à Deus por sempre estar presente na minha vida, me dando forças e me fazendo acreditar que nunca é tarde para recomeçar e se reinventar.

*Tá vendo aquele edifício, moço?
Ajudei a levantar
Foi um tempo de aflição
Eram quatro condução
Duas pra ir, duas pra voltar*

*Hoje depois dele pronto
Olho pra cima e fico tonto
Mas me vem um cidadão
E me diz desconfiado
Tu tá aí admirado
Ou tá querendo roubar?*

*Meu domingo tá perdido
Vou pra casa entristecido
Dá vontade de beber
E pra aumentar meu tédio
Eu nem posso olhar pro prédio
Que eu ajudei a fazer*

(...)

*Cidadão
Lucio Barbosa*

RESUMO

A presença de áreas verdes, como parques, praças e jardins no espaço urbano, é um fator que vem contribuindo para a valorização do solo em algumas cidades brasileiras. A partir dos discursos da qualidade ambiental e da sustentabilidade, a “natureza” é evidenciada e seus atributos são colocados como indicadores irrefutáveis para a melhora da qualidade de vida. No entanto, na medida em que os investimentos públicos em áreas verdes também contribuem para a especulação imobiliária, estes tendem a favorecer processos de segregação socioespacial. O município de Campos dos Goytacazes/RJ vem passando por significativas transformações urbanas nas últimas décadas que foram intensificadas pela chegada do Complexo Logístico e Industrial do Porto do Açú (CLIPA) e pela dinamização da economia do petróleo. O objetivo deste trabalho é analisar os investimentos públicos em áreas verdes no município de Campos dos Goytacazes/RJ, assim como identificar a presença destes espaços na malha urbana no distrito sede do referido município. Para a estruturação metodológica da pesquisa, além da bibliografia especializada no tema e para a área selecionada, realizamos pesquisa documental no Diário Oficial do município e entrevistas semiestruturadas com gestores municipais e com o público que frequenta tais áreas verdes, esclarecendo o processo decisório para a destinação dos recursos públicos a estas áreas e avaliando-as qualitativamente. Entre os resultados, podemos constatar a escassez de áreas verdes em Campos, sendo a maioria dessas áreas localizadas nos bairros de maior renda e valor do solo, o que favorece, nesse sentido, a população de alto *status* socioeconômico. Constatamos, ainda, que o poder público não vem priorizando a manutenção de áreas verdes, pois muitas se encontram em estado de abandono e em processo de deterioração, comprometendo assim sua plena utilização por parte dos frequentadores. Verificamos que os agentes imobiliários vêm se apropriando do discurso da “natureza” para vender seus imóveis tanto nos bairros com mais amenidades ambientais, quanto nos condomínios fechados, o que reforça a ideia de que a natureza é restrita somente às pessoas que possuem determinado poder aquisitivo. Neste sentido, esperamos que este trabalho colabore com a ampliação do debate sobre a criação de áreas verdes no município, contribuindo para a implementação de políticas públicas e reduzindo práticas segregacionistas.

Palavras-chave: Áreas Verdes; Espaço Urbano; Investimentos Públicos; Segregação Socioespacial.

ABSTRACT

The presence of green areas, such as parks, squares and gardens in urban space, is a factor of contribution for the valorization of the soil in some Brazilian cities. From the discourses of environmental quality and sustainability, the “nature” is highlighted and its attributes are put as irrefutable indicators for improving the quality of life. However, as public investments in green areas also contribute to real estate speculation, they tend to favor processes of socio-spatial segregation. The city of Campos dos Goytacazes/RJ has been undergoing significant urban transformations in the last decades that were intensified by the arrival of the Logistics and Industrial Complex of Porto do Açú (CLIPA) and the dynamization of the oil economy. The objective of this paper is to analyze the public investments in green areas in the city of Campos dos Goytacazes/RJ, as well as to identify the presence of these spaces in the urban network in the district of the city. For the methodological structuring of the research, in addition to the specialized literature on the theme and to the selected area, we conducted documentary research in the city's Official Gazette and semi-structured interviews with municipal managers and the public who frequent such green areas, clarifying the decision-making process for the destination public resources to these areas and assessing them qualitatively. Among the results, we can see the scarcity of green areas in Campos, and most of these areas are located in the neighborhoods with higher income and soil value, which favors, in this sense, the population of high socioeconomic status. We also noticed that the public authorities have not been prioritizing the maintenance of green areas, as many are in a state of abandonment and in the process of deterioration, thus compromising their full use by the visitors. Real estate agents have been appropriating the “nature” discourse to sell their properties both in neighborhoods with more environmental amenities and in gated communities, which reinforces the idea that nature is restricted only to people who have a certain purchasing power. In this sense, we hope that this work will collaborate with the broadening of the debate on the creation of green areas in the municipality, contributing to the implementation of public policies and reducing segregationist practices.

Keywords: Green Areas; Urban Space; Public Investment; Socio-espacial Segregation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 – UM DIÁLOGO ENTRE NATUREZA E CIDADE	18
1.1 UM HISTÓRICO SOBRE A PRESENÇA DA NATUREZA NA CIDADE.....	18
1.2 A CRISE AMBIENTAL E A NECESSIDADE DA NATUREZA	23
1.3 A NATUREZA E A CIDADE NO CONTEXTO CAPITALISTA NEOLIBERAL	27
1.4 A MERCANTILIZAÇÃO DA NATUREZA NO ESPAÇO URBANO.....	33
1.5 O PAPEL DO ESTADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS	37
CAPÍTULO 2 - A DINAMIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES À LUZ DAS TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS....	41
2.1 A ECONOMIA E A TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO.....	41
2.2 A EXPANSÃO DOS CONDOMÍNIOS FECHADOS EM CAMPOS DOS GOYTACAZES	51
2.2.1 A mercantilização da natureza em Campos dos Goytacazes.....	55
2.3 O MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES E O PLANEJAMENTO URBANO	59
CAPÍTULO 3 – AS ÁREAS VERDES URBANAS EM CAMPOS DOS GOYTACAZES	67
3.1 CONSTRUINDO O CONCEITO DE ÁREA VERDE.....	67
3.2 OS INVESTIMENTOS PÚBLICOS EM ÁREAS VERDES E A PROBLEMÁTICA SOCIOESPACIAL	78
3.3 ANÁLISE QUALITATIVA DAS ÁREAS VERDES E A INTERAÇÃO SOCIAL.....	97
3.3.1 Parque Lagoa do Vigário.....	99
3.3.2 Praça Barão do Rio Branco (Jardim do Liceu).....	105
3.3.3 Praça da República (praça da rodoviária).....	107
3.3.4 Praça Nilo Peçanha (Jardim São Benedito).....	110
3.3.5 Horto Municipal	112
3.3.6 Praça dos Trovadores.....	115
3.3.7 Praça Poeta Antônio Roberto Fernandes	117
3.3.8 As entrevistas.....	121
3.4 A EXPANSÃO URBANA E A PROPOSTA DOS PARQUES	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	133
REFERÊNCIAS	136

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da Localização de Campos dos Goytacazes/RJ	42
Figura 2 - Casas do programa Morar Feliz da prefeitura de Campos dos Goytacazes, localizadas no bairro Parque Eldorado	44
Figura 3 - Edifícios acima de seis pavimentos, criados entre 2010 e 2018, nos bairros de Campos dos Goytacazes/RJ.....	47
Figura 4 - Aspecto da verticalização do Parque Avenida Pelinca e seus arredores no município de Campos dos Goytacazes/RJ.....	50
Figura 5 – Mapa da localização dos condomínios horizontais fechados em Campos dos Goytacazes/RJ	53
Figura 6 - Propaganda do condomínio fechado Alphaville.....	55
Figura 7 - Propaganda do condomínio Damha.....	56
Figura 8 - Empreendimento Villa Real, localizado no bairro Alphaville.....	57
Figura 9 - Anúncio do empreendimento Le Jardin Vert.....	58
Figura 10 - Lançamento do empreendimento Arboretto no Bairro Flamboyant.....	58
Figura 11 - Praça Barão do Rio Branco (Jardim do Liceu)	73
Figura 12 - Praça da República.....	73
Figura 13 - Praça Nilo Peçanha (Jardim São Benedito)	74
Figura 14 - Parque Municipal Lagoa do Vigário.....	74
Figura 15 - Horto Municipal.....	75
Figura 16 - Praça dos Trovadores.....	75
Figura 17 - Praça Poeta Antônio Roberto Fernandes	76
Figura 18 - Mapa de localização das áreas verdes em Campos dos Goytacazes/RJ	77
Figura 19 - Campos dos Goytacazes-RJ: Preço do solo (m ²) - 2011.....	80
Figura 20 - Evolução dos Royalties e Participações Especiais em Campos dos Goytacazes/RJ: 2010-2018.....	89
Figura 21 - Mapa de localização das áreas verdes e valor médio do solo urbano, por setor	92
Figura 22 - Localização das áreas verdes e rendimento médio nominal mensal dos domicílios (R\$), segundo áreas intraurbanas de Campos dos Goytacazes/RJ	94
Figura 23 - Moradias ainda presentes no parque Lagoa do Vigário.....	100
Figura 24 - Vista do Parque Lagoa do Vigário.....	103
Figura 25 - Esgoto a céu aberto e lixo às margens da lagoa. Ao fundo, a lagoa.	103
Figura 26 - Estruturas infantis totalmente danificadas	104
Figura 27 - Presença de animal pastando no parque	104
Figura 28 - Aspecto arbóreo do Jardim do Liceu	106
Figura 29 - Acúmulo de lixo no interior de um dos coretos.....	106
Figura 30 - Aspecto arbóreo da Praça da República	108
Figura 31 - Equipamentos em péssimo estado de conservação.....	109
Figura 32 - Aspecto do abandono da praça	109
Figura 33 - Aspecto arbóreo e paisagístico do Jardim São Benedito. Ao fundo, o prédio da Academia Campista de Letras	111

Figura 34 - Equipamentos infantis em bom estado de conservação.....	111
Figura 35 - Parte dos frequentadores ocupando as quadras esportivas. Ao fundo, a verticalização do entorno.....	112
Figura 36 - Aspecto do tratamento paisagístico do Horto Municipal.....	114
Figura 37 - Aspecto arbóreo do Horto Municipal	114
Figura 38 - Aspecto arbóreo da Praça dos Trovadores.....	116
Figura 39 - Aspecto do parque infantil.....	116
Figura 40 - Aspecto da vegetação da Praça Poeta Antônio Roberto Fernandes.....	118
Figura 41 - Banco da praça deteriorado.....	118
Figura 42 - Brinquedo infantil apresentando fortes sinais de deterioração	119
Figura 43 - Edifício em frente à Praça dos Trovadores	120
Figura 44 - Edifício em frente à Praça Poeta Antônio Fernandes	120
Figura 45 - Localização dos condomínios horizontais fechados de Campos dos Goytacazes e a proposta dos parques urbanos.....	129

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Investimentos públicos em praças e áreas verdes no período de 2010 a 2018 e as características de renda e valor do solo por setor.....	81
Tabela 2 - Valor total gasto com praças e áreas verdes e renda por setor no período de 2010 a 2018	85
Tabela 3 - Gastos com praças e áreas verdes por ano, no período de 2010 a 2018.....	87
Tabela 4 - Investimentos públicos nas áreas verdes entre 2010 e 2018	91
Tabela 5 - Áreas verdes e dados socioespaciais	93
Tabela 6 - Bairros que possuem áreas verdes e suas respectivas populações	96

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Condomínios próximos ao Horto Municipal.....	113
---	-----

INTRODUÇÃO

A realidade urbana contemporânea nos coloca diante de problemas cada vez mais complexos. Para Lefebvre (2002), as cidades capitalistas inseridas na lógica do mercado de consumo se tornam o lócus das contradições, configurando-se como o espaço ideal para a reprodução do capital, no qual transforma o valor de uso do espaço no valor de troca. Nesta lógica de mercado, várias contradições passam a fazer parte da realidade dos que habitam o espaço urbano. Processos de expropriação, especulação imobiliária e segregação socioespacial se fazem cada vez mais presentes, o que acaba produzindo uma cidade cada vez mais contraditória, onde determinadas áreas são mais valorizadas em detrimento de outras.

Neste sentido, o presente trabalho parte da problematização a respeito da localização das áreas verdes públicas urbanas na cidade de Campos dos Goytacazes/RJ, e em que medida o poder público atua na criação e conservação desses espaços. Assim, para a construção do escopo teórico, buscamos diversas fontes bibliográficas que trazem à lume o processo de valorização do solo urbano, tendo como pano de fundo o discurso ambiental e a implementação de elementos na cidade que exaltam a natureza como parques, praças e jardins.

Alguns autores, como Serpa (2013), Henrique (2009) e Gomes (2009), evidenciam que a constituição de áreas verdes nas cidades contemporâneas pautadas no discurso da sustentabilidade urbana e da qualidade de vida se torna um instrumento que leva à especulação imobiliária, colaborando para a valorização de determinados bairros, principalmente aqueles ocupados pela população de alta renda. Assim, buscamos trazer estas reflexões teóricas para a realidade do município de Campos, identificando e analisando em que medida os investimentos públicos em áreas verdes vem se materializando no espaço urbano local frente às novas dinâmicas socioeconômicas.

O primeiro cuidado que tivemos foi estabelecer um recorte espacial, pois nossa intenção não era abarcar toda a extensão territorial do município, mas apenas o primeiro distrito, o distrito sede. Pensamos que este distrito, por concentrar a maior parte dos habitantes e dos investimentos públicos, seria o mais representativo para nossa análise. Além disso, as transformações socioespaciais e econômicas, devido à chegada do Complexo Logístico e Industrial do Porto do Açú (CLIPA) e da dinamização da

economia do petróleo, incidem de forma mais incisiva no primeiro distrito. Por isso nossa opção por este recorte espacial.

Desta forma, apoiamo-nos em bibliografias que abordam as transformações recentes no espaço urbano de Campos, principalmente após a chegada do Porto do Açú e da dinamização da economia do petróleo. Estes dois fatores provocaram intensas transformações socioespaciais, às quais levaram a uma crescente dinamização do mercado imobiliário. Dentre as principais transformações no espaço urbano, destacamos: o aumento da verticalização urbana, principalmente em áreas mais valorizadas; o aumento de condomínios horizontais fechados nas áreas de expansão urbana; e a implementação de conjuntos habitacionais populares, como o Morar Feliz, que levou à remoção de uma parte significativa da população, a qual a prefeitura julgava viver em “áreas de risco”.

Sendo assim, o objetivo geral deste trabalho é analisar os investimentos públicos em áreas verdes urbanas na cidade de Campos dos Goytacazes, frente às novas transformações socioeconômicas. Os objetivos específicos constituem-se em: i) identificar os investimentos em áreas verdes no período 2010 a 2018; ii) investigar a localização das áreas verdes na área estudada; iii) investigar a qualidade das áreas verdes do município e seus respectivos usos; e iv) relacionar a localização das áreas verdes com as características socioeconômicas dos bairros.

Nesse sentido, para se atingir os objetivos propostos partimos de algumas estratégias, onde a primeira foi a realização de uma pesquisa documental. Essa pesquisa teve por intenção investigar os investimentos públicos no tocante as questões ambientais, ou seja, no que se refere à materialização de investimentos em áreas verdes. A pesquisa documental ocorreu em Diários Oficiais, publicados diariamente no *site* da prefeitura no período de 2010 até 2018.

A justificativa pela escolha do recorte temporal se baseou em três premissas. A primeira é que com a instalação do Porto do Açú em 2007, o município passou por importantes transformações no espaço urbano, principalmente devido à chegada de grandes empreendimentos imobiliários. A segunda refere-se ao aumento expressivo dos *royalties* que a prefeitura passou a receber a partir de 2008, o que aumentou a arrecadação municipal e conseqüentemente influenciou nos gastos com obras públicas. O terceiro motivo tem a ver com o período em que o atual Plano Diretor esteve vigente (2008 a 2018). Assim, é importante verificar se o poder público buscou implementar as políticas que estão na base normativa desse plano no período em análise.

O passo seguinte consistiu em entrevistar os gestores públicos, com o intuito de compreender em que medida o poder público atua na criação, manutenção e conservação das áreas verdes. Assim, foram entrevistados quatro agentes, o Subsecretário de Meio Ambiente, o Subsecretário de Infraestrutura e Mobilidade, o Superintendente de Limpeza Pública e o Assessor de Gabinete do atual prefeito – responsável pela política de criação dos parques urbanos.

Estas entrevistas foram cruciais para compreendermos como o poder público vem conduzindo as políticas ambientais, principalmente aquelas relacionadas às áreas verdes. Buscamos, ainda, investigar através das entrevistas o que o poder público considera como “área verde”. Porém, percebendo as contradições com que esse termo vinha sendo abordado pelos agentes, decidimos, a partir de bibliografias que versam sobre esta temática, escolher qual conceito de área verde nos conduziria nesta pesquisa.

Outro ponto crucial deste trabalho consistiu em realizar uma análise qualitativa das áreas verdes selecionadas. Para este propósito, nos apoiamos em Gomes (2005, 2009, 2017) e em Sant’anna (2017), ambos os autores realizaram trabalhos empíricos em parques e praças em diferentes realidades socioespaciais. A partir da análise proposta, foi possível estabelecer uma comparação entre as distintas áreas verdes. Também realizamos entrevistas semiestruturadas com os usuários das respectivas áreas. Estas entrevistas nos permitiram entender a relação dos frequentadores com as áreas verdes, e a percepção desses agentes no tocante ao cuidado do poder público.

A fim de realizar um estudo comparativo entre as áreas verdes e a realidade socioeconômica de cada bairro, utilizamos dados de renda por domicílio fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o que nos proporcionou a análise sobre quais classes sociais eram privilegiadas em relação aos espaços descritos e analisados. Neste sentido, a partir do trabalho de análise documental, das entrevistas com os gestores públicos, da análise comparativa entre as áreas verdes e das respectivas bibliografias consultadas, tivemos uma melhor compreensão a respeito da relação entre as áreas verdes públicas, a dinâmica socioespacial e a produção do espaço urbano do município em análise.

Assim, esta dissertação está estruturada da seguinte forma. No capítulo 1 pretendemos estabelecer um resgate histórico a respeito do termo natureza no espaço urbano. A incorporação de elementos que remetem à natureza, como praças, parques, jardins e vias públicas arborizadas, é fortalecida pelas políticas de planejamento instituídas no espaço urbano a partir do século XIX. Sendo assim, ao longo do capítulo

ainda discutimos a cidade e a natureza no contexto capitalista neoliberal, a mercantilização do espaço urbano e o papel do Estado e das políticas públicas na cidade. Para tal intento, apontamos como embasamento teórico os estudos de Harvey (1980, 1996, 2005), Hall (2005), Swyngedouw (2017), Carvalho (2009), Acseirad (2009), Rodrigues (2013), Maricato (2013), Serpa (2013), Henrique (2009) e Gomes (2005, 2009, 2017).

No capítulo 2 nos propomos a realizar uma abordagem do processo histórico da urbanização no município de Campos dos Goytacazes, dando ênfase ao período atual, onde a economia petrolífera e o Complexo Logístico e Industrial do Porto do Açú (CLIPA) passam a ter relevância no contexto local, alterando a dinâmica socioespacial e econômica do município. Além disso, são discutidas as novas dinâmicas do espaço urbano, levando em consideração a expansão de condomínios horizontais fechados e a apropriação da natureza pelos grandes empreendimentos, principalmente os de auto segregação, ocupados por uma população de alta renda. Neste contexto, nos apoiamos em autores como Corrêa (2007), Sposito (2007), Faria (2005), Cruz (2007), Freitas (2011), dentre outros.

No capítulo 3 serão apresentadas as áreas verdes urbanas da cidade de Campos, assim como o referencial teórico que utilizamos para conceituar e definir essas áreas. Será discutido o papel do poder público na criação e manutenção dos espaços verdes por meio da apresentação dos gastos oficiais no período de 2010 a 2018, buscando relacionar esses gastos com as características socioeconômicas de cada bairro. Apresentaremos, ainda nesse capítulo, as análises qualitativas das áreas verdes identificadas. Ao longo das sessões, serão descritos e analisados os trechos das entrevistas com os agentes públicos que nos auxiliaram na compreensão do papel do Estado na implementação das áreas verdes urbanas. Por fim, é realizada nossas considerações finais a despeito do tema e do trabalho desenvolvido.

CAPÍTULO 1 – UM DIÁLOGO ENTRE NATUREZA E CIDADE

Neste capítulo pretendemos estabelecer um resgate histórico a respeito do termo natureza¹ no espaço urbano. A incorporação de espaços que remetem à natureza, como praças, parques, jardins e vias públicas arborizadas, é fortalecida pelas políticas de planejamento instituídas no espaço urbano a partir do século XIX. Já a partir da segunda metade no século XX, devido à crise ambiental e toda a narrativa desenvolvida em prol do desenvolvimento sustentável, os espaços verdes urbanos passam a estar associados à proteção do meio ambiente e melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Neste sentido, a “natureza na cidade” entra no circuito da dinâmica capitalista e seus elementos se tornam objetos de valorização do solo, contribuindo para a especulação imobiliária. Alguns autores, como Gomes (2009), Henrique (2009) e Serpa (2013), debatem a respeito de uma produção do espaço desigual, onde os bairros ocupados pela população de alta renda concentrariam em seu interior ruas mais arborizadas, parques e praças com melhor infraestrutura e tratamento paisagístico, porte arbóreo etc., ou seja, colocam em questão sobre quem teria direito à “natureza” no espaço urbano. Sendo assim, ao longo deste capítulo discutimos a cidade e a natureza no contexto capitalista neoliberal, a mercantilização do espaço urbano e o papel do Estado e das políticas públicas na cidade. Para tal intento, apontamos como embasamento teórico os estudos de Harvey (1980, 1996, 2005), Hall (2005), Swyngedouw (2017), Carvalho (2009), Acselrad (2009), Rodrigues (2013) e Maricato (2013).

1.1 UM HISTÓRICO SOBRE A PRESENÇA DA NATUREZA NA CIDADE

A partir da leitura de Carvalho (2009), podemos admitir que as concepções e sensibilidades que constituem o campo ambiental contemporâneo têm suas raízes em momentos distintos da história europeia. Tais concepções passam pelo ideário iluminista que incorpora uma natureza dominada pela razão, pela visão pastoral e idílica a partir do naturalismo inglês do século XVII e pelas novas sensibilidades burguesas do século XVIII; pelo romantismo do século XVIII e XIX; e, por fim, pelo imaginário

¹ O termo “natureza” utilizado neste trabalho será relacionado ao imaginário social através dos parques, praças, jardins e avenidas arborizadas, que são aparentemente utilizadas para o lazer da população. Assim, este trabalho, em consonância com Serpa (2013), Henrique (2009) e Gomes (2009), considerará o termo natureza de acordo com sua apreensão e representação no espaço urbano.

edênico sobre a América. Para a autora, “ao percorrer estas diversas sensibilidades e paisagens produzidas historicamente é que podemos encontrar as várias naturezas da natureza” (CARVALHO, 2009, p. 138).

Antes do período Renascentista, as cidades eram consideradas a antítese do rural. Para Serpa (2013), a cidade se constituía como a negação da natureza, aparecendo como o somatório de todos os males sociais e ecológicos, ocasionando a imediata divisão entre o “mal urbano” e o rural “belo e natural”. Assim, há uma divisão internalizada pelo sujeito entre dois mundos distintos e que, ao que parece, não dialogam entre si. “Um mundo onde as coisas e as pessoas permanecem ‘naturais’ e ‘autênticas’, e um outro onde prevalece a ‘urbanidade’” (SERPA, 2013, p. 120).

A partir do século XVI, durante o período renascentista, as cidades europeias vão retomando um traçado mais retilíneo, característico da antiguidade greco-romana, fugindo do estilo tortuoso do período medieval (HENRIQUE, 2009). Concomitante a esse período, alguns espaços passam a ser ajardinados com o intuito de embelezamento. Esses espaços, conforme menciona Henrique (2009), estavam circunscritos aos jardins residenciais de famílias aristocráticas e aos prédios públicos e mosteiros. A prática da jardinagem começa a se adentrar na cultura da população europeia. O autor ainda destaca que esses jardins eram caracterizados por forte estilo cartesiano, sendo lineares valorizando uma geometricidade que os garantiam formas bem marcantes.

No século XVIII, no contexto da Revolução Industrial, os jardins e alamedas arborizadas extrapolam os espaços privados da cidade, com o intuito de embelezar os espaços públicos (HENRIQUE, 2009). Para Carvalho (2009), a incorporação da natureza pelas cidades nesse contexto é justificada pela necessidade de mascarar a sujeira e insalubridade que a era industrial havia trazido para as cidades europeias.

Esta cultura de valorização da natureza também vai se reafirmar com o movimento romântico europeu do século XIX e, na perspectiva de uma tradição de longa duração, permanece presente até nossos dias. Essas sensibilidades nasceram à medida que se evidenciavam os efeitos da deterioração do meio ambiente e da vida nas cidades, causada pela revolução industrial. O novo destas sensibilidades é designado em contraste com os ideais de afirmação humana pelo domínio da natureza que preponderaram no contexto social imediatamente anterior dos séculos XVI e XVII, tempo de expansão de uma ordem burguesa e mercantil (CARVALHO, 2009, p. 141).

Destarte, a apreciação pela natureza, pelos ambientes bucólicos e toda a relação com o “verde”² passam a ser muito presentes nas cidades do século XVIII e XIX.

² O termo “verde” será utilizado ao longo do trabalho sempre remetendo às questões relacionadas à natureza, da mesma forma que os autores utilizados neste trabalho também utilizam. Assim, no espaço

Carvalho (2009) ressalta que a classe dominante da época adquire hábitos como cultivar jardins, passear no bosque, realizar piqueniques ao ar livre etc. Estes hábitos, inclusive, são fortemente retratados nas pinturas e na literatura daquela época (CARVALHO, 2009).

De acordo com Leite (1992), a contemplação da natureza cumpria frequentemente a função de escape, fuga da monotonia de uma paisagem que era comumente fragmentada. Assim, a natureza reunia e integrava uma coleção de objetos necessários da melhor forma, com o intuito de atender as necessidades da aristocracia da época (LEITE, 1992).

Para Henrique (2009), neste contexto, a natureza se tornou um elemento de consumo, um produto a ser vendido pelos viajantes e depois aos leitores e compradores de pinturas e gravuras. À medida em que os elementos da natureza passam a ser incorporados ao mundo do consumo, foi criado na Europa a necessidade de proteção de paisagens pitorescas, com objetivo de resguardar suas características naturais visando a preservação de sua aparência. Deste modo, essa paisagem seria destinada às ações estéticas e contemplativas. Surgem, neste contexto, os primeiros parques naturais da Europa que eram destinados tanto para fins científicos, quanto para o turismo burguês.

Porém, como assinala Gomes (2009), é preciso nos atentar para o fato de que essa natureza que remetia ao campo era impregnada de antropização. Não era retratado um campo agrícola, do trabalho, ou inclusive, uma natureza mais próxima do natural, selvagem, mas sim uma natureza domesticada, exótica, cênica e artificializada. O homem, neste sentido, estaria em sintonia com a natureza a partir de um ato contemplativo, onde admiraria os bosques e o verde através de uma visão idílica (GOMES, 2009).

Para Henrique (2009), esta ideia se enquadra nos ideais do esteticismo. Tomando a natureza como sinônimo de paisagem, ela se torna passível de um julgamento estético de beleza, e, assim, tende a seguir um padrão antropizado, que é passível de intencionalidades. A natureza que se transforma em um jardim retilíneo, padronizado e geometrizado, seria um símbolo e um signo da ação e administração humana (HENRIQUE, 2009). Desta forma, este tipo de natureza, possuidora de uma beleza com alto requinte e sofisticação, é cada vez mais valorizada e se torna um objeto de adorno. É uma natureza cheia de objetos humanos, o que mostra claramente que as intenções

urbano, o “verde” está impregnado de significações como áreas arborizadas, praças, parques, bosques, jardins, e, inclusive, áreas “verdes”.

por trás dessas representações era firmar a conquista do território pelo homem, fortalecendo sua incorporação e sua produção (HENRIQUE, 2009).

Segundo Hall (2005), as cidades planejadas do início do século XX passam a adotar projetos de arborização e ampliar a implementação de áreas verdes no seu tecido urbano. Essas tentativas buscavam atender às questões estéticas, paisagísticas e, principalmente, de higienização (HALL, 2005). Como destaca Carvalho (2009), esses espaços urbanos começaram a apresentar, a partir da Revolução Industrial, forte deterioração e insalubridade e, portanto, era preciso agir de forma direta, planejando e provendo moradia à população. É, então, nesse contexto de planejamento urbano que as áreas verdes passam a exercer funções de embelezamento. Assim, de acordo com Gomes (2009), a cidade industrial irá criar e, ou abrir caminhos para que a natureza seja readaptada, reinserida no seu espaço. Mas é a natureza artificializada e antropizada que adquire um *status* de utópica.

Hall (2005) aponta que a questão do planejamento urbano surge no final do século XIX como resposta das elites europeias às tensões pelas quais as cidades estavam passando em virtude do adensamento populacional. A Revolução Industrial nos séculos XVIII e XIX, levou as maiores cidades da Europa, como Paris, Londres e Berlim, a enfrentar um forte êxodo rural, provocando um intenso incremento populacional (HALL, 2005). Porém, o ambiente no qual os trabalhadores urbanos viviam era altamente precário e insalubre, assim, os movimentos anárquicos e comunistas começaram a ganhar corpo e a despertar nos trabalhadores um crescente sentimento de insatisfação e revolta (HALL, 2005). Dessa forma, os países europeus que passavam por essas transformações buscaram implementar políticas de planejamento, a fim de controlar a revolta dos trabalhadores.

De acordo com Swyngedouw (2017, p. 67), no contexto das transformações urbanas da Europa, “engenheiros buscavam trazer água limpa, ar puro, luz e saneamento para dentro das casas da maioria dos moradores no norte global” com o intuito de colaborar para que os ambientes urbanos se configurassem como mais saudáveis e socialmente justos. Portanto, este autor ainda ressalta que profissionais como planejadores, arquitetos, e designers urbanos que tinham como base as ideias de Frederick Law Olmsted, Le Corbusier e Frank Lloyd Wright, entre outros, colocavam em pauta a necessidade da integração da “natureza” na cidade. Isso se configuraria em um gesto que iria “restaurar a harmonia social e alcançar a ‘completude’ de viver” (SWYNGEDOUW, 2017, p. 67).

A presença de áreas verdes nas cidades brasileiras, assim como na Europa, começou a se tornar mais frequente a partir do século XIX. É nesse período que algumas cidades passam a implementar praças e jardins em sua malha urbana (GOMES, 2005). No início, esses espaços estavam circunscritos a algumas cidades, como o Rio de Janeiro e Aracaju. Posteriormente, foram acrescentados em cidades planejadas como Goiânia e Belo Horizonte. Segundo Gomes (2005), os primeiros jardins públicos brasileiros surgiram nas bordas das cidades ou em espaços onde a topografia era limitante ao arruamento. As áreas verdes também surgem nessas condições, pouco planejadas. Entretanto, as áreas verdes, no contexto do planejamento, tinham como objetivo principal exercer funções estéticas, paisagísticas e de contemplação (GOMES, 2005).

No que diz respeito à introdução da “natureza” na cidade, Serpa (2013) destaca que esse conceito perpassa por diferentes campos disciplinares. O autor destaca que, no que tange ao campo do planejamento urbano e paisagístico, o conceito de “natureza” é “operacionalizado e manipulado através de estratégias ilusionistas, que priorizam as formas em detrimento dos conteúdos sociais inerentes a elas” (SERPA, 2013, p. 117). Na maioria das vezes, ao abordar a “natureza” na cidade, análises detalhadas da paisagem incluem, por exemplo, levantamentos detalhados das formações vegetais, mas as análises do conjunto socioeconômico, nas quais se inserem as paisagens naturais, não têm o mesmo nível de estudo e detalhamento das primeiras. Assim, o autor faz uma crítica sobre considerar de forma única as ciências naturais como base para os estudos integrados da paisagem no contexto urbano, sem levar em consideração as necessidades e os interesses da sociedade, pois, dessa forma, as análises de cunho ambiental estariam fadadas ao fracasso (SERPA, 2013).

Serpa (2013) alerta, ainda, para a dicotomia homem *versus* natureza, que acaba reforçando a dicotomia entre a sociedade e as dinâmicas ecológicas, corroborando com o fato de que a natureza é algo incompatível com a experiência humana, alijada das relações sociais. Para o autor, a oposição entre “natureza” e “cultura” é destaque, ao relegar a “natureza” a superfícies limitadas do planeta, transformando os espaços naturais em guetos “preservados”. Esses guetos, para Serpa (2013), cumprem um importante papel na reprodução do sistema capitalista, que é de servir às necessidades de descanso e lazer para os habitantes da cidade. Porém, o autor realiza uma reflexão inspirado em Wenzel (1991), onde “o que se preserva realmente não é uma natureza

intocada, mas uma natureza folclorizada, vendida e consumida como ‘natureza pura’” (SERPA, 2013, p. 119).

Na mesma linha de raciocínio, Swyngedouw (2017) argumenta que os ecologistas políticos³ apontam que natureza e sociedade não existem de forma dissociada, mas estão intimamente conectadas em articulações sócio naturais, reciprocamente constituídas. Desta forma, segundo o autor, alguns teóricos apontam que os espaços de natureza puros ou pouco afetados por processos humanos são escassos ou até mesmo inexistentes.

A seguir, destacaremos o período de crise ambiental e a constante necessidade da implementação da natureza no espaço urbano, que, neste contexto, é vista como um elemento irrefutável de qualidade de vida.

1.2 A CRISE AMBIENTAL E A NECESSIDADE DA NATUREZA

A partir da década de 1960, com a crise ecológica, os países capitalistas centrais passaram a colocar em evidência as questões ambientais e externar suas preocupações com o futuro do planeta. Dessa forma, as questões referentes à deterioração da biodiversidade e dos recursos naturais passam a ocupar posição de centralidade nos debates científicos e políticos em escala mundial, principalmente nos países desenvolvidos. Esses questionamentos surgiram a partir do crescimento econômico a qualquer custo, que devastou grandes áreas para a captação de matérias-primas e, ao mesmo tempo, deixou um rastro de desastres ecológicos que impactou tanto populações rurais, quanto urbanas (PORTO-GONÇALVES, 1989). Essa crise colocava em xeque todo o ideal de progresso trazido pela modernidade que se baseava na premissa de que o homem iria suplantar todas as barreiras impostas pela natureza através da ciência e da técnica (SANTOS, 1998).

Como salienta Gomes (2009) e Porto-Gonçalves (1989), é dessa forma que, a partir da crise ecológica, se instaura na cidade o discurso da preservação da natureza e

³ Segundo Martinez-Alier (2007), o campo da ecologia política tem como foco os conflitos ecológicos distributivos. Por distribuição ecológica são entendidos os padrões sociais, espaciais e temporais de acesso aos benefícios obtidos dos recursos naturais e aos serviços proporcionados pelo ambiente como um sistema e suporte de vida. Os determinantes da distribuição ecológica são em alguns casos naturais, como o clima, topografia, padrões pluviométricos etc., e claramente sociais, culturais, econômicos, políticos e tecnológicos. O autor ainda menciona que esse campo constitui uma esfera multidisciplinar criado por geógrafos, antropólogos e sociólogos ambientais.

da criação de espaços verdes para proteger a biodiversidade e criar um ambiente propício, a fim de resgatar as características naturais. Gomes (2009) afirma que

(...) a efervescência que ganha o mundo, e especialmente o Brasil, após a conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (Estocolmo, 1972), e, sobretudo, após a CNUMAD – Conferência das Nações Unidas sobre o meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio de Janeiro, 1992), constitui marco importante para explicitar a emergência, ou retomada, do discurso ambiental no espaço urbano, e conseqüentemente, para o surgimento dos parques urbanos (GOMES, 2009, p. 91).

Gomes (2009) ressalta que, principalmente desde a década de 1970 e, em especial após a década de 1990 com a Rio 92, a natureza entrou no debate nacional e internacional e passou a ser focalizada pelas agendas governamentais e sociais. Daí que a presença de espaços livres vegetados, em especial a arbórea, se constituiu em um novo apelo dessa estratégia de viver “bem e melhor”.

Rodrigues (2013) aponta que as questões propostas e discutidas durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) em 1992, culminaram na Agenda 21⁴, a qual os países signatários se propunham a cumprir as metas estabelecidas durante o encontro. Porém, a autora, refletindo criticamente sobre esse acontecimento, destaca que este documento se tornou uma suposta “salvação” para todos os males ambientais, desenvolvendo estudos em vários âmbitos os quais se referem ao “meio ambiente”, ao “desenvolvimento sustentável”⁵, às “sustentabilidades”, “sem explicar a existência de um novo arcabouço teórico-metodológico e instrumentais analíticos que permitam compreender os agentes, as contradições, os conflitos, as desigualdades e a segregação socioespacial em diferentes escalas” (RODRIGUES, 2013, p. 208).

Porém, como destaca Acselrad (2009), quem domina as discussões no campo da sustentabilidade são as agências multilaterais, os consultores técnicos e ideólogos do desenvolvimento. Sendo assim, estes agentes asseguram que, com uma economia “esverdeada e ecologicamente correta”, o desenvolvimento estaria assegurado. Desta forma, a noção de sustentabilidade estaria totalmente imbricada na lógica de acumulação e exploração capitalista, principalmente no contexto dos países da periferia do capitalismo. Assim, o discurso ambiental na cidade, como a implementação de

⁴ A Agenda 21 se constituiu em uma carta de intenções, cujos países signatários se comprometeram a desenvolver ações em diversas áreas de atuação, com a suposta pretensão de implementar o “desenvolvimento sustentável”.

⁵ O termo “desenvolvimento sustentável”, instituído na Comissão Brundtland das Nações Unidas, em 1987, se constitui “naquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades” (GOMES, 2017, p. 20).

parques e a função ecológica das áreas verdes, são utilizadas pelo capital para fins de acumulação.

A questão da sustentabilidade também é criticada por Gomes (2009). O autor afirma que essa questão não apresenta propostas que atendam às necessidades concretas e que resolvam os reais problemas da humanidade. Nesse sentido, o discurso do desenvolvimento sustentável tem como premissa que a técnica seria a grande arma para a superação dos obstáculos do desenvolvimento, porém, fatalmente, não considera que a sociedade não pode ser compreendida de forma abstrata, ou seja, sem a existência de classes sociais distintas (RODRIGUES, 2013).

É preciso destacar, como afirma Gomes (2009), que o ambientalismo ultrapassou as fronteiras do mundo natural a partir da década de 1960, e, com isso, passou também a colocar em evidência as necessidades humanas, e, desta forma, foi capaz de questionar a essência do modo de produção capitalista.

As ações ditas “sustentáveis” no espaço urbano, segundo Gomes (2009), passam a ser vistas como questões-chave para a projeção de lugares que resguardam a proteção da natureza e da biodiversidade. A partir do acionamento de dispositivos que buscam enaltecer o “verde”, as cidades estariam na vanguarda de um novo paradigma de sociedade, que busca um estilo de vida dentro dos padrões admitidos como “sustentáveis”. Desta forma, o apelo ao discurso de embelezamento urbano, através das áreas verdes, como ocorreu durante os séculos XVIII, XIX e início do XX, cede espaço a uma fala pautada no ideário ambiental preservacionista, que carrega consigo o discurso da qualidade de vida e da proteção da biodiversidade (GOMES, 2009).

Assim, a partir do discurso da sustentabilidade e da modernização ecológica, é possível afirmar que o poder público, neste contexto, prioriza a construção de áreas verdes e ajardinadas nas cidades contemporâneas com a finalidade de criar espaços que ofereçam mais segurança ambiental, e que supostamente garantiriam maior proteção à natureza. Inúmeros pesquisadores passam então a se debruçar em estudos a respeito dos benefícios da vegetação no espaço urbano. Muitos desses estudos discorrem sobre a formação de ilhas de calor com o adensamento de construções, impermeabilização do solo provocando enchentes, movimentos de massa nas encostas, assim como diversos desastres ambientais. Neste sentido, a ciência busca corroborar com a premissa de que as áreas verdes no espaço urbano são elementos fundamentais para o alcance e melhora da qualidade de vida.

A partir das reflexões de Rodrigues (2013) e Gomes (2009), podemos admitir que as pautas ambientais priorizadas na CNUMAD não buscavam dar enfoque aos conflitos ambientais, fruto das desigualdades do sistema capitalista. As premissas do desenvolvimento sustentável se constituíam como um mecanismo reprodutivo da exploração e degradação de comunidades mais vulneráveis econômica e socialmente (MARTINEZ-ALIER, 2007). Essas questões servem de reflexão quando discutimos aqui sobre a aplicabilidade das políticas públicas ditas “sustentáveis” no espaço urbano, questionando sua localização e quais grupos sociais são privilegiados.

Henrique (2009) faz uma reflexão a respeito do pensamento higienista que passou a pautar as políticas públicas no espaço urbano. Para o autor, todo um aparato técnico surge para camuflar áreas da cidade cobertas por águas paradas, brejos e mangues – como em muitos casos no Brasil –, com o objetivo de dar suporte à criação e implementação de um conceito de espaço urbano limpo e padronizado. No entanto, o referido autor atenta que a aplicação dessas políticas é determinada pelo poder econômico e, conseqüentemente, político. Neste sentido, somente a classe dominante tem acesso a essas técnicas e a viver nesses espaços ditos “limpos” e “padronizados”. As classes menos afortunadas continuam vivendo em meio a uma natureza hostil e insalubre.

As preocupações ambientais no Brasil chegam no contexto da ditadura militar, fruto dos debates que já vinham ocorrendo em âmbito internacional, principalmente nos países desenvolvidos. Dessa forma, há uma pressão para que se crie no país políticas ambientais voltadas para a preservação e integridade do cenário ecológico nacional. Dentre as políticas estabelecidas nesse contexto, se destaca a criação do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), criado pela Lei n.º. 6.938/81, e que congrega os órgãos e instituições ambientais da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal.

Congregando o SISNAMA, destacamos a criação do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), que assessora o Governo e delibera sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente. E também a criação do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais renováveis (IBAMA), que se constitui em um órgão executor encarregado de aplicar as políticas estabelecidas pela Política Nacional do Meio Ambiente. Sobre a questão das áreas verdes no espaço urbano, e de acordo com a Resolução CONAMA n.º. 369/2006, considera-se área verde de domínio público "o espaço de domínio público que desempenhe função ecológica, paisagística e

recreativa, propiciando a melhoria da qualidade estética, funcional e ambiental da cidade, sendo dotado de vegetação e espaços livres de impermeabilização" (ART. 8º, § 1º, RESOLUÇÃO CONAMA N.º. 369/2006). No *site* do Ministério do Meio Ambiente encontramos, ainda, a seguinte definição.

As áreas verdes urbanas são consideradas como o conjunto de áreas intraurbanas que apresentam cobertura vegetal, arbórea (nativa e introduzida), arbustiva ou rasteira (gramíneas) e que contribuem de modo significativo para a qualidade de vida e o equilíbrio ambiental nas cidades. Essas áreas verdes estão presentes em uma enorme variedade de situações: em áreas públicas; em áreas de preservação permanente (APP); nos canteiros centrais; nas praças, parques, florestas e unidades de conservação (UC) urbanas; nos jardins institucionais; e nos terrenos públicos não edificados. Exemplos de áreas verdes urbanas: praças; parques urbanos; parques fluviais; parque balneário e esportivo; jardim botânico; jardim zoológico; alguns tipos de cemitérios; faixas de ligação entre áreas verdes (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE⁶).

É perceptível que a partir das definições oficiais, as expressões “qualidade de vida” e “equilíbrio ambiental” apareçam com frequência. Assim, o aparato legal, o conhecimento perito e científico legitima o discurso da importância da natureza, a fim de propiciar a melhora da qualidade de vida dos habitantes urbanos. É importante considerar que esta Resolução reitera que as áreas verdes são fundamentais para o lazer, recreação e contemplação.

Assim, a partir das reflexões teóricas expostas nesta sessão, é possível afirmar que a natureza, inicialmente inserida no espaço urbano apenas como um elemento paisagístico, passa a se configurar a partir da crise ambiental como um indicador irrefutável de melhora da qualidade de vida. Nesta perspectiva, se nota que gradativamente a natureza é incorporada pelos agentes capitalistas que produzem o espaço. Na próxima sessão veremos em que medida a natureza vem sendo capturada pelos agentes capitalistas no contexto neoliberal.

1.3 A NATUREZA E A CIDADE NO CONTEXTO CAPITALISTA NEOLIBERAL

No contexto urbano, os agentes capitalistas se aproveitam da valorização simbólica da natureza e incorporam nos seus discursos e práticas a promoção de tecnologias verdes que se enquadram dentro dos pressupostos do conceito da “sustentabilidade”. Neste sentido, Acsehrad (2009) aponta que o discurso da cidade sustentável está intimamente ligado à reprodução do capital. À medida em que a cidade

⁶ Disponível em: <<https://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/areas-verdes-urbanas/item/8051>> Acesso em 15 mar. 2019.

incorpora os valores sustentáveis, ela se torna atrativa para o capital e consequentemente para os investimentos imobiliários, tornando, assim, sustentável para vendê-la. Deste modo, surge o pensamento único urbano, exigindo que as cidades se ajustem aos propósitos tidos por inelutáveis da globalização financeira (ACSELRAD, 2009).

Para Gomes (2017), a questão da sustentabilidade proposta sem criticidade e guiada por pressupostos econômicos adquire uma conotação que não permanece circunscrita ao campo ambiental, pois se adere aos propósitos socioeconômicos globais. Nesta perspectiva, a sustentabilidade se apresenta totalmente alinhada com as propostas e visão de mundo dos agentes econômicos que foram responsáveis por sua concepção.

Neste sentido, Gomes (2017) afirma que a “sustentabilidade” vem sendo concebida por agentes públicos e privados e se materializa em ações como “disponibilização de áreas permeáveis, ampliação das áreas verdes e efetivo arbóreo, utilização de materiais biodegradáveis, coleta seletiva etc.” (GOMES, 2017, p. 14). Tais práticas, embora se constituam como elementos relevantes para o planejamento e gestão urbanos, acabam não alterando a questão da lógica da produção do espaço pautada na materialidade capitalista e ampliação da segregação social. Assim, o autor infere que o discurso da sustentabilidade urbana mascara os verdadeiros interesses de certos agentes do capitalismo que estão pautados na competitividade interurbana e na projeção de gestões públicas.

Destarte, Gomes (2009) assinala que

A ampliação das preocupações ambientais após a década de 1970 implicou, sob uma nova roupagem, a focalização do espaço urbano, não somente pelos organismos internacionais, que assumiram a tutela das discussões ambientais, mas também pelos poderes locais, que passaram a desenvolver ações em consonância com os ditames da esfera supranacional – Agenda 21. Das “novas preocupações ecológicas” se apossaram também empresários e promotores imobiliários, que passaram a ter seus discursos voltados à “oferta do verde” (parques, praças, áreas verdes, etc.), maximizando a apropriação e oferta da “mercadoria verde”, a natureza (GOMES, 2009, p. 101).

Gomes (2009) atenta para o fato de que toda essa questão de sustentabilidade e tecnologias para a melhoria ambiental nem sempre estão circunscritas à base local. Para o autor, é imprescindível que essas questões sejam contextualizadas à luz da lógica do capital, pois é esta lógica a responsável por produzir e reproduzir espaços com o intuito de expandir os lucros e permitir que sua reprodução seja cada vez mais ampliada.

Swyngedouw (2017), corroborando com Gomes (2017), afirma que a questão da sustentabilidade tem sido “neoliberalizada” e se fundido com as ideias da modernização

ecológica, que busca defender os benefícios econômicos da redução da poluição ambiental e propõe uma utilização ecologicamente racional das operações administrativas dos recursos. Assim, esse marco da sustentabilidade tem dado enfoque para questões mercadológicas e tecnocráticas, que buscam tornar o capitalismo “mais verde”, ignorando quase que na sua totalidade os problemas inerentes à sociedade capitalista, como a ausência de justiça social e a intensificação das questões de inclusão e exclusão que perpassa pelos ambientes urbanos (SWYNGEDOUW, 2017). Deste modo, o autor constata que

Por uma parte, os discursos e práticas técnico-organizacionais que inspiram e dão forma às políticas da sustentabilidade circulam em torno a uma noção particular da Natureza e de como a Natureza deve ser gerida, entanto que esvaziam o terreno da intermediação de políticas públicas dos argumentos políticos democráticos que não são consensuais com a visão hegemônica. Como tal, o indicador de ‘sustentabilidade’ adota uma postura despolitizada que reforça ainda mais a consolidação de marcos e configurações pós-políticas (SWYNGEDOUW, 2017, p. 72).

Com o intuito de debater a questão dos parques no contexto urbano neoliberal, Gomes (2017) denota que esses espaços surgem através dos discursos que colocam a necessidade de dotar as cidades de áreas verdes e de lazer, promovendo a qualidade ambiental. Para o autor, tais discursos, que surgem a partir da deterioração do meio físico, como a poluição de cursos d’água, do ar, desastres ambientais etc., estariam intimamente ligados às questões da conservação ambiental, que seriam um dos pressupostos do desenvolvimento sustentável. Neste sentido, para Gomes (2017) aponta que

(...) a criação e implantação de parques em muitas cidades se relaciona ao conjunto de diretrizes imposto pelas Nações Unidas como forma de promover o desenvolvimento sustentável e, por isso, essas ideias merecem ser melhor debatidas, considerando-se projetos importantes, como os que foram executados nas cidades de Lisboa e do Rio de Janeiro, que tornaram-se referências para outras propostas implantadas em distintos lugares no mundo (GOMES, 2017, p. 15).

Gomes (2017) pontua que entre as cidades que possuem certos programas de sustentabilidade e colocam em foco a base material urbana, como é mostrado por Acsehrad (2009), se destacam as que utilizam e colocam em evidência a alta tecnologia, direcionando investimentos para os setores de energia, mobilidade e gestão de resíduos, alinhando-se ao que se denomina de *smart sustainable city* (LEITE & AWAD, 2012, *apud* GOMES, 2017).

Loboda e De Angelis (2005) apontam para o momento de crise estrutural pelo qual as cidades vêm passando, afirmando que

O momento de crise estrutural das cidades em decorrência dos problemas de ordem econômica, política, social e cultural, tem conduzido o fenômeno urbano em seu ritmo acelerado a um destino incerto e, cada vez mais, transformando as ciências em força produtiva e o espaço urbano em mercadoria. Nessa relação desigual e/ou combinada da contraposição entre questões socioambientais e econômicas, em que, de modo geral esta última se sobressai, geralmente ficando aquilo que é público em segundo plano ou ainda considerado como problema (LOBODA & DE ANGELIS, 2005, p. 129).

Neste sentido, os autores apontam que tanto a ciência quanto a cidade têm como prioridade atender ao capital, antepondo questões econômicas. Assim, ao priorizar essas questões em detrimento das sociais e, ainda, considerando o “público” como problema, a população mais fragilizada, que depende em maior grau das políticas públicas, e, conseqüentemente, de uma atuação mais incisiva do Estado, acaba sendo prejudicada.

Para Maricato (2013), o pensamento neoliberal que passou a predominar na lógica político-econômica não vem sendo benéfico para os países periféricos. Segundo a autora, nestes países, ao contrário dos países centrais, não houve a implementação de um estado de bem-estar social que fizesse com que a população tivesse seus direitos de moradia assegurados. Assim, a lógica empresarial de cunho neoliberal que tira do Estado a responsabilidade de investimentos em políticas sociais, principalmente de moradia, tem provocado, nas cidades dos países subdesenvolvidos, a exclusão e o aumento da “cidade ilegal”, assim chamada pela autora.

Nesse espaço, as leis oficiais não seriam aplicadas e os serviços públicos e privados seriam escassos, pois se tratam de áreas desvalorizadas e que não são interessantes para o mercado imobiliário (MARICATO, 2013). Assim, a cidade do espetáculo, que é bonita, segura, arborizada e bela, estaria disponível apenas para àqueles que podem pagar por ela. Nesse espaço, é o mercado quem dita as regras, onde somente quem pode comprar a segurança e a natureza têm o direito de usufruí-las.

Para Harvey (2005), as cidades estariam vivenciando, no contexto atual, um modelo de gestão empresarial. Até a década de 1970, prevalecia a administração para o planejamento urbano, posteriormente passou a prevalecer o modelo da lógica empreendedora. Os lugares, nesse sentido, passaram a ganhar mais evidência. Rompe-se com a ideia do desenvolvimento territorial e regional. O empreendedorismo urbano se apoia na parceria público-privada, enfocando o desenvolvimento e o investimento econômico por meio da construção especulativa do lugar (HARVEY, 2005). Reforça,

ainda, que dificilmente na atualidade desenvolvimento algum em larga escala acontece sem que o governo local ofereça como estímulo um pacote substancial de ajuda e assistência.

Essa nova configuração tiraria parte da responsabilidade das empresas sobre o investimento em empreendimentos. A cidade receberia os investimentos e o poder local assumiria os riscos. Para Harvey (2005), os investimentos para atrair dólares cresceram rapidamente e enfocam cada vez mais em qualidade de vida, circunscrita, é claro, aos espaços ocupados pela população de alta renda.

Dentre esses investimentos, o autor destaca a valorização de regiões urbanas degradadas, a inovação cultural e a melhoria física do ambiente urbano (incluindo a mudança para estilos pós-modernistas de arquitetura e *design* urbano), atrações para consumo (estádios esportivos, centros de convenção, *shopping centers*, marinas, praças de alimentação exóticas etc.) e entretenimento. Assim, essas facetas se constituem em proeminentes estratégias para a regeneração urbana. A cidade, nesse sentido, com o objetivo de atrair capitais e investimentos, tem que parecer um lugar inovador, estimulante, criativo e seguro para se viver ou visitar, para se divertir e consumir. Harvey (2005) ainda destaca que em resumo, a missão da governança urbana é atrair fluxos de produção, financeiros e de consumo de alta mobilidade e flexibilidade para seu espaço. O caráter especulativo dos investimentos urbanos deriva da incapacidade de prever exatamente qual pacote terá ou não sucesso, em um mundo de instabilidade e volatilidade econômica.

A partir da leitura de Serpa (2013) e Gomes (2017), deduzimos que a implementação de parques urbanos exaltando a natureza se inserem nos pressupostos da cidade-espetáculo de Harvey (2005). Segundo estes autores, os parques revestidos do discurso da natureza, sustentabilidade e qualidade de vida atraem para o seu entorno grandes número de investimentos, principalmente privados, voltados, porém, para um público específico de maior renda.

Destarte, para Gomes (2009), as cidades inseridas na lógica neoliberal são colocadas à venda a partir do modelo de planejamento estratégico. A premissa da cidade-empresa é fortemente permeada pela competitividade e visa como horizonte o mercado. Neste sentido, há a criação de imagens para serem vendidas, e essas imagens, logicamente, estão circunscritas às áreas específicas do conjunto espacial urbano. Assim, tais investimentos não atendem a cidade como um todo de forma homogênea. Seus custos, porém, são arcados em maior parte com recursos da administração pública

e poderiam, portanto, ser investidos em áreas de maior carência social e material (GOMES, 2009).

Para Swyngedouw (2017), se pode admitir a possibilidade que a neoliberalização tende a ampliar as injustiças nas cidades ao invés de resolvê-las. O autor destaca que grupos minoritários têm frequentemente maiores dificuldades em acessar os recursos ambientais de boa qualidade, além de enfrentar maiores barreiras para se alcançar a igualdade processual na tomada de decisões, o que acaba favorecendo a população com maior renda e representatividade política.

Henrique (2009), partindo da mesma premissa que os autores supramencionados, afirma que a questão ambiental acaba por gerar a formulação de ações de planejamento urbano nas esferas públicas e, ou privadas, assim como em diversas escalas, atreladas à busca de uma feliz cidade sem conflitos, esteticamente aprazível e carregada de verde. Essa questão, mesmo que apenas simbolicamente, é capaz de suprir, por si mesma, as necessidades intrínsecas aos homens e cumprir seus papéis na satisfação dos desejos criados na contemporaneidade, principalmente pelo consumo (HENRIQUE, 2009). Porém, o autor reconhece que o urbanismo hoje se mostra preocupado com o mercado imobiliário.

Acsegrad (2009) aponta que para as áreas empobrecidas da cidade estariam destinados os agravos. Assim, a periferia estaria exposta aos mais diversos tipos de desastres, arcando com o ônus do progresso da civilização capitalista. O mesmo autor afirma, ainda, que os espaços deteriorados da cidade se comportariam como zonas de sacrifício, sujeitas ao recebimento de poluição e dejetos urbanos, o que fatalmente causa a deterioração da qualidade de vida dos habitantes que aí residem.

A definição da natureza na cidade, que carrega um sentido ideológico, implica a exclusão das classes economicamente inferiores do acesso à vida com a “natureza”. Para os autores estudados, as classes subalternas não teriam direito à natureza na cidade, principalmente nos espaços enclausurados. Se legitima no mundo das ideias e do mercado a dominação ou manutenção de privilégios, enquanto as classes dominantes vivem com a natureza artificializada e controlada em seus jardins, nos bairros dos excluídos se observa a natureza relegada ao abandono ou, em muitos lugares, a total falta de qualquer natureza (HENRIQUE, 2009).

Para Henrique (2009), a demanda pela proteção da natureza tão presente nos planos diretores e outros instrumentos de planejamento, podem esconder uma intencionalidade perversa. Ao se criar o discurso da proteção ambiental, se pode estar

segregando dois bairros com preços de imóveis distintos ocupadas por populações também economicamente distintas. Assim, um parque, nesse caso, cumpriria o papel de separador de classes sociais.

A partir das reflexões expostas nesta sessão, podemos considerar que o conceito de sustentabilidade vem sendo apropriado pelos agentes capitalistas com a intenção de intensificar a produção e reprodução do capital no espaço urbano. No contexto neoliberal, está em jogo a capacidade que cada cidade tem de atrair para si investimentos e se tornar o lócus da dinamização econômica. Direitos sociais são cada vez menos garantidos e os espaços periféricos se tornam cada vez mais segregados por não serem alvo de interesse do capital. Na sessão seguinte, discutiremos a mercantilização da natureza, apontando como seus valores e atributos vêm sendo cada vez mais apropriados pelos agentes capitalistas e negociados no mercado.

1.4 A MERCANTILIZAÇÃO DA NATUREZA NO ESPAÇO URBANO

Para Harvey (1996), o espírito liberal do século XVIII ainda está muito presente hoje, tanto filosoficamente quanto na prática, o que se percebe devido aos vários esquemas de privatizações e da retórica econômica predominante nos programas de reformas, como no caso da União Soviética nos anos 1980. Assim, poderosas instituições capitalistas, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), se apoiam na filosofia de deixar o mercado fazer seu trabalho que a emancipação e a auto realização virão conseqüentemente (HARVEY, 1996). No entanto, esses acontecimentos atraem conseqüências para as questões de natureza.

This tends however, to breed a highly instrumental view of nature as consisting of capital assets – as resources – available for human exploitation. One side effect of eighteenth century political economy was that the domination of nature was viewed as a necessary prerequisite to emancipation and self-realization. Sophisticated knowledge of nature was required in order to manipulate the natural world to human purposes, to exploit it for market exchange, even to humanize it (and sell its qualities) according to human design⁷ (HARVEY, 1996, p. 125).

⁷ Isso tende, no entanto, a criar uma visão altamente instrumental da natureza como consistindo em bens de capital – como recursos – disponíveis para a exploração humana. Um dos efeitos colaterais da economia política do século XVIII era que a dominação da natureza era vista como um pré-requisito necessário à emancipação e à auto realização. O conhecimento sofisticado na natureza era necessário para manipular o mundo natural para fins humanos, para explorá-lo para troca de mercado, até mesmo para humanizá-lo (e vender suas qualidades) de acordo com o design humano (HARVEY, 1996, p. 125).

Neste sentido, as políticas liberais colocam em pauta a questão da autorrealização e emancipação que incidirão nas questões de natureza, como bem para ser negociado no mercado. A cultura econômica humaniza a natureza, como destaca Harvey (1996), e, assim, ela passa a ser negociada no mercado, de acordo com os propósitos do homem, pode ser explorada e manipulada de acordo com o desejo da sociedade.

Harvey (1996) realiza uma reflexão a respeito do valor inerente à natureza, pontuando algumas questões sobre o porquê desse termo vir impregnado de simbolismos como integridade, estabilidade e beleza. Assim, o autor destaca que todas as versões dos valores revelados na natureza dependem fortemente de certas capacidades humanas e de mediações antropocêntricas específicas. Por meio da implementação de termos altamente emotivos, como amor, cuidado, carinho, reponsabilidade, integridade, beleza e afins, esses valores naturais são inevitavelmente representados em termos humanizados, produzindo discursos distintamente humanos sobre valores. O autor conclui que essa humanização dos valores na natureza é desejável para o sistema capitalista, que usa dessas estratégias para tornar esses valores negociáveis no mercado.

Além disso, Harvey (1980) propõe uma definição operacional para o termo “recurso” num sistema urbano. Para o autor, esse conceito recentemente se expandiu ao se referir às coisas como amenidades e espaço livre, porém ainda há uma tendência errônea de pensar os recursos como “naturais”. Se são recursos apropriados e ressignificados pelo homem logicamente não devem ser considerados como “naturais”.

Deve-se, pois, considerar mais adequado tomar a cidade como um gigantesco sistema de recursos, a maior parte dos quais é de criação humana. É, também, um sistema de recursos localizados de forma desigual, no sentido de que a maioria dos que usamos no sistema urbano não está em toda parte, e sua disponibilidade, por isso, depende da acessibilidade e proximidade. O sistema urbano contém, assim, uma distribuição geográfica de recursos criados, de significado econômico, social e psicológico. Para o autor, as decisões locacionais podem aumentar ou diminuir a disponibilidade espacial dos recursos criados pelo homem (HARVEY, 1980).

Lefebvre (2004) observa que o “direito à natureza”, referindo-se ao campo e à natureza pura, entrou no circuito social há alguns anos com o objetivo de promover os “lazer”. Assim, o autor afirma que

Caminhou (a natureza) através das vituperações, que se tornaram banais, contra o barulho, a fadiga, o universo “concentracionista” das cidades (enquanto a cidade apodrece ou explode). Estranho percurso, dizemos: a natureza entra para o valor de troca e para a mercadoria; é comprada e vendida. Os lazeres comercializados, industrializados, organizados institucionalmente, destroem essa “naturalidade” da qual as pessoas se ocupam a fim de trafica-la e trafegar por ela. A “natureza”, ou aquilo que é tido como tal, aquilo que dela sobrevive, torna-se o gueto dos lazeres, o lugar separado do gozo, a aposentadoria da criatividade (LEFEBVRE, 2004, p. 116).

Portanto, para Lefebvre (2004), se atribuem necessidades de espaços verdes nas cidades como se a presença da natureza fosse a salvação para os males frutos da sociedade urbana industrial. Assim, essa “natureza” aparece associada aos lazeres, podendo ser “comprada” ou “vendida”.

Pesquisas recentes de autores como Henrique (2009), Gomes (2009 e 2017) e Serpa (2013) vêm mostrando que as grandes construtoras e incorporadoras imobiliárias se apropriam do discurso da natureza, com a finalidade de tornar seus empreendimentos mais atrativos para os consumidores. Assim, partem da premissa de que natureza presente nesses espaços ofereceria maior qualidade de vida para os habitantes urbanos capazes de adquirir esses imóveis.

Serpa (2013), em suas pesquisas sobre implementação de parques públicos em Paris e Salvador a partir dos anos 90, verificou que esses espaços estão sempre subordinados a diretrizes políticas e ideológicas. Na cidade contemporânea, o parque público é um meio de controle social, sobretudo das novas classes médias (representadas por novos grupos de trabalhadores qualificados), destino final das políticas públicas, que, em última instância, “procuram multiplicar o consumo e valorizar o solo urbano nos locais onde são aplicadas” (SERPA, 2013, p. 21).

Para Clemént (1983) *apud* Serpa (2013), o discurso oficial é contraditório, pois parte da premissa de que o parque fornecerá aos habitantes da cidade mais qualidade de vida e contato com a “natureza”, mas na verdade, esses parques são, em grande parte, reservados a um tipo específico de público, que não inclui os menos favorecidos em termos de renda e formação.

Para Henrique (2009, p. 23), é importante destacar que “a natureza material, efetivamente incorporada e produzida, enclausurada nas propriedades imobiliárias privadas”, será acessada de forma desigual e terá seu acesso definido de maneira distinta, entre, por exemplo, os condomínios de alto padrão e os conjuntos habitacionais de baixa renda. Observa-se que a maioria dos condomínios oferecidos ao público de baixa renda, principalmente aqueles que fazem parte de programas populares, como o

*Minha Casa, Minha Vida*⁸, parecem não possuir o mesmo apelo ambiental dos condomínios destinados às elites.

A natureza, nesse sentido, se torna um fator de distinção, como aponta Bourdieu (2011). Essa distinção vem do fato que esse objeto fetichizado não está acessível a todos, apenas para aqueles que podem pagar. Assim, o acesso à natureza, e consequentemente, à qualidade de vida, distinguiria esses sujeitos dos demais. O capital imobiliário se apropria desse conceito para ampliar sua lucratividade, focando nos grupos de alta renda, e, dessa forma, se observa um aumento cada vez mais intenso das desigualdades no espaço urbano.

Para Henrique (2009), na maioria dos casos, os empreendimentos suprimem e destroem toda a vegetação nativa e a substituem por uma vegetação exótica e padronizada, geralmente de palmáceas. Essa vegetação transmite uma ideia de linearidade e organização. Esse processo foi observado pelo referido autor em cidades como Florianópolis, São Paulo e Salvador. Assim, destaca que “no mundo contemporâneo, a natureza produzida pode se tornar uma ficção ou uma mentira, sem vínculos com uma identidade geográfica local. A natureza padronizada se encontra hoje compromissada com uma felicidade capitalista” (HENRIQUE, 2009, p. 19).

A ideia de linearidade e padronização da natureza significa para Reclus (1985) *apud* Henrique (2009) uma dominação humana perante o meio natural. O referido autor toma como exemplo a Holanda, país que historicamente passou por significativas intervenções antrópicas na constituição de sua paisagem, e exemplifica como se deu a dominação do homem sobre a natureza. Deste modo, domesticando a vegetação no espaço urbano e dispondo as árvores em traçados geométricos, o homem mostra claramente o seu poder de manipular o meio natural e adaptá-lo aos seus anseios. Para Reclus (1985) *apud* Henrique (2009), a natureza selvagem é incompreensível para o homem, ele geralmente opta por trechos da natureza que já foram digeridos pela vida social. Símbolos da natureza, como uma ampla avenida arborizada, são mais

⁸ O *Minha Casa, Minha Vida* é um programa de habitação federal do Brasil lançado em março de 2009 pelo Governo Lula. Esse programa subsidia a aquisição da casa ou apartamento próprio para famílias com renda até 1,8 mil reais e facilita as condições de acesso ao imóvel para famílias com renda até de nove mil reais. Em 2018, a Caixa Econômica Federal informou que 14,7 milhões de pessoas compraram um imóvel com o programa (7% da população brasileira). Uma pesquisa feita pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV) divulgada em 2019, apontou que o programa levou a população às periferias.

valorizados pelo homem do que a natureza mantida em seu estado bruto. O homem imita a natureza e ao mesmo tempo a desnaturaliza.

Para Henrique (2009), os empreendimentos imobiliários no contexto da relação entre cidade e natureza utilizam uma ideologia avessa às conquistas do homem perante a natureza, adotando um discurso romantizado do verde, partindo de uma natureza primitiva. Essa ideologia busca esconder as conquistas dos homens perante a natureza e ensaia um retorno a uma natureza romantizada e primitiva. Porém, isso esconde o fato de que predominam nesses empreendimentos uma natureza altamente tecnicada, carregada de objetos técnicos e que tem por finalidade propiciar o conforto na vida individual e acesso restrito, definido pela renda (HENRIQUE, 2009).

O autor supracitado destaca que a estratégia que os grandes empreendimentos utilizam para a valorização da natureza é o retrato fiel de como no período atual a ideia de apropriação e comercialização da natureza são muito empregadas para a estratégia de vendas. Através do marketing e da propaganda, vende-se a ideia de uma natureza que aparentemente é natural, porém, na verdade, são apenas falsificações (HENRIQUE, 2009).

Assim, destacamos que a natureza transformada em mercadoria se localiza em determinados espaços da cidade. À medida que a cidade cresce, ela suprime a vegetação, portanto, o “verde” será cada vez mais escasso na malha urbana. Os agentes capitalistas se aproveitam dessa rarefação para valorizar determinados espaços ou mesmo enclausurar os espaços verdes nos condomínios fechados que são direcionados a um público específico, que na maioria das vezes é de alta renda.

A seguir apresentamos o papel do Estado no espaço urbano e como ele vem conduzindo as políticas relacionadas à criação de espaços verdes e de lazer, tendo influência direta na vida de todos que ocupam a cidade.

1.5 O PAPEL DO ESTADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Singer (1980) aponta que o Estado, como responsável pelo provimento de boa parte dos serviços urbanos essenciais tanto às empresas como aos moradores, desempenha importante papel na distribuição dessas demandas. Porém, o autor também destaca que esses serviços influenciam no preço do solo. Sempre que o poder público dota uma zona qualquer da cidade de um serviço público, como água encanada, escola pública ou linha de ônibus, por exemplo, ele desvia para esta zona demandas de

empresas e moradores que, anteriormente, devido à falta dos serviços em questão, davam preferência a outras localizações. Podemos concluir que as áreas verdes urbanas, como praças e parques, também entram como um “serviço”, um “bem” que age na valorização do solo, visto toda a importância e apelo que essas questões adquiriram ao longo do tempo. Porém, não são todos os espaços que as possuem, como dito anteriormente.

Neste sentido, Singer (1980) afirma que quanto menor a renda da população, mais escassos são os referidos serviços. A partir disso, o autor faz a seguinte reflexão

Sendo o montante de serviços urbanos escasso em relação às necessidades da população, o mercado os leiloa mediante a valorização diferencial do uso do solo, de modo que mesmo serviços fornecidos gratuitamente pelo Estado aos moradores — como ruas asfaltadas, galerias pluviais, iluminação pública, coleta de lixo etc. - acabam sendo usufruídos apenas por aqueles que podem pagar o seu "preço" incluído na renda do solo que dá acesso a eles (SINGER, 1980, p. 89-90).

O Estado tem um papel de extrema importância no processo de injustiça ambiental⁹. Quer seja de forma deliberada ou não, ele ajuda a definir quem é explorado, ignorado, recompensado e ouvido, e como esse ato de privilegiar é exercido. O Estado tem, ainda, considerável poder para agravar, afastar ou aliviar injustiças socioambientais já existentes, ou até criar novas injustiças (SWYNGEDOUW, 2015).

Muitos estudos de Justiça Ambiental¹⁰ e da Ecologia Política Urbana¹¹ ressaltaram brevemente o papel de instituições estatais formais e agentes em tomadas de decisão em, por exemplo, decisões sobre onde instalações tóxicas deveriam ser localizadas ou como recursos não-renováveis deveriam ser usados. Lavelle e Coyle (1993) *apud* Swyngedouw (2017) também têm mostrado que, ao passo que leis podem ser muito discriminatórias – por exemplo, permitindo que apenas certos grupos tenham acesso aos recursos ambientais em detrimento de outros grupos –, a execução e aplicação dessas leis podem ser tão desiguais, se não ainda mais do que as próprias leis – por exemplo, a aplicação mais rigorosa de leis de proteção ambiental em comunidades de minorias.

⁹ Porto e Pacheco (2010) consideram “Injustiça Ambiental” como mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos sociais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários e às populações marginalizadas e vulneráveis.

¹⁰ O termo “Justiça Ambiental” para Acsehrad (2004), refere-se aos princípios que asseguram que nenhum grupo de pessoas, sejam grupos étnicos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional de degradação do espaço coletivo.

¹¹ Refere-se ao campo da ecologia política circunscrita aos conflitos no espaço urbano (ver SWYNGEDOUW, 2015).

Assim, concordando com as reflexões citadas acima, Souza (2014) destaca o papel seletivo do Estado que age promovendo ações seletivas e discriminatórias. O autor cita o exemplo das remoções em favelas no Rio de Janeiro. Legitimados pelo discurso do “ambientalmente correto” e de “proteção à natureza”, as ações do Estado visam a aplicabilidade da lei agindo de forma seletiva. A lei só é cumprida para a população excluída das favelas que ocupam encostas. Como destaca o autor, não é feito nenhum estudo sobre a viabilidade das remoções levando em consideração a interação sociedade e natureza. Apenas buscam varrer a população pobre dessas áreas, alegando o fator do risco. Por outro lado, essa eficiência do Estado não é vista em áreas mais abastadas da cidade como os condomínios de luxo que circundam o sistema lagunar na Barra da Tijuca (SOUZA, 2014).

Serpa (2013) destaca que encarar, a priori, os seres humanos como “destruidores da natureza”, implica sempre uma política de preservação e conservação que exclui a possibilidade da ação humana, o que não parece solucionar o problema colocado, mas apenas agravá-lo, gerando, inclusive, um paradoxo (e um novo problema), já que obriga os seres humanos a resguardarem a “natureza bela e intocada” de sua própria ação.

No campo teórico sobre a definição de “Estado”, trazemos as concepções de Poulantzas (2000). Para este autor, o Estado seria um campo de poder, uma arena, onde se condensariam materialmente as lutas e conflitos entre os diversos atores, como as classes e frações de classes. Tais lutas se materializariam através das disputas por projetos de classe, por programas relacionados aos partidos no interior da sociedade civil. Assim, para este autor, o Estado não é um bloco monolítico, mas composto de arestas, e é nessas aberturas que a sociedade civil deve penetrar e lutar por representatividade dentro do aparelho do Estado.

Telles (1994) traz uma reflexão a respeito do comportamento do Estado perante as pautas reivindicatórias apresentadas no contexto da ampliação do Estado e a capilaridade dos interesses dos grupos de representação. Para a autora, tais pautas são continuamente descartadas ou anuladas, de tal modo que as conquistas históricas dos direitos básicos dos trabalhadores podem, a qualquer mudança de contexto, serem desregulamentados. É nesse ínterim que Telles (1994) chama a atenção sobre a formação de uma realidade social brasileira bastante excludente, que reduz na trama social das relações de poder projetos coletivos, formas de vida e distancia para um cidadão comum qualquer possibilidade de participação cidadã por projetos de futuro.

Por outro lado, outro fator que merece destaque na análise das políticas públicas se refere à emergência do papel decisivo da sociedade civil na demanda por direitos e leis, como, por exemplo, o estabelecimento de políticas ambientais urbanas, em que numa perspectiva igualitária e desprovida de privilégios, inaugure novas regras de convivência cidadã através do exercício prático e pelo reconhecimento do outro como sujeito de direito (TELLES, 1994).

Para Harvey (1980), a maioria das políticas sociais são diretamente elaboradas na perspectiva de manter uma certa distribuição de renda com a finalidade de promover maior igualdade entre os vários grupos sociais que constituem uma sociedade. Para o autor, se o Estado deseja executar uma dada distribuição de renda, deve, em primeiro lugar, ter uma ideia muito clara dos mecanismos que geram desigualdades, porque é, presumivelmente, pelo controle e manipulação desses mecanismos que poderá se alcançar esse objetivo (HARVEY, 1980). Porém, como ressalta o autor, os mecanismos de distribuição de renda ainda são muito restritos.

Harvey (1980) ainda aponta que qualquer estratégia abrangente para lidar com sistemas urbanos deve conter e reconciliar políticas destinadas a mudar a forma espacial da cidade, o que para o autor seria a localização de objetos, tais como casas, utensílios, redes de transporte etc., e também políticas destinadas a afetar os processos sociais que existem nas cidades – isto é, as estruturas sociais e atividades que interligam pessoas, organizações, oportunidades de emprego, beneficiários da assistência social, etc. Para o autor, o ideal seria estarmos aptos a harmonizar essas políticas para obter algum objetivo social coerente.

A partir das reflexões expostas ao longo desta sessão, afirmamos que o poder público tende a agir de forma seletiva, priorizando grupos sociais com maior poderio político e econômico. A partir de uma perspectiva excludente, o Estado tenderia a agir de forma seletiva contra as classes subalternas na aplicação e cumprimento das leis. Porém, é preciso enxergar o Estado, como destaca Poulantzas (2000), como uma arena, onde as disputas estão colocadas, levando em consideração sua porosidade.

A seguir apresentaremos as características socioeconômicas do município de Campos dos Goytacazes e as recentes transformações em seu espaço urbano.

CAPÍTULO 2 - A DINAMIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES À LUZ DAS TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS

No presente capítulo, nos propomos a realizar uma abordagem do processo histórico da urbanização no município de Campos dos Goytacazes, dando ênfase ao período atual, onde a economia petrolífera e o Complexo Logístico e Industrial do Porto do Açú (CLIPA) passam a ter relevância no contexto local, alterando a dinâmica socioespacial e econômica do município. Além disso, serão discutidas as novas dinâmicas do espaço urbano, levando em consideração a expansão de condomínios horizontais fechados e a apropriação da natureza pelos grandes empreendimentos, principalmente os de auto segregação, ocupados por uma população de alta renda.

2.1 A ECONOMIA E A TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

A região norte fluminense, onde o município de Campos está situado, teve sua economia assentada na produção sucroalcooleira durante muitas décadas, a qual tinha grande peso na economia local. Porém, desde o final dos anos 80, esse setor sofreu forte estagnação, o que gerou grande desemprego no município de Campos, que já chegou a ser o segundo maior produtor de cana do país (CRUZ, 2007). Esta forte decadência do setor agrícola foi compensada posteriormente pela renda advinda da exploração do petróleo, embora o município de Campos não obtenha renda proveniente dos capitais fixos, na medida em que estes se concentram em sua maioria na faixa litorânea entre Maricá e Macaé, ele obtém renda advinda com os repasses dos *royalties* (CRUZ, 2007). Desta forma, criou-se uma dependência rentista que ainda perdura até hoje.

A seguir, apresentamos na Figura 1 o mapa da localização do município de Campos com a área urbana delimitada.

funcionamento do CLIPA. Inclusive, muito se questionou a respeito de sua viabilidade em função da dimensão dos impactos negativos que vêm sendo gerados no ambiente.

No que tange ao espaço urbano campista, o CLIPA também vem causando significativas transformações, principalmente no setor imobiliário, que ganhou ainda mais fôlego. Os empreendimentos imobiliários lançados no município são direcionados para diversos perfis socioeconômicos. Porém, os que mais se destacam são os apartamentos de elevado padrão, e também as casas em condomínios fechados (GOMES, 2015).

Durante o período mencionado, podemos observar em Campos a chegada de grandes empresas do ramo atacadista, grandes redes de supermercado como o *Walmart*, lojas de varejo como as Lojas Americanas, Marisa e redes de *fast foods*. Além disso, houve a inauguração do maior *shopping* da cidade (*Boulevard Shopping*) em 2011, que trouxe consigo várias franquias antes inexistentes no espaço urbano local. Para Sposito (2007), essas questões dizem respeito à concentração de capitais no território que acaba provocando a expansão territorial das empresas comerciais de grande porte, nacionais ou transnacionais. Assim, a autora assinala que a compreensão dessas transformações transcende a escala regional, exigindo uma análise escalar mais ampla, considerando que

Estruturas urbanas organizadas por um centro principal e único são sobrepostas por lógicas espaciais mais complexas e decididas fora da escala de poder econômico e político local, em função de interesses comerciais e imobiliários que implantam shopping centers, que expandem redes de comércio de múltiplas filiais ou de franquias que associam atores econômicos locais a atores econômicos nacionais (SPOSITO, 2007, p. 242).

A autora afirma ainda que a expansão dessas redes nacionais e internacionais de supermercados e hipermercados se concentraram na comercialização de produtos de diferentes tipos e se estabeleceram por sistemas de franquia, se expandindo territorialmente e fortalecendo os papéis que as cidades médias cumprem na região nas quais estão inseridas. Isso impactou de forma inexorável os papéis terciários das cidades pequenas e, ao mesmo tempo, se impôs como competitividade sobre os capitais locais e regionais (SPOSITO, 2007).

Além disso, o programa Morar Feliz da prefeitura teve impacto significativo na dinâmica do espaço urbano no referido município. Esse programa tinha como intuito remover famílias que estavam em situação vulnerável, residindo em moradias insalubres ou ocupando áreas ou regiões consideradas pelo poder público como “de risco” ou

“áreas *non edificant*”¹² e levadas para os conjuntos habitacionais. Na maioria das vezes, esses conjuntos habitacionais se situavam em bairros distantes do centro e desprovidos de qualquer serviço público como hospitais, escolas etc.

Mendes *et al.* (2014) destaca que os conjuntos habitacionais foram todos construídos no limite do sítio urbano e preferencialmente em áreas que não interessavam ao setor imobiliário. Além disso, cabe destacar que as casas eram de péssima qualidade e, em pouco tempo de uso, os moradores reclamavam de rachaduras e infiltrações. Segundo Falcão (2015), esses problemas estruturais, aliados à ausência de serviços públicos nos conjuntos, são os principais motivos que muitas vezes levam as pessoas alocadas nesse programa a abandonarem suas casas. Na Figura 2 podemos observar um desses conjuntos habitacionais, sendo notória a ausência do “verde” nesses tipos de habitação popular.

Figura 2 - Casas do programa Morar Feliz da prefeitura de Campos dos Goytacazes, localizadas no bairro Parque Eldorado



Fonte: Extraído do site da Prefeitura de Campos dos Goytacazes¹³.

¹² Segundo a Lei de Uso e Ocupação do Solo do município de Campos, “Áreas *Non Edificant*” correspondem à faixa de terra não edificável situada às margens de rodovias, ferrovias, linhas de transmissão, dutos, entre outras redes de infraestrutura, destinadas à segurança operacional dos sistemas instalados.

¹³ Disponível em: <https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=37854> Acesso em 24 mar. 2019.

Sposito (2007) infere que os poderes público e privado tiveram um papel importante no que tange à expansão dos conjuntos habitacionais populares em países da América Latina. Assim, a autora assinala que

Por isso, vejamos a força da noção de periferia para explicar as novas formas de produção do espaço urbano que se estabeleceram, sobretudo, na segunda metade do século XX, nas cidades latino-americanas, gerando novas áreas de assentamento humano, de natureza residencial, a partir de iniciativas públicas e privadas de implantação de loteamentos e conjuntos habitacionais voltados aos segmentos de menor poder aquisitivo (SPOSITO, 2007, p. 241).

Nesse sentido, observamos que a autora destaca o papel dos setores públicos e privados na configuração de novos assentamentos e loteamentos nas periferias urbanas. No município de Campos, observamos a preponderância da atuação do Estado na expansão desses condomínios de habitação popular periféricos, através da materialização do programa Morar Feliz.

Outro fator que precisa ser mencionado, e ainda é pouco estudado pelos pesquisadores da região, é a influência do programa federal de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e a expansão dos Institutos Federais (IFs) no mercado imobiliário local. Os programas de expansão de Universidades e Institutos Federais foi uma iniciativa do governo do Partido dos Trabalhadores (PT), que buscava expandir estas instituições implementando novos *campi* e criando novos cursos. Nesse sentido, a Universidade Federal Fluminense do polo de Campos ganhou cinco novos cursos de graduação: Geografia, História, Economia, Ciências Sociais e Psicologia. O Instituto Federal Fluminense, *campus* Centro, também ganhou novos cursos e novas instalações. Além disso, foi inaugurado em 2006 um novo *campus* na região de Guarus¹⁴. O aumento do número de cursos, assim como a ampliação dessas instituições, provocou um acréscimo no número de estudantes e professores, aumentando a procura por moradia, o que conseqüentemente pode ter tido uma certa influência no mercado imobiliário.

As transformações vivenciadas no espaço urbano campista vêm trazendo importantes mudanças para a cidade como um todo. Para Corrêa (2007), quanto mais a cidade cresce demograficamente e se dinamiza através da distância entre o centro e a periferia, mais complexa será a organização do espaço intra-urbano. Assim, quanto maior o tamanho demográfico e a complexidade econômica, maior será a fragmentação

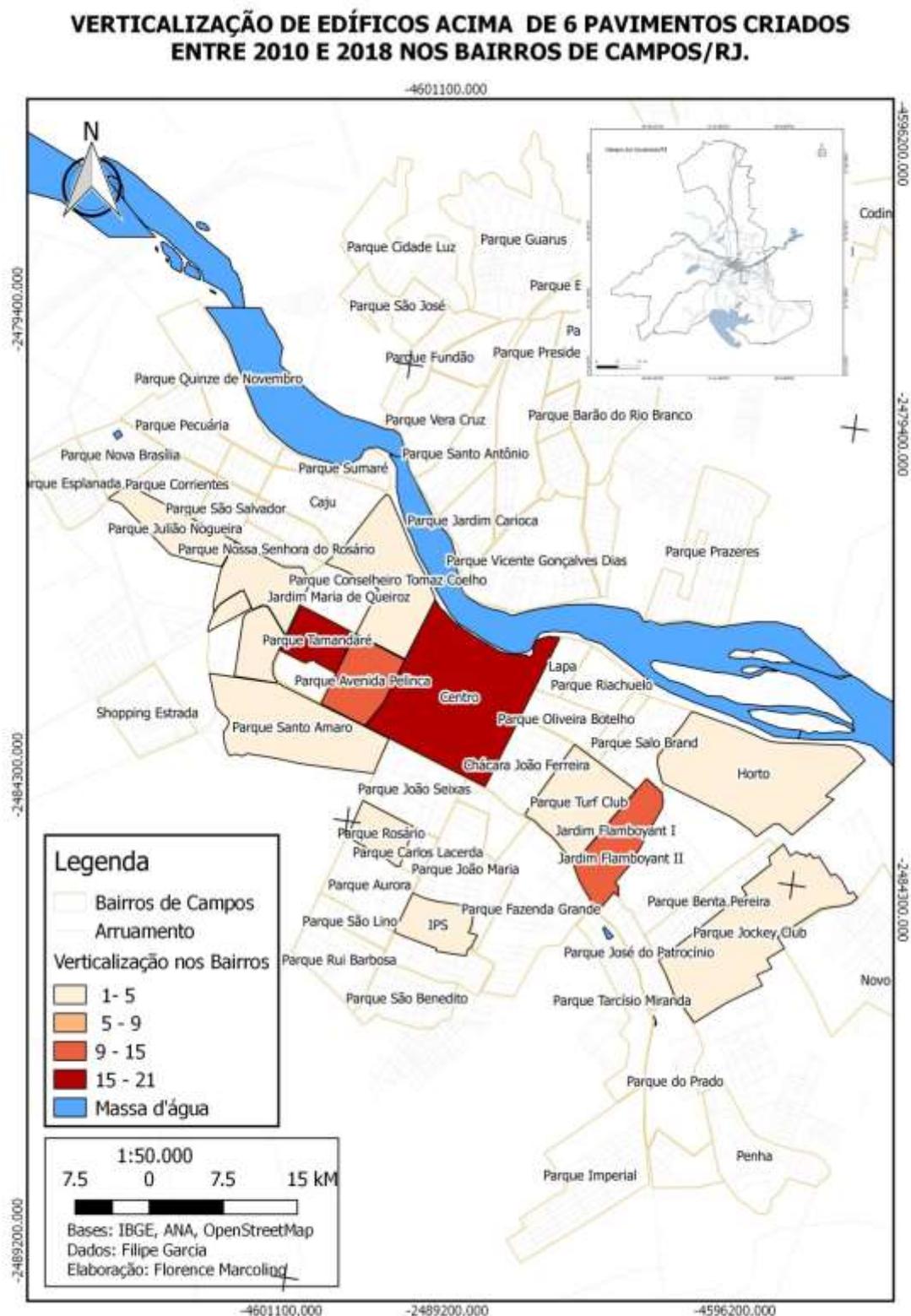
¹⁴ Ao utilizarmos o termo “região de Guarus”, estamos nos referindo aos bairros circunscritos à margem esquerda do Rio Paraíba do Sul. Não confundir com o bairro “Parque Guarus”, que é um bairro contido na referida região.

do tecido social, o que deverá acarretar em uma diferenciada projeção espacial das classes sociais e suas frações, levando a uma divisão social mais complexa, com áreas sociais mais claramente distintas (CORRÊA, 2007).

A partir de todas estas transformações no contexto local, dois fenômenos, como dito anteriormente, vem se tornando muito presentes na cidade de Campos. Um deles está relacionado ao surgimento de um considerável número de condomínios fechados, principalmente os condomínios horizontais de auto segregação, ocupados em sua maioria por uma população de alta renda. E o outro fenômeno, observado de forma muito intensa na cidade, é a verticalização, que vem alterando de forma significativa a paisagem urbana. Esse fenômeno é muito visível em certos bairros como nos arredores do Parque Avenida Pelinca e Parque Tamandaré, que é chamado por alguns autores de quadrado mágico¹⁵. Também observamos outro eixo de verticalização localizado no bairro Jardim Flamboyant. A seguir, podemos observar através da Figura 3 um mapa sobre a verticalização de Campos no período de 2010 a 2018.

¹⁵ O termo “quadrado mágico”, cunhado por Alvarenga e Pedlowski (2011), engloba bairros no entorno do Parque Avenida Pelinca, como o Parque Tamandaré, Parque São Caetano, Parque Santo Amaro e Jardim Maria Queiroz.

Figura 3 - Edifícios acima de seis pavimentos, criados entre 2010 e 2018, nos bairros de Campos dos Goytacazes/RJ



Fonte: Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade Urbana de Campos dos Goytacazes.

Dados: Filipe Garcia.

Elaboração: Florence Marcolino.

A partir dos dados do *habite-se*¹⁶, coletados na Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade da cidade de Campos, foi possível obter os números referentes à construção de edifícios na cidade. Selecionamos apenas os prédios acima de seis pavimentos, o que de fato evidencia uma maior verticalização. A partir da análise da Figura 3, podemos notar que os bairros que mais se verticalizaram no período foram o Centro, Parque Tamandaré, Parque Avenida Pelinca e Jardim Flamboyant. Se considerarmos apenas o Quadrado Mágico (Parque Avenida Pelinca e Tamandaré), o número de edificações supera o a região central. Por outro lado, nenhum bairro da região de Guarus apresentou alguma verticalização no período exposto.

Para se ter uma ideia da expansão da verticalização do bairro Flamboyant, basta que se compare a quantidade de prédios acima de seis andares, identificado por Freitas (2011), com o número desses atualmente. Em 2011, a autora identificou apenas dois prédios (em construção) acima de cinco andares. Atualmente, esse número subiu para doze, a maioria deles já terminados e ocupados por moradores. Esse processo pode ser explicado pelo aumento do lucro que a verticalização proporciona aos agentes imobiliários, pois multiplica o uso do solo. Devido a essa multiplicação, terrenos que no passado eram utilizados para residências unifamiliares estão sendo utilizados nos dias de hoje por um número maior de famílias que residem em apartamentos (FREITAS, 2011). É importante ressaltar que a prefeitura realizou uma alteração no Plano Diretor do município, que até o ano de 2010, proibia a construção de apartamentos com mais de quatro andares no bairro em questão. Percebemos, com isso, o alinhamento do poder público com os interesses do capital imobiliário.

Verificamos que o expressivo aumento da verticalização, assim como o crescimento urbano no município estão sendo conduzidos segundo os interesses dos agentes imobiliários que, de acordo com uma lógica capitalista, visam direcionar a ocupação do espaço urbano para uma população de alta renda. Tal processo foi identificado por Freitas (2011) onde a autora aponta em seu trabalho que as áreas preferenciais para o processo de verticalização foram a parte oeste da cidade, abarcando o bairro Avenida Pelinca e seu entorno, além do bairro Jardim Flamboyant.

Segundo Costa e Alves (2005), nas últimas décadas o processo de verticalização é explicado pela falta de espaço nas áreas consideradas privilegiadas, o que leva a uma

¹⁶ “Habite-se” é uma certidão expedida pela prefeitura atestando que o imóvel (casa ou prédio residencial ou comercial) está pronto para ser habitado e foi construído ou reformado conforme as exigências legais estabelecidas pelo município, especialmente o Código de Obras.

maior concentração de pessoas nas áreas mais nobres. As autoras ainda destacam que a verticalização é um processo que comumente leva à concentração populacional, o que tende a piorar a qualidade de vida dos habitantes urbanos.

Costa e Alves (2005) propuseram o monitoramento da expansão urbana de Campos com a utilização do Geoprocessamento. Para tanto, as autoras utilizaram imagens de satélite e fotos antigas e analisaram a expansão da mancha urbana de Campos de 1837 até 1999. No período de 1984 a 1999, as autoras observaram que a cidade apresentou tanto um ritmo acelerado de crescimento em direção ao litoral, quanto a continuação de um forte crescimento urbano nos arredores da BR 101, em direção à Vitória (ES).

O processo de verticalização é visto por alguns autores como um grande agravante dos problemas sociais e ambientais. Alvarenga e Pedlowski (2010) apontam que esse processo acarreta fortes impactos e prejuízos para a população mais pobre e também para os sistemas naturais. Os autores afirmam que os bairros mais valorizados de Campos, como o Parque Avenida Pelinca, têm sido foco de um grande processo de verticalização iniciado no começo da década de 80, do século XX, o qual provocou um forte aumento populacional nessa área, chamada pelos autores de “quadrado mágico”. Essa denominação vem do fato de que essa área concentra um número maior de serviços, comércio, bancos, lojas etc., e se tornou foco de investimentos tanto públicos quanto privados. Trata-se de uma área da cidade ocupada em maior proporção pela população de alta renda.

Segundo Manhães e Arruda (2017), o crescimento do mercado imobiliário em Campos dos Goytacazes viveu um grande *boom* nos últimos anos, impulsionado principalmente pela economia do petróleo, com as novas descobertas do pré-sal e a instalação do Complexo Logístico e Industrial do Porto do Açú. Entretanto, as autoras ressaltam que embora estejamos passando por um período de crise econômica no país, muitos empreendimentos residenciais de classe média e alto padrão lançados nos últimos anos ainda se encontram em fase de obras.

Singer (1980) nos ajuda a refletir sobre o processo de valorização do bairro Avenida Pelinca, ao afirmar que

O acesso a serviços urbanos tende a privilegiar determinadas localizações em medida tanto maior quanto mais escassos forem os serviços em relação à demanda. Em muitas cidades, a rápida expansão do número de seus habitantes leva a esta escassez a nível crítico, o que exacerba a valorização das poucas áreas bem servidas. O funcionamento do mercado imobiliário faz com que a ocupação dessas áreas seja privilégio das camadas de renda mais

elevada, capazes de pagar um preço alto pelo direito de morar. A população mais pobre fica relegada às zonas pior servidas e que, por isso, são mais baratas (SINGER, 1980, p. 82).

Assim, transpondo as reflexões de Singer (1980) ao período em curso no município de Campos, percebemos que as áreas do entorno da Avenida Pelinca têm se valorizado de forma intensa, pois é o bairro onde se concentram serviços como lojas, restaurantes, bancos, *shoppings centers* etc. Assim, o processo de verticalização, como identificado por Freitas (2011), tende a se intensificar nesse bairro devido ao maior processo de especulação imobiliária. A população mais pobre do município fica impossibilitada de adquirir um imóvel nessa área ou de pagar um aluguel, e, por isso, são levadas a ocupar bairros periféricos com serviços públicos e privados escassos.

A verticalização, no entanto, não é percebida em áreas marginalizadas nos bairros da região de Guarus, onde se verifica a predominância de construções horizontais e residências unifamiliares. Para Freitas (2011), esses locais interessam pouco ao setor imobiliário, pois são ocupados em sua maioria pela população de baixa renda. A Figura 4 demonstra o aspecto da verticalização no bairro Avenida Pelinca.

Figura 4 - Aspecto da verticalização do Parque Avenida Pelinca e seus arredores no município de Campos dos Goytacazes/RJ



Fonte: Dados do autor, 2019.

Na Figura acima temos uma visão do “Quadrado Mágico” e o aspecto da sua verticalização. Na próxima sessão, mostraremos como os condomínios horizontais

fechados vêm crescendo no município, ganhando cada vez mais adeptos. No entanto, estão restritos à população de alta renda.

2.2 A EXPANSÃO DOS CONDOMÍNIOS FECHADOS EM CAMPOS DOS GOYTACAZES

Para Zacchi (2012), a expansão dos condomínios horizontais em Campos se intensificaram a partir dos anos 1990. Essa expansão reproduziu a lógica do contexto nacional, onde esse tipo de empreendimento ganhou cada vez mais adeptos. O discurso promovido pelos agentes imobiliários remete a um espaço exclusivo, individualista e longe do centro urbano, que remete ao caos e baixa qualidade de vida. Esse discurso sedutor apresentado pelos condomínios fechados é que vem permeando os discursos de sua implantação e atraindo um número cada vez maior de pessoas, principalmente aqueles que tem condições de pagar. Para Santos (1994),

Projetou-se e criou-se um novo espaço. Não foi colocado à venda só o terreno, mas um novo estilo de vida, uma maneira de morar, a valorização do verde, o contato com a natureza, a segurança intramuros, deixando-se para trás a poluição, a violência, o corre-corre, a desordem urbana. O condomínio fechado surgiu como uma nova concepção de morar numa cidade marcada pela insegurança (SANTOS, 1994, p. 45).

Para Ivo (2012), o sentimento de insegurança generalizado nos grandes centros urbanos tem levado as classes médias e altas a buscarem espaços protegidos, fornecidos pelo mercado imobiliário como garantia de tranquilidade, harmonia e bem-estar. Essa constante tensão social e o sentimento de insegurança permanente ensejam a formação de “simulacros” de cidades (cidades idealizadas), que desafiam a utopia do espaço público e político das cidades. Nesse sentido, o setor imobiliário explora a experiência urbana filtrada pela segurança como produto do mercado, a “cidade idealizada”. Assim, o autor complementa

(...) legitimando a segregação espacial com fortes campanhas publicitárias que exploram a relação com o lugar, o valor da vida comunitária, da harmonia e da integração com a natureza, a tranquilidade e a segurança, opondo-se ao “outro” ameaçador genérico, ou seja, a sociedade real (...) (IVO, 2012, p. 135).

Trata-se, pois, do “novo padrão de segregação urbana, baseado na criação de enclaves fortificados que representa o lado complementar da privatização da segurança e transformação das concepções do público” (CALDEIRA, 2000, p. 11).

Para Manhães e Arruda (2017), o município de Campos sofreu grande queda na produtividade do plantio de cana-de-açúcar, e, assim, muitas terras ficaram ociosas. Devido a isso, observamos uma rápida expansão urbana em direção a estas terras, abrindo margem para a especulação imobiliária, acarretando uma grande valorização e a transformação de antigas áreas rurais em urbanas. Admite-se, assim, que os condomínios fechados se localizam nestas áreas valorizadas e de expansão, representando uma nova opção de moradia para as camadas de alto poder econômico.

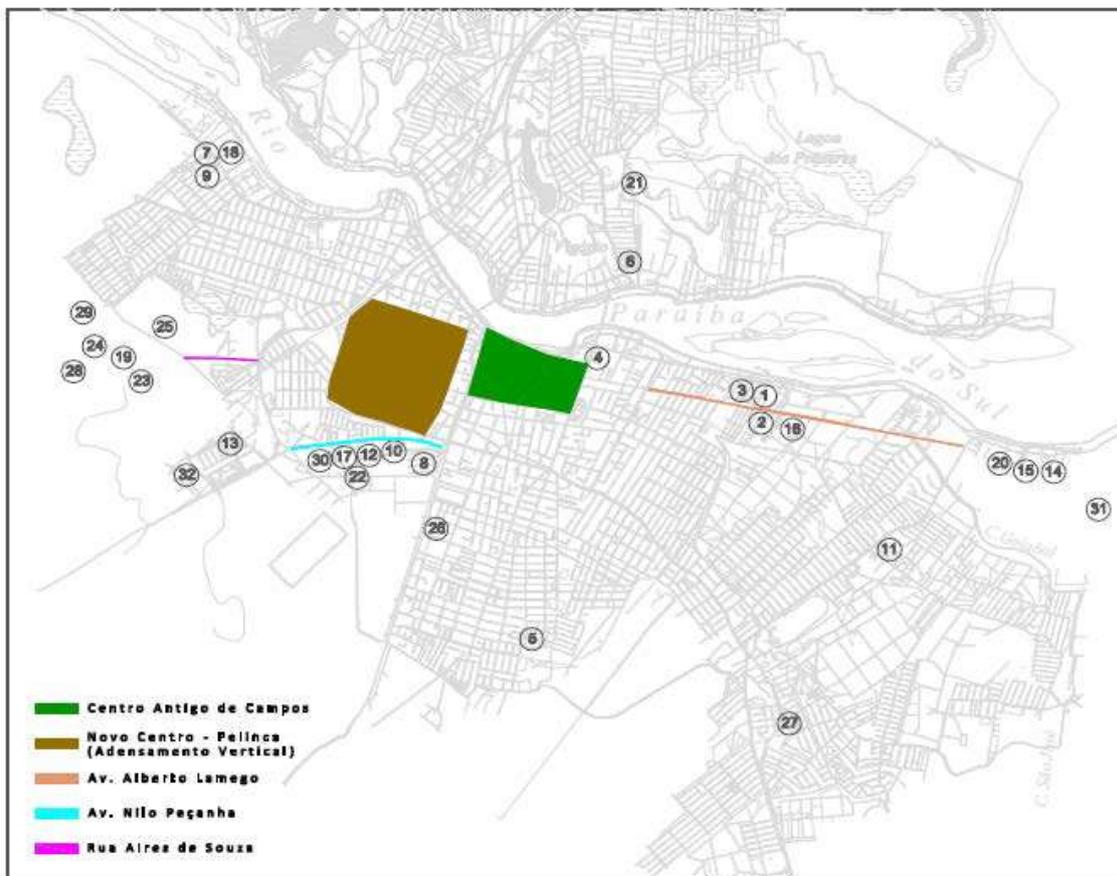
As autoras também identificaram que a partir do ano de 2007, a rua Aires de Souza, conhecida como Estrada das Palmeiras, localizada no Parque Rodoviário, passou a ser foco dos empreendimentos. Neste local, as autoras identificaram a existência de oito condomínios fechados, uns já concluídos e outros ainda na fase de implantação. A rua em questão é próxima do *Shopping Boulevard* e constitui principal via de acesso aos condomínios.

Nesse mesmo local vem sendo realizada a remoção dos moradores da favela da Margem da Linha, que estão sendo transferidos para unidades do conjunto habitacional Morar Feliz. Para Manhães e Arruda (2017), não assusta a proximidade de alguns condomínios privados próximos de favelas, pois tais condomínios, constituindo-se como “enclaves fortificados”¹⁷, caracterizam-se por serem murados, com porteiros, cercas eletrificadas e câmeras de segurança. Assim, se tornam seguros e protegidos daqueles que, embora estejam próximos geograficamente, se encontram apartados socialmente.

A Figura 5 mostra a localização dos condomínios fechados na cidade.

¹⁷ Ver Caldeira (2000).

Figura 5 – Mapa da localização dos condomínios horizontais fechados em Campos dos Goytacazes/RJ



Fonte: Extraído de Manhães e Arruda (2007).

- | | | |
|----------------------------|------------------------------|------------------------|
| 1 - Itacoatiara (Horto) | 12 - Parque das Palmeiras II | 23 - Parthenon Park |
| 2 - Bosque das Acácias | 13 - Sonho Dourado | 24 - Damha I |
| 3 - Bougainvillee | 14 - Remanso do Parayba | 25 - Royal Boulevard |
| 4 - Green Peace | 15 - Palm Springs | 26 - Vivere |
| 5 - Village dos Goytacazes | 16 - Privilège | 27 - Alphaville |
| 6 - Villa Alice | 17 - Da Torre | 28 - Damha II |
| 7 - Castanheiras | 18 - Granja Corrientes | 29 - Nashville Park |
| 8 - Golden Garden | 19 - Athenas Park | 30 - Raul Linhares |
| 9 - Village Saint Germain | 20 - Vale do Paraíba | 31 - Solar dos Airizes |
| 10 - Parque das Palmeiras | 21 - Terra Nova | 32 - Verti Vita |
| 11 - Residencial Hibiscus | 22 - Canto do Bosque | |

Percebemos, a partir da análise do mapa acima, que existe no município uma tendência de concentração de condomínios em três eixos. Além da rua Aires de Souza, próximo ao *Shopping Boulevard*, como já destacamos, também podemos ver destacado no mapa a Avenida Nilo Peçanha, que concentra as terras da antiga Usina do Queimado, e também a Avenida Alberto Lamego, localizada no bairro do Horto, sentido São João da Barra. Os condomínios presentes nesses locais se caracterizam por serem horizontais e de alto padrão. Notamos, ainda, que na margem esquerda do Rio Paraíba do Sul, na

região do subdistrito de Guarus, existem apenas dois condomínios, e que não são de alto padrão.

Singer (1980) afirma que

O elemento prestígio tende a segregar os mais ricos da classe média, que paga muitas vezes um preço extra pelo privilégio de morar em áreas residenciais que os “verdadeiros” ricos estão abandonando exatamente devido à penetração dos arrivistas. Os promotores imobiliários, que conhecem bem esses mecanismos, tiram o máximo proveito dele ao fazer “lançamentos” em áreas cada vez mais afastadas para os que podem pagar o preço do isolamento e ao mesmo tempo incorporar prédios de apartamentos em zonas residenciais “prestigiosas” (SINGER, 1980, p. 82).

Trazendo o fragmento de Singer (1980) para a nossa realidade, podemos relacionar a expansão dos condomínios fechados à tendência, que existe hoje em Campos, da classe mais rica optar por abandonar a região da Avenida Pelinca e ir em direção às áreas mais afastadas, alegando maior qualidade de vida. Esse desejo obviamente está atrelado às estratégias propagandistas dos grandes empreendimentos, que buscam atrair os compradores com o discurso da natureza, segurança, exclusividade etc.

Singer (1980) ainda destaca que os programas de renovação urbana variam no tempo e no espaço, porém eles têm algo em comum: não resta dúvida que tem como resultado, na maioria das vezes, a recuperação em áreas de deterioração para uso das camadas média ou rica e das empresas que lhes prestam serviços. Os antigos moradores, que não ganham nada com a renovação, muitas vezes não possuem poder aquisitivo para continuar na zona renovada e são obrigados a se mudar. Ao mudarem, essas pessoas acabam indo para lugares distantes do centro, o que significa muitas vezes maior distanciamento do trabalho, ou inclusive a perda do mesmo, pagamento de aluguel mais elevado nas áreas renovadas e a perda de relações de vizinhança, o que, na visão de Singer (1980), se constitui uma das partes mais trágicas, principalmente para pessoas pobres e desamparadas.

Assim, a constante valorização e especulação da região do “quadrado mágico” pode provocar a expulsão de antigos moradores ou mesmo a restrição de acesso aos novos que estarão impossibilitados de pagar por um aluguel elevado ou mesmo adquirir um imóvel nessa parte da cidade.

2.2.1 A mercantilização da natureza em Campos dos Goytacazes

A ideia de acesso à natureza para a garantia de qualidade de vida vem sendo amplamente difundida nas estratégias de propagandas. Para os agentes imobiliários, as amenidades ambientais seriam indicadores irrefutáveis para se viver bem e melhor. Nas Figuras 6 e 7, podemos observar como esses empreendimentos se utilizam do discurso de valorização da natureza para vender uma ideia de moradia com qualidade de vida.

Figura 6 - Propaganda do condomínio fechado Alphaville

Com lotes a partir de 406 m², o **Alphaville Campos** traz um novo conceito de qualidade de vida e contato com a natureza para a região.

Alphaville
CAMPOS

Compartilhe este empreendimento:

CONHEÇA O EMPREENDIMENTO

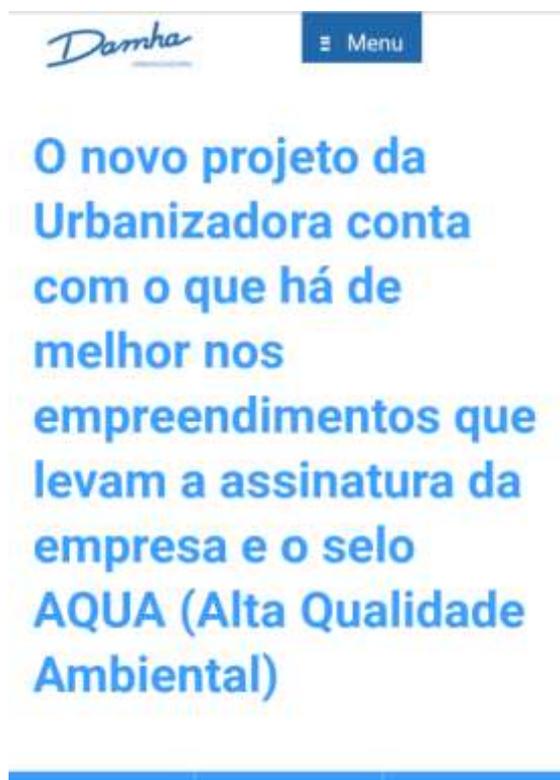
Com lotes a partir de 406 m², o **Alphaville Campos** traz um novo conceito de qualidade de vida e contato com a natureza para a região.

- 499.140 m²
área do empreendimento
- 406 m²
de área média nos lotes das 592 unidades
- 80.493 m²
de áreas verdes
- 23.160 m²
área do terreno do clube

Fonte: Extraído do *site* promocional do condomínio¹⁸.

¹⁸ Disponível em: <<https://www.alphavilleurbanismo.com.br/residencial/alphaville-campos?>> Acesso em 15 mai. 2018.

Figura 7 - Propaganda do condomínio Damha



Fonte: Extraído do *site* promocional do condomínio¹⁹.

Interessante observar que o condomínio Damha destaca que é certificado por um selo de qualidade ambiental. Assim como nesse condomínio, Gomes (2017) assinala que no Parque de Madureira, na cidade do Rio de Janeiro onde seus estudos foram realizados, ressaltam-se com frequência o fato da Fundação Vanzolini ter conferido ao referido parque a certificação AQUA²⁰ sustentabilidade, constituindo-se no primeiro parque urbano a receber esse selo. A estratégia de propaganda desse selo se constitui em um dos pressupostos da sustentabilidade discutida no capítulo 1. Aqui, utiliza-se de um selo de qualidade ambiental com a finalidade de dar destaque aos empreendimentos e aumentar seu valor. Novamente, a “natureza” é acessível apenas a quem pode adquirir um imóvel no condomínio fechado.

¹⁹ Disponível em: <<http://www.damha.com.br/?empreendimentos=campos-dos-goytacazes-damha-i>> Acesso em 15 mai. 2018.

²⁰ Segundo o *site* da empresa Fundação Vanzolini, o selo AQUA garante ao empreendimento: economia direta de água e energia; menores custos de condomínio – energia, água, conservação e manutenção; melhores condições de conforto e saúde; disposição correta de resíduos e manutenção; contribuição para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental da região; e maior valor patrimonial ao longo do tempo.

Abaixo, podemos observar através da Figura 8 imagens de outro empreendimento.

Figura 8 - Empreendimento Villa Real, localizado no bairro Alphaville



Fonte: Dados do autor (2019) e do *site* promocional do empreendimento²¹.

Na Figura acima vemos a propaganda de um loteamento aberto que será localizado no bairro Alphaville, chamado de Villa Real. A empresa construtora é a Faezam Engenharia, que deixa claro no *site* seu “compromisso ambiental”. No *outdoor*, encontramos a seguinte frase: “Aqui começa a realização do seu sonho”, com isso, os agentes imobiliários passam a ideia de que os sonhos dos clientes se realizarão ao adquirir um lote nesse empreendimento. É perceptível nesses anúncios o apelo ambiental visto a presença de um campo gramado e algumas árvores. Frases de impacto apelam para elementos naturais próximos, enfatizando a localização do empreendimento como espaço do “bem viver” e de retorno à natureza (IVO, 2012).

²¹ Disponível em: <<http://faezam.com.br/>> Acesso em 10 set. 2018.

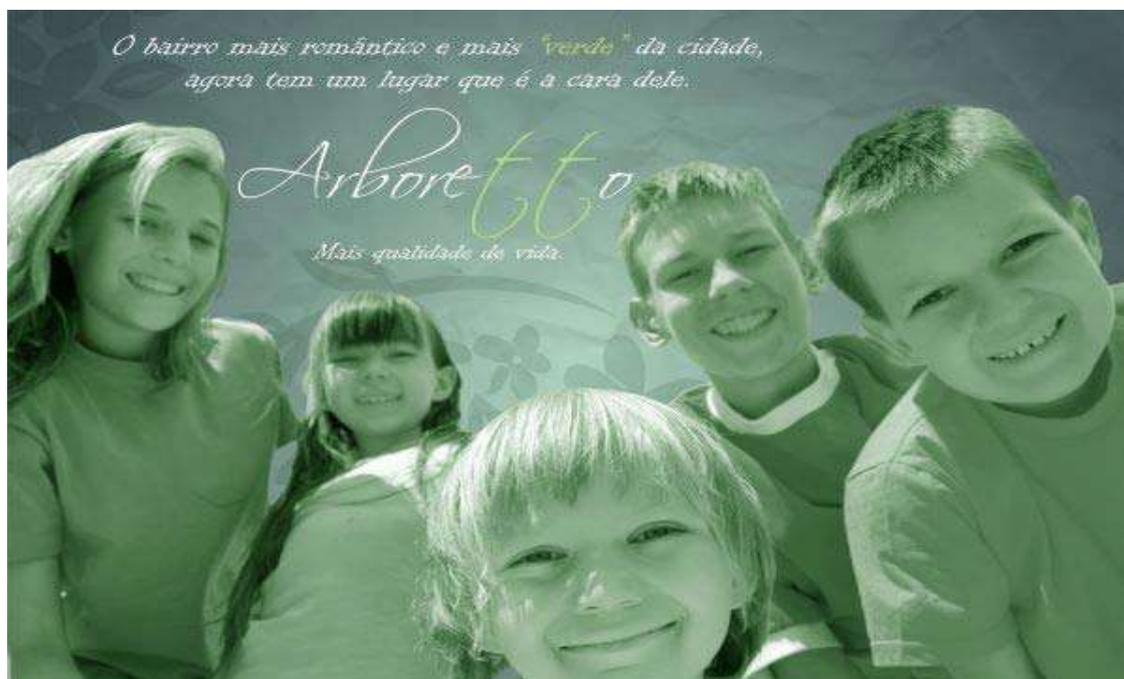
Podemos ver nas Figuras 9 e 10 propagandas de outros empreendimentos que também realizam um apelo ao “verde” e à “natureza”.

Figura 9 - Anúncio do empreendimento *Le Jardin Vert*



Fonte: Extraído de Freitas (2011).

Figura 10 - Lançamento do empreendimento *Arboretto* no Bairro Flamboyant



Fonte: Extraído de Freitas (2011).

Na Figura 9, no anúncio do empreendimento *Le Jardin Vert* (O Jardim Verde, em português), percebemos a enaltação do “verde” como indicativo irrefutável de qualidade de vida. Para ilustrar a propaganda, utiliza-se de uma imagem do Jardim São Benedito. Na Figura 10, os agentes imobiliários destacam que o empreendimento *Arboretto* está localizado no bairro Flamboyant, que segundo eles, é o bairro mais romântico e mais “verde” da cidade.

Para Lefebvre (2004), na sociedade contemporânea quem mais compreende os homens são os publicitários. Esses utilizam a estratégia da propaganda e criam necessidades para se consumir a natureza. Assim, a natureza se torna um bem raro e precioso que passa a compor o imaginário do homem urbano. A natureza passa a ser, então, consumida de forma exclusiva.

Gomes (2009) ressalta que com a promessa de lazer, de segurança e do “verde”, componentes-chave do padrão de vida dominante, os empreendimentos imobiliários, voltados ao público de alta renda, em geral, são implantados com moderna infraestrutura e tratamento paisagístico. “Apresentam projetos arrojados e sistema de segurança monitorado, na tentativa de tornar acessível um ‘sonho’: o de ter conforto e segurança, no urbano, distante do “caos”, das áreas de maior aglomeração” (GOMES, 2009, p. 24).

Para Harvey (2005), não há formas científicas de afirmar que valores como harmonia, romantismo, cooperação e ajuda mútua são inerentes à natureza. Segundo este autor, a definição de valores para a natureza liga-se aos homens e não à própria natureza, bem como da ideia de uma vida em harmonia com a mesma. No caso dos empreendimentos imobiliários, observamos o uso da ideologia para dominar os compradores de uma ideia de vida confortável com a natureza.

Comprar, consumir e residir em um condomínio que preserva, protege e valoriza a natureza é símbolo de *status*. Se o empreendimento receber uma certificação verde (como na Figura 7), maior será o poder de sedução empregado para conquistar o comprador.

2.3 O MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES E O PLANEJAMENTO URBANO

É preciso ressaltar que um dos instrumentos utilizados para direcionar as ações públicas e privadas no espaço urbano é o Plano Diretor. Esse instrumento, obrigatório

em cidades com mais de 20 mil habitantes, é revisto de 10 em 10 anos. Muitos autores, como Ermínia Maricato, fazem duras críticas aos planos diretores, questionando sobre sua viabilidade e aplicabilidade.

Para Maricato (2013), os planos diretores não conseguiram regularizar e ordenar a ocupação urbana. Isso acontece porque na maioria das vezes eles são concebidos por instituições externas ou agências internacionais que não estão inseridas na realidade urbana vivenciada pelas cidades onde pretende-se implementá-los, e, por isso, são, na maioria dos casos, engavetados (MARICATO, 2013).

Outro problema apontado por Villaça (2012), referente ao planejamento urbano brasileiro, reside na presença de um Estado fraco e subserviente, o qual não tem força perante às organizações privadas. Assim, esse Estado foi incapaz de exigir por parte das grandes corporações imobiliárias e do poder econômico, um planejamento mais adequado do espaço urbano, com a implementação de loteamentos e ruas que seguissem um padrão de forma que facilitasse a circulação de pedestres e automóveis nas cidades brasileiras. Segundo Villaça (2012), comparada com outras cidades latino-americanas, as cidades brasileiras são caóticas, medíocres e funcionalmente inadequadas.

Para Nucci (2008), deve-se conceber o planejamento urbano como um instrumento crucial para a materialização da qualidade de vida na cidade, pois a ocupação desordenada levaria a uma queda na qualidade da mesma. O autor concorda com Maricato (2013), ao afirmar que

Além disso, importar métodos aplicados em outros países sem uma decodificação para a nossa realidade seria desastroso. Precisamos desenvolver a nossa própria forma de coletar, organizar, analisar e sintetizar os dados do meio físico da cidade, principalmente porque somos um país subdesenvolvido e, assim, com dificuldades estruturais e culturais para um bom desenvolvimento de pesquisas, pelo menos neste campo (NUCCI, 2008, p. 4).

A cidade de Campos passou por importantes reformas urbanísticas ao longo do século XX, que tinham por intenção promover um planejamento que levasse em conta aspectos higienistas e sanitaristas. Tais ações aconteceram inspiradas no contexto nacional e também pela necessidade crescente de uma intervenção pública no espaço urbano campista, que vinha ganhando certa projeção no contexto regional.

Como destaca Faria (2000), o primeiro plano urbanístico de Campos, conhecido como “Plano de Saturnino de Brito”, foi implementado em 1902. Esse plano tinha por intenção higienizar as áreas centrais promovendo drenagens de áreas pantanosas, limpeza e alargamento de ruas e avenidas, construção de praças, e também promover a

remoção da classe operária da área central, levando-a para a periferia. Assim, Faria (2000) destaca que

No início do século XX, são executados vários trabalhos nas partes privilegiadas da cidade: planejamento de praças, abertura de novas ruas, alargamento e prolongamento de ruas existentes, como também pavimentação, nivelamento, abertura de estradas (locais e intermunicipais) construção de edifícios públicos, de hospitais). Podemos destacar dois períodos de muitas reformas. Um, de 1901 a 1915, quando a atenção maior é dada à higiene e saúde pública; de 1915 a 1930 quando se procede as operações de embelezamento e a ampliação dos espaços (FARIA, 2000, p. 7).

No entanto, conforme revela a autora, as melhorias urbanas implementadas a partir desse plano não priorizaram as áreas mais periféricas do município. Dessa forma, infere que

Por outro lado, a população menos favorecida, por motivos óbvios, é deixada à margem deste processo de "modernização"; vivendo em condições precárias, ela se distribui pelas zonas mais distantes da cidade e onde os serviços de infra-estrutura ainda não chegaram: a periferia da cidade onde ainda existem pântanos e alagadiços. Apesar da falta de indicações em livros, em outras publicações ou em fotografias, esta parte da população aparece nos discursos, como nós o vimos anteriormente, ou "por casualidade" em certas fotografias (FARIA, 2000, p. 7).

Outro plano urbanístico que Faria (2000) destaca foi o Plano Coimbra Bueno, de 1944. Tal plano se propunha a organizar a cidade e integrar as áreas mais periféricas ao centro, que não tinham sido contempladas até então. Faria (2000) destaca que uma parte do subdistrito de Guarus finalmente foi integrada ao espaço urbano. Também destaca a integração de outros bairros como o Turf, Saco e Matadouro. Porém, essa intervenção urbanística não foi suficiente para conter o crescimento desordenado e a expansão de áreas favelizadas, pois a partir da década de 1950 e 1960, a área urbana passou por grande incremento populacional devido ao êxodo rural causado pela crise cafeeira na região.

A última grande intervenção urbanística na cidade durante o século XX foi o Plano de Desenvolvimento Urbanístico e Territorial de Campos (PDUC), criado em 1979. Esse plano surge no contexto de grande aumento da favelização e da crise sucrocooleira, que levou um grande contingente de pessoas para a área urbana. Assim, a elaboração do plano foi uma tentativa de colocar em prática instrumentos legais para conter a ocupação descontrolada do solo urbano, a qual ocorria com o crescimento do número de favelas e de loteamentos clandestinos em áreas inundáveis, ocasionando sérios problemas para a gestão urbana municipal (ZACCHI, 2012).

Uma das justificativas apontadas para a elaboração do Plano de 1979 foi o crescimento urbano para além da área delimitada pelo Plano de 1944, ultrapassando o traçado bem definido do referido Plano, o qual tinha como previsão um crescimento vertical para a cidade em função das áreas inundáveis e dos brejos que a circundavam. Segundo Zacchi (2012), isso não se concretizou devido à execução das obras de drenagem e saneamento pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS)²² e pelo antigo Departamento Nacional e Vias Navegáveis (DNPVN), tornando possível o crescimento horizontal da cidade.

Portanto, para Vieira e Faria (2003),

O Plano Urbanístico de 1979 buscava oferecer serviços urbanos às áreas carentes, principalmente à do 3º subdistrito de Guarus. No entanto, a intenção era o controle do crescimento urbano, ou seja, o incentivo à ocupação da população nas áreas com algum tipo de urbanização e, ao mesmo tempo, impedir o acesso às áreas de inundação e de reserva natural. Em outras palavras, o poder público economizou em infraestrutura, e, ainda nos dias atuais, a região de Guarus é deficiente em relação aos serviços de infraestrutura urbana (VIERIA & FARIA, 2003, p. 35).

Nesse sentido, esse Plano, que tinha por principal objetivo investir na área de Guarus, não levou em conta uma distribuição homogênea dos investimentos públicos, e, novamente, a região central concentrou as maiores quantidades de investimentos. Assim, as áreas periféricas continuaram apresentando sérios problemas de precariedade e exclusão. Essas questões confirmam as ideias de Harvey (2005) quando esse autor argumenta que o Estado se torna instrumento de dominação de classe, assumindo a função de mantenedor dos privilégios e da ordem social vigente.

Atualmente está em voga no município o Plano Diretor implementado em 2008. A revisão e reformulação desse plano estava prevista para o ano de 2018, quando o mesmo completaria 10 anos. Porém, as reuniões que têm por intenção promover essa reformulação ainda estão ocorrendo. O poder público decidiu organizar os debates do Plano Diretor no formato de plenárias, com o discurso de garantir a participação da sociedade civil e garantir o debate coletivo.

Quanto à presença de áreas verdes na área urbana, o Plano Diretor salienta que

²² A partir da segunda metade do século XX o poder público de Campos através do Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), realizou várias obras de dragagem na região da baixada. Essas obras levaram ao dessecação de lagoas e áreas pantanosas. Assim, os cursos d'água passaram a ser ligados por canais que convergiam para a Lagoa Feia (CARNEIRO, 2004).

Art.55. A criação, proteção e recuperação de áreas verdes têm como estratégia específica a instituição do Sistema Municipal de Unidades de Conservação e de Áreas Verdes, adotando como diretrizes:

(...)

II - A conservação dos bosques urbanos;

III - A promoção da arborização urbana;

IV - A criação, preservação e manutenção das áreas verdes e parques temáticos naturais, destinados à contemplação, ao lazer e a atividades esportivas, culturais e recreativas.

Art.56. Para a criação, proteção e recuperação de áreas verdes deverão ser executadas as seguintes ações e medidas de planejamento:

(...)

VI - Criar e implantar parque municipal, localizado em amplo espaço acessível por transportes públicos, com arborização e dotado de recursos e elementos ambientais;

VIII - Elaborar Plano Diretor de Arborização e de Áreas Verdes Urbanas para todo município.

Art.58. Para a criação, proteção e recuperação de áreas verdes deverão ser implementadas as seguintes ações e medidas de organização e institucionalização:

I - Manter e ampliar as áreas verdes privadas, através de incentivo do Poder Público;

II - Proteger as áreas verdes e aquelas consideradas como de preservação permanente, através da delimitação de Áreas de Especial Interesse Ambiental (áreas *non aedificandi*) com a definição de projetos para espaços públicos;

III - Definir medidas mitigadoras e compensatórias para a remoção de árvores em áreas urbanas do município (PLANO DIRETOR DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2008, p. 24).

Existem algumas críticas que podem ser ressaltadas ao analisar o Plano Diretor. No caput IV, do Artigo 55, fala-se em parques temáticos naturais, porém percebe-se nitidamente na cidade a falta de parques urbanos, esses exercendo principalmente a função de uma área verde livre acessível à população. Quando se atribui uma função “temática” a um parque, corre-se o risco de atender a interesses privados e não cumpra sua função ambiental e social. Exemplo claro disso é a Cidade da Criança, que foi construída sobre uma praça que funcionava como uma área verde em um local adensado da cidade e se transformou em um parque temático com estruturas de concreto e impermeabilizadas e ainda é cobrada a entrada de seus frequentadores, mesmo sendo um espaço público. Sua construção inclusive foi alvo de muitas críticas por ter gasto valores estratosféricos na casa dos 17 milhões de reais.

Assim, ao se criar esse espaço repleto de atrações para o público infantil, não se pensou na cidade como um todo. É perceptível a falta de espaços livres destinados ao lazer que atenda a toda população de maneira geral. Com isso, um parque urbano, configurando-se como uma área verde, se faz mais importante e necessário na atual conjuntura. Inclusive na revisão do Plano Diretor que está ocorrendo este ano, foi

acrescentada uma cláusula onde consta que poderá instituir valor de ingresso para acesso e visitação das áreas verdes, com a finalidade de ajudar o poder público na sua manutenção. A questão da cobrança em espaços públicos, no nosso entendimento, se torna algo a ser debatido de forma coletiva, pois na maioria das vezes não leva em consideração as características socioeconômicas de seus frequentadores.

De maneira geral, percebemos que no Plano Diretor do município é salientada a promoção da arborização urbana, criação de áreas verdes e parques. Contudo, não é o que se observa na prática.

No contexto nacional, é importante ressaltar que a lei federal do parcelamento do solo urbano (Lei n.º. 6.766/79) enumera algumas premissas que podem restringir a ocupação do solo em determinados lugares do espaço urbano. Nesse documento consta

Art. 3º Somente será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos em zonas urbanas, de expansão urbana ou de urbanização específica, assim definidas pelo plano diretor ou aprovadas por lei municipal. (Redação dada pela Lei nº 9.785, de 1999)

Parágrafo único - Não será permitido o parcelamento do solo:

I - em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, antes de tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas;

II - em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem que sejam previamente saneados;

III - em terrenos com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento), salvo se atendidas exigências específicas das autoridades competentes;

IV - em terrenos onde as condições geológicas não aconselham a edificação;

V - em áreas de preservação ecológica ou naquelas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis, até a sua correção (LEI N.º. 6.766/79).

Assim, percebemos que na cidade de Campos alguns pré-requisitos não são cumpridos, como, por exemplo, a construção em terrenos alagadiços. Devido à geografia local, a cidade de Campos situa-se em uma planície alagadiça, sujeita à inundações periódicas e ao acúmulo de água²³. No subdistrito de Guarus, por exemplo, existem inúmeras lagoas.

A lei de parcelamento do solo urbano também cumpre um importante papel no ordenamento territorial urbano. Para Benini e Martin (2010)

O parcelamento do solo é um fator indutor do crescimento das cidades, permitindo a inserção de terras urbanas no mercado imobiliário. Os novos loteamentos são obrigados por Lei Federal a ofertar infra-estrutura,

²³ Siqueira *et. al.* (2016) apontam que a área urbana se localiza em sua maior parte na planície flúvio-marinha constituída por uma superfície bastante plana cuja altitude é próxima a do nível do mar. Essa característica, por sua vez, confere ao município um forte potencial para a ocorrência de transbordamentos fluviais e lacustres, assim como para alagamentos nas áreas urbanas, na medida em que as canalizações da microdrenagem se encontram atualmente bastante obstruídas.

equipamentos urbanos, dentre os quais destacam os espaços livres destinados à implantação de áreas verdes públicas (BENINI & MARTIN, 2010, p. 63).

A lei de uso e ocupação do solo no município em estudo (Lei n.º. 7.975) entrou em vigor em 31 de março de 2008. Segundo ela, entende-se por área verde: “VII - Área verde: área descoberta e permeável, dotada de vegetação que contribua para o equilíbrio climático e favoreça a drenagem de águas pluviais”. Não é mencionado dessa forma que esses espaços devem atender ao uso público. Assim, destacamos o seguinte trecho

Subseção II

DA DESTINAÇÃO E DIMENSIONAMENTO DE ÁREAS PÚBLICAS

Art. 21 - Os parâmetros para destinação de áreas públicas previstas nesta Lei aplicam-se a todas as modalidades de parcelamento.

Art. 22 - As áreas públicas destinam-se à implantação de redes de infraestrutura, de equipamentos urbanos e comunitários e áreas verdes, assim discriminadas:

Art. 37 - O percentual de áreas destinadas à implantação de áreas verdes não poderá ser inferior a 6% (seis por cento) do total da gleba, excluídos o sistema viário e as faixas de domínio existentes.

Art. 38 - As áreas verdes previstas no projeto de loteamento deverão, sempre que possível, ser contíguas, evitando a fragmentação da cobertura vegetal existente.

Art. 39 - Poderão ser consideradas como áreas verdes aquelas que se enquadrarem nas seguintes condições:

I - Áreas de bosque e floresta;

II - Matas, inclusive ciliares, fora dos limites de Áreas de Preservação Permanente - APP, conforme legislação pertinente;

III - Terrenos situados na Área de Especial Interesse Ambiental – AEIA, definida no Plano Diretor.

Art. 40 - O poder público deverá incentivar a parceria público-privada com o objetivo de viabilizar a implantação e a manutenção de áreas verdes e de lazer nos parcelamentos.

Art. 41 - Não serão computados, para o cálculo das áreas verdes, os separadores medianos de vias, as rótulas viárias ou similares e as áreas localizadas entre os passeios e os alinhamentos dos lotes (LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO, PREFEITURA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2008).

Também consta na lei de parcelamento que as praças deverão ter, pelo menos, metade de sua área total arborizada e as áreas verdes deverão ser arborizadas com espécies e mudas apropriadas ao ecossistema local. A maioria das praças estudadas não contam com toda essa arborização. Na maioria delas, o percentual está abaixo dos 50%, como também foi evidenciado por Sant’anna (2017) em suas pesquisas. E como foi verificado também neste trabalho, muitas das praças que receberam investimento público nesses últimos nove anos ainda permanecem com baixo índice de arborização e permeabilidade, o que nos impossibilita de classificarmos elas como áreas verdes. A seguir, outro fragmento do Plano Diretor que trata das áreas verdes.

Art. 91. A estratégia específica de qualificação dos espaços públicos e privados e de melhoria dos serviços urbanos prestados à população, adotará como diretrizes:

I - O fomento a novas formas de atratividade turística e de lazer no Município, aproveitando as áreas verdes remanescentes, os cursos d'água, a orla oceânica e demais recursos paisagísticos;

II - A implementação de equipamentos turísticos, culturais e de lazer, em parques, praças e áreas verdes, associada à melhoria de facilidades urbanas e ao estímulo à instalação de atividades que conciliem a utilização pública e a preservação ambiental, segundo os princípios de sustentabilidade;

III - A ampliação de áreas arborizadas e de amenização urbana nos logradouros, para melhorar o conforto ambiental dos espaços públicos.

Art. 92. Para a qualificação dos espaços e a melhoria dos serviços urbanos serão adotadas as seguintes ações e medidas de planejamento:

I - Rever a legislação urbanística municipal definindo normas para parcelamentos, grupamentos de edificações e empreendimentos de grande porte, que garantam o equilíbrio entre o espaço construído e áreas verdes e entre o espaço privado e áreas para recreação e equipamentos públicos; (PLANO DIRETOR DE CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2008).

Neste sentido, percebemos que na lei existe todo o aparato para se pensar uma cidade mais verde, com mais praças, parques, arborização, criando assim um ambiente mais saudável e equilibrado. Porém, ainda não se observa no espaço urbano medidas efetivas para se prover a cidade dessas amenidades, pois a maioria dos bairros ainda são pouco ou nada arborizados e as áreas verdes são raras no espaço urbano campista, como veremos no capítulo 3.

Concordamos com Souza (2014), quando discorre algumas críticas a respeito de questões de leis sobre o zoneamento urbano. Para o autor, esse instrumento, concebido como uma ferramenta técnica por planejadores supostamente neutros e racionais, se configuram como um instrumento geopolítico a serviço da valorização capitalista do espaço e até, em muitos casos, a serviço da segregação residencial.

A seguir apresentaremos o estudo feito sobre as áreas verdes, assim como os investimentos públicos aplicados na mesma.

CAPÍTULO 3 – AS ÁREAS VERDES URBANAS EM CAMPOS DOS GOYTACAZES

Neste capítulo serão apresentadas as áreas verdes públicas urbanas da cidade de Campos, assim como o referencial teórico que utilizamos para conceituar e definir essas áreas. Será discutido o papel do poder público na criação e manutenção dos espaços verdes por meio da apresentação dos gastos oficiais no período de 2010 a 2018, buscando relacionar esses gastos com as características socioeconômicas de cada bairro. Neste capítulo também apresentaremos as análises qualitativas das áreas verdes identificadas. Ao longo das sessões, serão descritos e analisados os trechos das entrevistas com os agentes públicos que nos auxiliaram na compreensão do papel do Estado na implementação das áreas verdes urbanas.

Também serão apresentadas as entrevistas com os usuários das áreas verdes e sua percepção a respeito da importância e presença desses espaços no conjunto da malha urbana, destacando a importância da subjetividade da população na constituição dessas áreas. Todas as reflexões realizadas neste capítulo terão como pano de fundo o arcabouço teórico apresentado nos capítulos anteriores que versam sobre quem teria direito à natureza no espaço urbano e quais bairros são priorizados pelo poder público no tocante à materialização de políticas relacionadas à criação e manutenção de áreas verdes.

3.1 CONSTRUINDO O CONCEITO DE ÁREA VERDE

Existem diferentes abordagens e conceitos a respeito da presença de vegetação na cidade. Portanto, é importante destacarmos nesta pesquisa algumas concepções dos principais autores que versam sobre áreas verdes e justificar nossa escolha metodológica ao optarmos por um desses conceitos. O ponto em comum observado entre as diferentes abordagens é de que a vegetação deve ser o eixo estruturante presente nas áreas livres. Assim, toda área verde é uma área livre, porém o contrário não acontece, pois nem toda área livre é vegetada.

Alguns autores utilizam critérios mais técnicos e quantitativos para definir se uma área livre exerce a função de área verde. Deste modo, partem de dados como a densidade e diversidade de cobertura vegetal em determinada área ou a porcentagem do índice de impermeabilização do solo. Na seguinte pesquisa, nos basearemos em critérios

qualitativos para essa definição, utilizando-se da inferência visual que será baseada em imagens de satélite e observação *in lócus*. Destacamos, assim, ao longo desta sessão os trabalhos de Benini e Martin (2010), Buccheri Filho e Nucci (2006), Loboda e De Angelis (2005) e Bartalini (1986).

Para Loboda e De Angelis (2005), a qualidade de vida urbana está intimamente ligada a diversos fatores, como infraestrutura, desenvolvimento econômico-social, e, também, àqueles ligados a questões ambientais. Assim, os autores concluem que as áreas verdes públicas se constituiriam como elementos imprescindíveis para o bem-estar da população, pois influenciaria na saúde física e mental da mesma (LOBODA & DE ANGELIS, 2005).

Pereira Lima (1994) *apud* Loboda e De Angelis (2005), propôs a seguinte conceituação a respeito das áreas livres públicas urbanas.

Espaço livre: Trata-se do conceito mais abrangente, integrando os demais e contrapondo-se ao espaço construído em áreas urbanas.

Área verde: onde há o predomínio de vegetação arbórea, englobando as praças, os jardins públicos e os parques urbanos. Os canteiros centrais de avenidas e os trevos e rotatórias de vias públicas que exercem apenas funções estéticas e ecológicas, devem também, conceituar-se como área verde. Entretanto, as árvores que acompanham o leito das vias públicas que exercem apenas funções estéticas e ecológicas, não deve ser considerada como tal, pois as calçadas são impermeabilizadas.

Parque urbano: É uma área verde, com função ecológica, estética e de lazer, no entanto, com uma extensão maior que as praças e jardins públicos.

Praça: é um espaço livre público cuja principal função é o lazer. Pode não ser uma área verde, quando não tem vegetação e encontra-se impermeabilizada.

Arborização urbana: diz respeito aos elementos vegetais de porte arbóreo dentro da cidade. Nesse enfoque, as árvores plantadas em calçadas fazem parte da arborização urbana, porém não integram o sistema de áreas verdes (PEREIRA LIMA, 1994 *apud* LOBODA & DE ANGELIS, 2005, p. 133).

Assim, concordamos com a referida abordagem ao destacar que as áreas verdes correspondem aos espaços como praças, parques e jardins e que a vegetação seja o elemento estruturante. Entretanto, não abordaremos aqui, e não é nosso objetivo, considerar trevos e rotatórias na nossa pesquisa, pois, baseados em outros autores, levaremos em consideração as áreas verdes de uso público que atendem e promovem o lazer urbano.

Buccheri Filho e Nucci (2006), tecem as seguintes considerações a respeito do termo área verde.

Áreas verdes: são um tipo especial de espaços livres onde o elemento fundamental de composição é a vegetação. Elas devem satisfazer três objetivos principais: ecológico-ambiental, estético e de lazer. Vegetação e solo permeável (sem laje) devem ocupar, pelo menos, 70% da área; devem servir à população, propiciando um uso e condições para recreação. Canteiros, pequenos jardins de ornamentação, rotatórias e arborização não podem ser considerados áreas verdes, mas sim "verde de acompanhamento viário", que com as calçadas (sem separação total em relação aos veículos) pertencem à categoria de espaços construídos ou espaços de integração urbana (BUCCHERI FILHO & NUCCI, 2006, p. 48).

Dessa forma, a partir da interpretação deste conceito, três pontos se tornam cruciais no que concerne à importância das áreas verdes para o espaço urbano: a função ecológica e ambiental, a funcionalidade estética e a função de lazer e recreação. Bartalini (1986) parte da mesma premissa, afirmando que “as áreas verdes no meio urbano podem ser agrupadas em três conjuntos: o primeiro diz respeito aos valores visuais ou paisagísticos; o segundo aos valores recreativos e o terceiro aos valores ambientais” (BARTALINI, 1986, p. 49). Além disso, Buccheri Filho e Nucci (2006) contrapõem as concepções de Lima (1994) ao afirmarem que trechos de avenidas arborizadas, canteiros e rotatórias, não podem ser considerados áreas verdes.

Benini e Martin (2002) ainda destacam que faz parte da cultura que se use a praça com função de área verde e jardim. Pois como destacam as autoras, a partir de meados do século XIX, o verde passou a compor a paisagem urbana e, dessa forma, as praças, que até então possuíam funções religiosas, cívicas, políticas etc., passam a ser ajardinadas e enfeitadas com canteiros e plantas ornamentais. Assim, jardim e praça passaram a ser sinônimos, e ambas com funções de área verde (BENINI & MARTIN, 2002). Porém, como salientado, para que esses espaços sejam considerados áreas verdes, o elemento predominante ainda deve ser a vegetação.

É possível afirmar, a partir das considerações de Bartalini (2002), que o crescimento urbano cria uma situação contraditória no tocante às áreas verdes e espaços livres, ao mesmo tempo que a demanda por estes espaços aumenta, a sua oferta diminui. O estoque de áreas públicas para esta função pode ser pequeno ou nulo, e o preço da terra muitas vezes coloca fora de cogitação a aquisição de novas áreas ou só a possibilita em locais muito afastados, ainda de difícil acesso pela população.

No município pesquisado, inclusive, a lei de uso e ocupação do solo de 2008 afirma que as praças devem destinar 50% de sua área ao plantio de árvores e que metade de sua área não deve ser impermeabilizada. Ao propor essa legislação, o poder público entende que a arborização e a presença do verde no espaço urbano são elementos

importantes para a promoção da qualidade ambiental na cidade, e tem por intenção (pelo menos no papel) oferecer um ambiente que corresponda às expectativas das premissas ambientais.

Nesse sentido, concordamos com Benini e Martin (2002), quando as autoras assinalam que

No sentido de tentar contribuir para a elaboração de um conceito mais atualizado e que possa ser mais unânime, ousa-se aqui propor o seguinte conceito de área verde pública: área verde pública é todo espaço livre (área verde/lazer) que foi afetado como de uso comum e que apresente algum tipo de vegetação (espontânea ou plantada), que possa contribuir em termos ambientais (fotossíntese, evapotranspiração, sombreamento, permeabilidade, conservação da biodiversidade e mitigue os efeitos da poluição sonora e atmosférica) e que também seja utilizado com objetivos sociais, ecológicos, científicos ou culturais (BENINI & MARTIN, 2002, p. 77).

As autoras avaliam que a utilização desse conceito permitirá uma leitura real e menos subjetiva do que uma área verde pública no espaço urbano se propõe a ser, buscando evitar, assim, as interpretações distintas que não raro acontecem e que consideram como áreas verdes públicas os elementos do sistema viário (os passeios públicos com arborização, os canteiros centrais e rotatórias), logradouros públicos (praças com fins religiosos, cívicos e culturais), cemitérios verdes, entre outros. Essas confusões e, ou equívocos têm levado a avaliações de índices de áreas verdes em que os dados são superestimados e não condizentes com a realidade, além de não permitirem comparações entre diferentes municípios e nem entre dados do mesmo município levantados em épocas diferentes, já que cada metodologia de avaliação utilizada pode ter tomado como referência um conceito diferente (BENINI & MARTIN, 2002).

Essas inconsistências foram observadas por nós ao questionarmos os agentes públicos nas entrevistas sobre o que eles consideram como área verde. Tanto o Secretário de Gabinete do atual prefeito (responsável pela implementação dos futuros parques urbanos) quanto o Subsecretário de Meio Ambiente, apresentaram descrições muito abrangentes e vastas sobre o que consideram como área verde. Ao ser questionado sobre a presença de áreas verdes no município, o agente público responsável pela implementação dos parques urbanos proferiu a seguinte fala.

Hoje a prefeitura considera como área verde apenas uma área. A mancha verde entre as duas perimetrais. Entre a Artur Bernardes e a Nossa Senhora do Carmo. Hoje ele não tem uso público, está apenas demarcado no plano. Esse é o problema “né”, porque foi feita uma demarcação por exemplo, dessa forma que tá aí sem que houvesse um vetor pra que ele pudesse se desenvolver e servir a população nesse aspecto ambiental. Nesse plano nosso inclusive de revisão agora [...] em torno deste parque o que tá faltando ali, nós dotamos ele de infraestrutura viária e fizemos uma demarcação também,

porque você só consegue acessar ele pelas pontas né, então nós fizemos uma estrutura viária circundando o parque todo [...] dos dois lados que estão faltando e aumentando o potencial de uso em um setor próximo, para que esse potencial de uso possa também oferecer como contrapartida a qualificação do parque para uso da população (SECRETÁRIO DO GABINETE DO PREFEITO).

A área verde em questão, ressaltada por esse agente, compreende a um fragmento de mata localizada em uma área fora do perímetro urbano, a qual não é acessível à toda a população e muito menos é utilizada pela mesma, portanto, dentro da nossa definição e escopo teórico, essa área não poderia ser considerada como tal.

O Subsecretário de Meio Ambiente, ao ser questionado sobre a mesma pergunta, apresentou outros dados

As áreas e os bosques são áreas públicas [...] vazias. “Né”, até, um determinado momento, em que ao perceber que essas áreas estavam sem utilização pela carência de mais espaços verdes na cidade e pelo risco de muitas dessas áreas também sofrerem ocupações irregulares, então [...] sempre houve entendimento da secretaria de desenvolvimento ambiental, isso desde várias gestões anteriores [...] dar uma destinação mais adequada pra essas áreas. Na maioria das vezes essas áreas foram transformadas em bosques e algumas áreas foram bosques mais de frutíferas né, os chamados pomares urbanos. O critério de escolher entre um bosque ou um pomar, é basicamente em relação à sua localização e da comunidade no entorno. Muitas vezes quando você tem comunidades com situações [...] econômica menos privilegiada, o órgão optou pela implementação de pomares. E em situações mais distantes de áreas urbanas que não havia assim muita demanda de ter frutíferas, optou-se por espécies nativas [...] não necessariamente frutíferas, com o objetivo mais de incrementar o índice de verde no município (SUBSECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE).

As áreas verdes em questão apontadas pelo Subsecretário assinalam áreas vegetadas, porém sem a preocupação com o uso efetivo pela população, seja para lazer ou recreação. Também não menciona a questão estética ou paisagística que essa área deveria exercer. Ressalta inclusive áreas fora do perímetro urbano que não entrariam na classificação de áreas verdes urbanas.

Com base na proposta de Cavalheiro *et al.* (1999), Buccheri e Nucci (2006) elaboraram um organograma de classificação para identificar os espaços livres públicos urbanos que podem exercer funções de áreas verdes. Para chegarem nessa classificação, os autores elaboraram cinco questionamentos listados a seguir.

- 1 – A vegetação é o elemento fundamental da composição?
- 2 – Cumpre funções: ecológicas, estéticas e de lazer?
- 3 – Área de 70% de cobertura vegetal em solo permeável? (sem laje)?
- 4 – Serve à população?

5 – Propicia condições para recreação?

Se a resposta for positiva para estas questões, é possível considerar os sistemas públicos de espaços livres como “áreas verdes”. Outro ponto a ser levantado sobre as considerações desses autores é que eles propõem índices de vegetação e permeabilidade (70%).

Nesse sentido, adotamos neste trabalho, para o critério de escolha das áreas verdes, o conceito definido por Buccheri e Nucci (2006). A partir da escolha deste conceito, começamos um trabalho exploratório sobre onde se localizavam as áreas verdes de Campos dos Goytacazes. Utilizamos como apoio i) as contribuições de Sant’Anna (2017) e suas pesquisas a respeito das praças do município de Campos; ii) o trabalho de Araújo (2014) sobre áreas verdes na cidade; iii) imagens de satélite disponibilizadas no *site* do CIDAC²⁴ e no programa *Google Earth*; e iv) o trabalho de campo a fim de analisar, mesmo que qualitativamente, a densidade arbórea e a permeabilidade dos espaços, principalmente das praças.

Assim, dentro dos parâmetros propostos e do escopo teórico selecionado, identificamos as seguintes áreas verdes em Campos dos Goytacazes e que serão problematizadas ao longo deste capítulo: Praça Barão do Rio Branco (Jardim do Liceu); Praça da República (praça da rodoviária); Praça Nilo Peçanha (Jardim São Benedito); Horto Municipal; Parque Lagoa do Vigário; Praça dos Trovadores; e Praça Poeta Antônio Roberto Fernandes. Muitas praças presentes na cidade não foram consideradas áreas verdes neste trabalho, ora por apresentarem diversidade e quantidades arbóreas insuficientes, ora por estarem muito impermeabilizadas, não contribuindo, portanto, para o conforto ambiental e para a manutenção da biodiversidade. A seguir, apresentamos as imagens desses espaços.

²⁴ O *site* do Centro de Informações e Dados de Campos (CIDAC) contém fotos de satélite de várias praças do município. Assim, as praças que não foram mapeadas pelo órgão municipal, consultamos por outros meios.

Figura 11 - Praça Barão do Rio Branco (Jardim do Liceu)



Fonte: Dados do autor, 2019.

Figura 12 - Praça da República



Fonte: Dados do autor, 2019.

Figura 13 - Praça Nilo Peçanha (Jardim São Benedito)



Fonte: Dados do autor, 2019.

Figura 14 - Parque Municipal Lagoa do Vigário



Fonte: Dados do autor, 2019.

Figura 15 - Horto Municipal



Fonte: Dados do autor, 2019.

Figura 16 - Praça dos Trovadores



Fonte: Dados do autor, 2019.

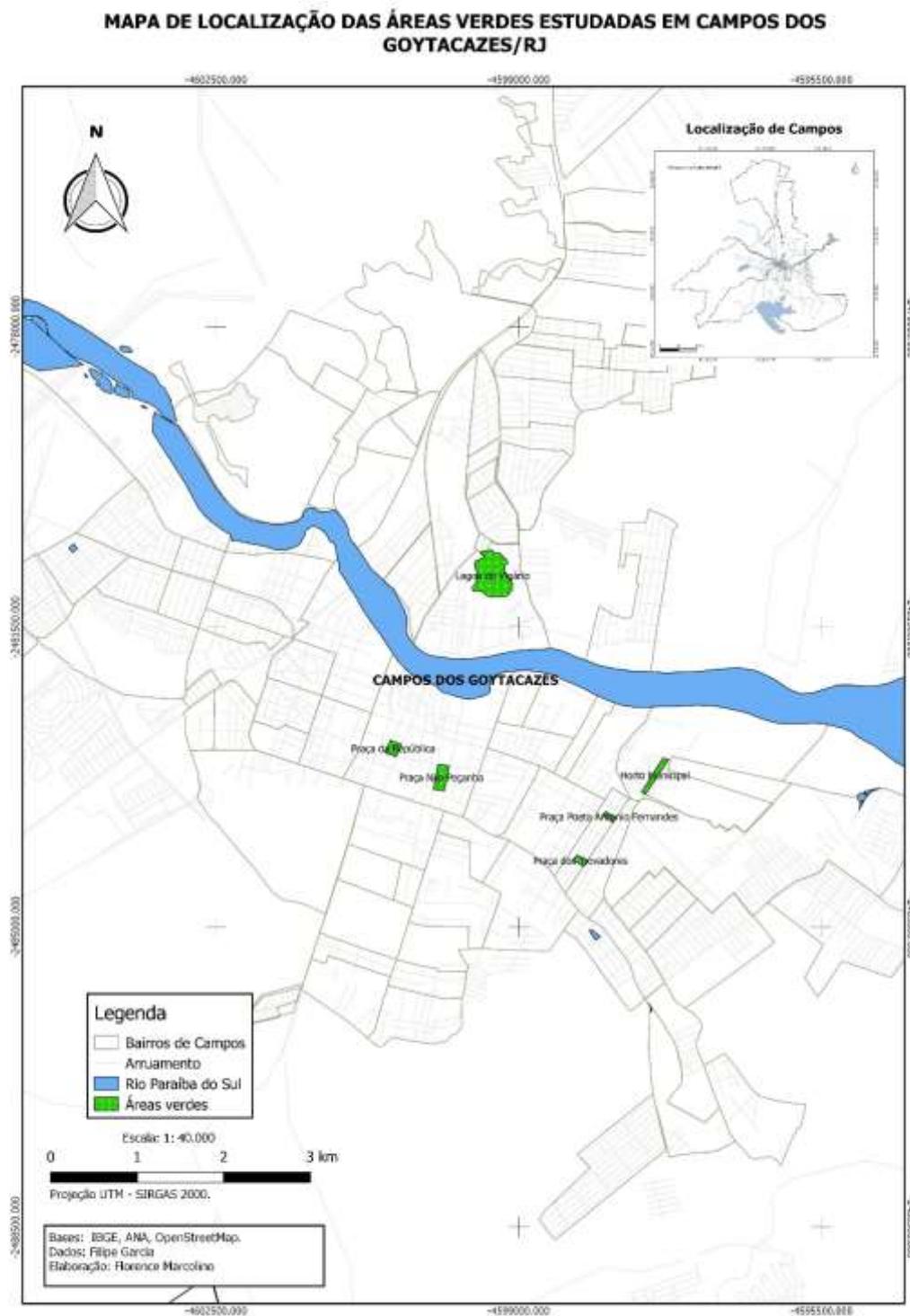
Figura 17 - Praça Poeta Antônio Roberto Fernandes



Fonte: Dados do autor, 2019.

Logo a seguir, podemos observar através da Figura 18 o mapa da área urbana de Campos e as áreas verdes urbanas selecionadas.

Figura 18 - Mapa de localização das áreas verdes em Campos dos Goytacazes/RJ



Fonte: CIDAC.

Dados: Filipe Garcia Teixeira.

Elaboração: Florence Marcolino

A partir da análise da Figura 18, constatamos que as áreas verdes delimitadas correspondem a um espaço bem reduzido da malha urbana do município, o que reforça a percepção da escassez desses espaços. Percebemos que na margem esquerda do Rio Paraíba do Sul só existe uma área verde, o Parque Lagoa do Vigário.

3.2 OS INVESTIMENTOS PÚBLICOS EM ÁREAS VERDES E A PROBLEMÁTICA SOCIOESPACIAL

A fim de se investigar os investimentos públicos em áreas verdes, foram coletados no Diário Oficial da prefeitura os dados referentes a esses gastos durante o período de 2010 a 2018. Com esta pesquisa objetivamos compreender a dinâmica da atuação do poder público no que tange à aplicação de ações voltadas para a criação e manutenção de áreas verdes.

A justificativa pela escolha do recorte temporal se baseou em três premissas. A primeira é que com a chegada do Porto do Açú em 2007, o município passou por importantes transformações no espaço urbano, principalmente devido à chegada de grandes empreendimentos imobiliários. A segunda refere-se ao aumento expressivo dos *royalties* que a prefeitura passou a receber a partir de 2008, o que aumentou a arrecadação municipal e conseqüentemente influenciou nos gastos com obras públicas. O terceiro motivo tem a ver com o período em que o atual Plano Diretor esteve vigente (2008 a 2018). Assim, é importante verificar em que medida as políticas públicas que estão na base normativa desse plano foram contempladas no município no período em análise.

A estratégia de pesquisa no Diário Oficial (DO) do município foi inspirada na pesquisa que Denise Terra utilizou para a execução de sua tese de doutoramento em 2007. A autora se utilizou de pesquisas no DO para analisar a distribuição dos investimentos públicos em Campos, e dessa forma efetuou o levantamento desses investimentos apontando em quais locais eles se concentraram. O recorte temporal da autora contemplou três gestões municipais: 1993 a 1996, 1997 a 2000 e 2001 a 2004.

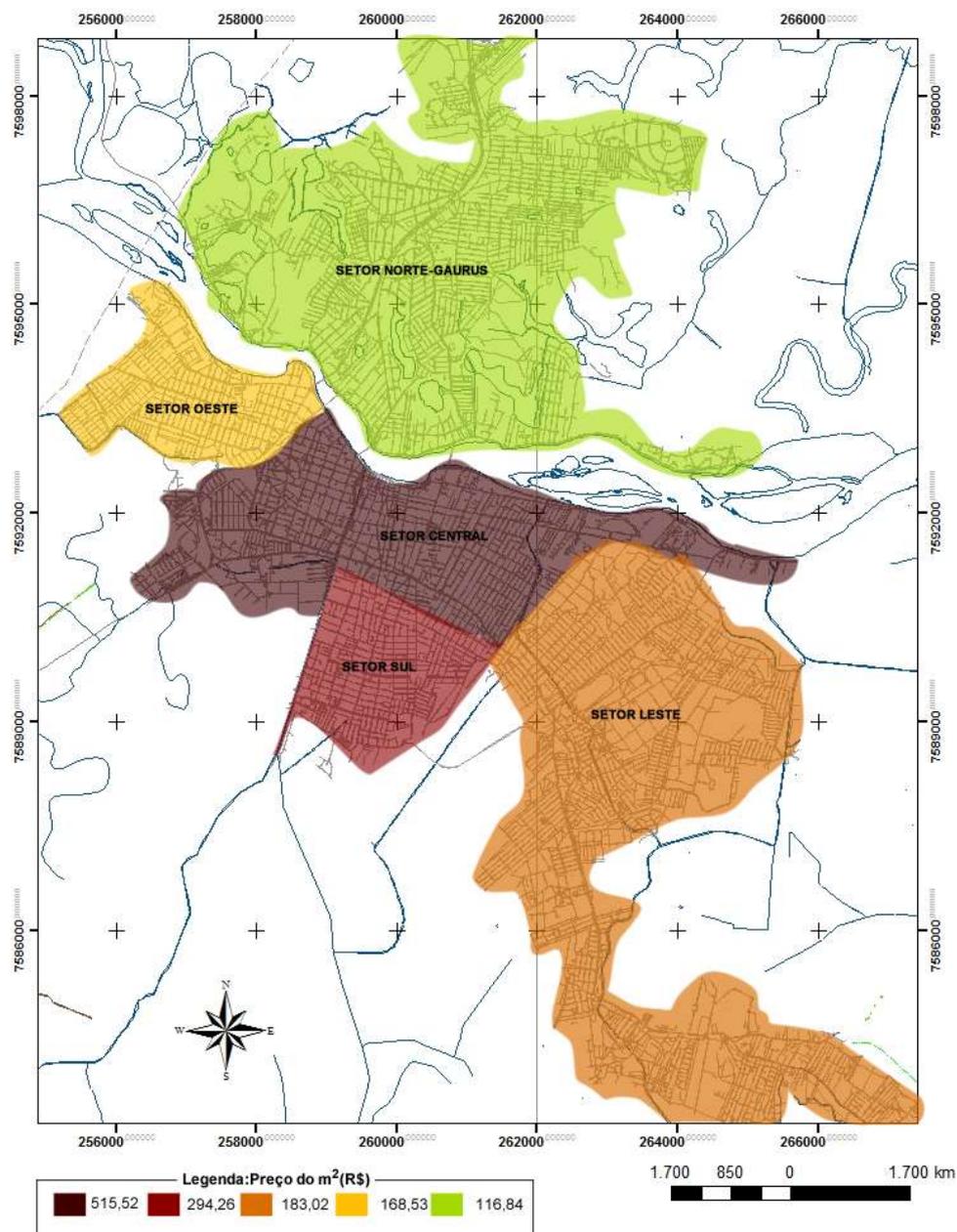
Terra (2007) dividiu a área urbana segundo critérios socioeconômicos, baseando-se em estudos sobre a distribuição da estrutura social nas cidades e sobre a segregação socioespacial, tendo por base os métodos de Shevky e Bell (1955) e Corrêa (2004). A autora se utilizou do método de análise fatorial, que considerou a seleção das seguintes variáveis representativas: *status* socioeconômico, *status* familiar, *status* do

migrante e *status* étnico. Dessa forma, dividiu os bairros em quatro classes socioeconômicas: baixo *status*, médio baixo *status*, médio alto *status* e alto *status*. Assim, conseguiu destacar os bairros cujos moradores apresentam maior e menor poder aquisitivo. Ao finalizar sua pesquisa, a autora apontou que os investimentos públicos se concentraram com maior intensidade na área central, em detrimento da periferia. Assim, concluiu, em termos gerais, que as áreas que concentram a população de maior *status* socioeconômico receberam mais investimentos públicos.

Durante nossa análise documental nos deparamos com algumas dificuldades, pois a prefeitura não divulga, por exemplo, o dinheiro gasto com manutenção e limpeza dos espaços públicos selecionados. Só são publicados valores referentes às reformas estruturais e a construção de novas praças. Além disso, não foi encontrado no Diário Oficial os gastos referentes à implementação do Parque Lagoa do Vigário, uma das áreas-foco desta pesquisa. Assim, tentamos encontrar algumas respostas a partir das entrevistas com os agentes públicos, os quais não foram capazes de responder alguns dos questionamentos.

Outro problema que detectamos é que a maioria das praças construídas ou reformadas ao longo desse período não foram consideradas nesta pesquisa como áreas verdes, por não cumprirem esta função ou porque sua composição arbórea não é representativa ou porque apresentam-se em muitos casos, impermeabilizadas. Uma questão que merece destaque é que a maioria das áreas verdes selecionadas nesta pesquisa não passaram por reformas estruturais ao longo desses anos, de modo que no Diário Oficial do município não consta nenhum gasto feito pelo poder público na maioria das áreas escolhidas nessa perspectiva. Apenas as praças localizadas no bairro Flamboyant, no Horto Municipal e a Praça da República passaram por algum tipo de reforma no período analisado.

A seguir, apresentamos na Figura 19 um mapa da cidade de Campos dos Goytacazes contemplando a área estudada nesta pesquisa. Este mapa foi proposto na pesquisa de Gomes (2015) e mostra a divisão do município por setores. Esse autor se propôs a realizar um estudo sobre a especulação imobiliária no município destacando o valor do solo urbano de cada bairro. Utilizaremos sua divisão por setores para comparar e analisar os bairros e os investimentos públicos em praças e áreas verdes.

Figura 19 - Campos dos Goytacazes-RJ: Preço do solo (m²) - 2011**Campos dos Goytacazes - RJ: Preço do Solo Urbano (m²) - 2011**

Fonte: Extraído de Gomes (2015).

Neste mapa podemos constatar que o setor norte é aquele com menor valor do solo. Os bairros localizados neste setor são predominantemente de menor renda. Além disso, como mostram os estudos de Terra (2007) e Faria (2005), esses bairros são os que historicamente receberam menores investimentos públicos e apresentam significativas

desigualdades. A parte central da cidade, que engloba bairros como a Avenida Pelinca, Parque Tamandaré, Jardim Maria Queiroz e Centro, é a região que apresenta maior valor do solo. E, como vimos, esses bairros do setor central foram os que mais se verticalizaram nos últimos nove anos.

A seguir apresentaremos nas Tabelas os investimentos públicos em praças e áreas verdes que foram obtidos a partir da consulta no Diário Oficial do município. É importante frisar que os gastos públicos apresentados nas Tabelas 1, 2 e 3 englobam todos os investimentos realizados nas praças, sendo elas áreas verdes ou não. Entendemos que, embora a maioria das praças no município não possam ser caracterizadas como áreas verdes, os investimentos que foram direcionados a elas são de suma importância para compreendermos a dinâmica da aplicação dos recursos públicos, evidenciando quais bairros foram priorizados no período em análise. E como salienta Gomes (2005), as praças se constituem em importantes espaços na cidade, podendo exercer diversas funções, tais como religiosa, artística, cultural, área verde etc. Nesse sentido, apresentamos a seguir a Tabela 1, a qual consta os bairros agrupados em seus respectivos setores que foram alvo de investimentos públicos relacionados às praças e áreas verdes urbanas.

Tabela 1 - Investimentos públicos em praças e áreas verdes no período de 2010 a 2018 e as características de renda e valor do solo por setor

Bairro	Valor gasto em praças/ áreas verdes R\$ (2010/2018)	Rendimento médio por domicílio (R\$) (IBGE 2010)	Valor médio do solo por setor (2011)²⁵
Setor Central			
Lapa	973.197,63	971,00	515,52
Parque Tamandaré	242.346,99	2.306,00	515,52
Centro	587.634,01	1.626,00	515,52
Jardim Maria Queiroz	274.511,85	2.219,00	515,52
Parque	542.785,65	1.359,00	515,52

²⁵ Valor médio do solo indicado na pesquisa de Gomes (2015).

Santo**Amaro**

Horto	103.497,44	1.281,00	515,52
--------------	------------	----------	--------

Parque	26.689,60	709,00	515,52
---------------	-----------	--------	--------

Califórnia

Jardim	144.355,23	1.876,00	515,52
---------------	------------	----------	--------

Flamboyant

Total gasto	2.895.018,40		
--------------------	--------------	--	--

Setor Sul

IPS	1.378.115,54	841,16	294,26
------------	--------------	--------	--------

Parque	81.236,20	920,58	294,26
---------------	-----------	--------	--------

Aurora

Parque	73.316,57	920,58	294,26
---------------	-----------	--------	--------

Aurora

Total	1.532.668,31		
--------------	--------------	--	--

Setor Leste

Donana	673.429,58	550,00	183,02
---------------	------------	--------	--------

Jockey	136.900,00	573,00	183,02
---------------	------------	--------	--------

Penha	1.135.427,16	414,00	183,02
--------------	--------------	--------	--------

Goytacazes	1.724.481,66	620,00	183,02
-------------------	--------------	--------	--------

Parque	37.650,78	800,00	183,02
---------------	-----------	--------	--------

Tarcísio**Miranda**

Total gasto	3.707.889,18		
--------------------	--------------	--	--

Setor Norte

Parque	88.765,00	311,00	116,84
---------------	-----------	--------	--------

Santa**Helena**

Parque	367.892,69	257,00	116,84
---------------	------------	--------	--------

Santa Rosa

Parque	254.512,06	423,00	116,84
---------------	------------	--------	--------

Fundão

Parque	756.023,90	347,00	116,84
---------------	------------	--------	--------

Cidade Luz			
Parque	781.549,97	403,00	116,84
Guarus			
Parque	74.337,29	525,00	116,84
Alvorada			
Parque	531.942,79	280,00	116,84
Aldeia			
Parque	374.998,02	341,00	116,84
Prazeres			
Parque	562.938,08	322,00	116,84
Lebret			
Total gasto	3.792.958,80		
Setor Oeste			
Parque	57.323,34	411,00	168,53
Esplanada			
Nova	643.636,67	495,00	168,53
Brasília			
Parque Caju	274.704,96	669,00	168,53
Parque	818.314,15	682,00	168,53
Corrientes			
Total gasto	1.793.979,12		

Fonte: Dados coletados no Diário Oficial do Município, no *site* do IBGE e no trabalho de Gomes (2015). Organizado pelo autor.

A partir da análise dos dados apresentados na Tabela 1, podemos afirmar que os quatro bairros que obtiveram maiores investimentos relacionados à praças e áreas verdes foram: Goytacazes (12,56%), IPS (10,04%), Penha (8,27%), Lapa (7,09%) e Parque Corrientes (5,96%). Cada um deles ultrapassando a cifra dos R\$ 800.000,00. Desses bairros, apenas a Lapa se situa no eixo central; os outros se situam em regiões mais periféricas com menores índices de renda por domicílio e preço do solo. O bairro que apresentou maior percentual do valor total gasto foi Goytacazes. Este bairro concentrou 12,56% dos investimentos. Essa vultuosa quantia²⁶ foi direcionada para a

²⁶ Para a construção dessa praça foi gasta a quantia de R\$1.354.169,23, publicado em DO no dia 17/03/2014.

construção da Praça da Paz, que passou a abrigar todos os quiosques que foram removidos da avenida principal devido a uma reforma no ano de 2015. Assim, a referida praça foi considerada pela prefeitura como “Praça de Alimentação”.

Estes dados mostram que, ao menos no tocante à construção e reforma de praças e áreas verdes, a prefeitura não privilegiou somente os bairros mais valorizados, com maior valor do solo. É possível observar que bairros que se localizam no setor norte, que apresentam menor valor do solo e menor renda domiciliar, obtiveram investimentos públicos significativos nesse período. Assim, bairros como Parque Cidade Luz e Parque Guarus com rendas de R\$ 347,00 e R\$ 403,00, respectivamente, apresentaram investimentos ultrapassando a casa dos R\$ 700.000,00. O bairro com maior rendimento por domicílio, Parque Tamandaré (R\$ 2.306,00), recebeu R\$ 242.346,99 de investimentos.

É possível observar, ainda, a partir da análise da Tabela 1, uma grande diferença de renda entre os bairros do município. A área central é a que concentra bairros com valores médios de renda bem superiores aos demais. Assim, bairros como Parque Tamandaré e Jardim Maria Queiroz possuem valores de renda superiores a R\$ 2.000,00, enquanto bairros do setor norte, como Parque Santa Rosa, Lebret e Prazeres, não chega a R\$ 350,00.

A Tabela 1 também mostra que os investimentos foram feitos em nove bairros do setor norte e oito bairros do setor sul. Assim, esses setores foram os que apresentaram mais bairros contemplados com a criação e manutenção de praças. O setor sul teve investimentos em apenas três bairros.

A partir dos valores apresentados na Tabela 1, percebemos que a diferença socioeconômica entre os setores norte, sul, leste, oeste e central é representativa. Deste modo, temos a seguinte comparação, apresentada através da Tabela 2.

Tabela 2 - Valor total gasto com praças e áreas verdes e renda por setor no período de 2010 a 2018

Eixo	Valor total gasto (R\$)	Porcentagem referente aos gastos totais	Média de renda por domicílio (R\$)²⁷
Norte	3.792.958,80	27,64%	356,55
Leste	3.707.889,18	27,02%	611,40
Central	2.895.018,40	21,09%	1.543,37
Oeste	1.793.979,12	13,07%	564,25
Sul	1.532.668,31	11,16%	894,10

Fonte: Diário Oficial do município e IBGE. Organizado pelo autor.

A partir da Tabela 2, verificamos que o setor que mais recebeu investimentos nesse período foi justamente aquele de menor renda, o setor norte, que concentrou 27,64%. O setor leste, também possuindo uma baixa renda domiciliar, foi o que apresentou segundo maior investimento, 27,02%. Já o setor central, que possui uma renda média bem superior aos outros setores, foi o que apresentou terceiro maior investimento, 21,09%.

Os dados apresentados não vão ao encontro das pesquisas de Terra (2007). A autora verificou que os bairros menos privilegiados socioeconomicamente são aqueles que menos receberam investimentos públicos no período analisado por ela. Devemos destacar, no entanto, que nosso recorte diz respeito apenas aos investimentos em praças e áreas verdes. Terra (2017) promoveu um vasto trabalho que mostrava os diversos gastos públicos com infraestrutura urbana, assim suas pesquisas tiveram uma abrangência maior, contendo elementos mais diversificados. Além disso, a autora utilizou um intervalo de tempo também maior. Assim, embora nossos dados não apontem o mesmo direcionamento que o da autora citada, vale ressaltar estas diferenças cruciais entre os dois trabalhos.

É fundamental destacarmos, também, que o poder público mantém uma diferenciação no tocante à manutenção desses espaços. Sant'anna (2017) evidenciou que o cuidado com as praças, assim como a presença de equipamentos urbanos e vegetação, é mais deficiente em bairros mais periféricos. Esse fato nos leva a afirmar

²⁷ Obtido a partir do cálculo da renda por domicílio dos bairros que constam na Tabela 1.

que, embora a prefeitura tenha gasto valores muito altos com a implementação ou reformas de praças em bairros de baixo *status* socioeconômico, a manutenção com esses espaços fica muito aquém do que eles realmente necessitam. O poder público, na visão de Sant’anna (2017), continua privilegiando as áreas mais centrais no tocante ao cuidado e manutenção dos equipamentos.

Como dito anteriormente, a prefeitura não publica diariamente em DO os valores gastos com a manutenção, conservação e limpeza das praças e áreas verdes. Porém, em nossas pesquisas constatamos que no dia 16 de junho de 2016, a prefeitura emitiu uma nota no Diário Oficial onde consta a contratação de uma empresa para cuidar das áreas verdes urbanas. No contrato, a prefeitura destacou que a manutenção se daria em “praças, parques, jardins e afins”. A empresa contratada foi a Emec Obras e Serviços Ltda., que recebeu a vultuosa quantia de R\$ 11.450.000,00 (onze milhões, quatrocentos e cinquenta mil reais). Tal valor equivale à quantia de quase um milhão de reais por mês. Esse foi o único gasto publicado referente à conservação desses espaços. Assim, essa insuficiência de dados nos levou a entrevistar dois gestores: o Subsecretário de Infraestrutura e Mobilidade Urbana e o Superintendente de Limpeza Pública.

Na entrevista com o Secretário de Infraestrutura e Mobilidade Urbana, foi questionado quem realiza o trabalho de manutenção e conservação das praças e áreas verdes. Ele informou que até 2016, quem realizava o serviço de limpeza e ornamentação das praças era a empresa Emec (a empresa que recebeu 11 milhões). Segundo o Subsecretário, essa empresa era especializada em questões paisagísticas e tinha muito cuidado com a ornamentação e embelezamento de vários espaços ajardinados da cidade, como canteiros centrais, trevos, rotatórias e praças. Porém, ele destacou que com a diminuição da arrecadação dos *royalties* e a consequente crise orçamentária, o contrato com essa empresa foi desfeito e a empresa Vital, que atuava apenas na limpeza pública e coleta de lixo, passou a atuar também na conservação das praças e outros espaços ajardinados. Assim, consequentemente, essas áreas perderam em qualidade de embelezamento e ornamentação. Entretanto, o Subsecretário não soube informar o valor gasto pela Emec em cada bairro para a manutenção das áreas. Ele também não soube informar a respeito dos contratos com a empresa Vital e como é realizada a limpeza das praças e áreas verdes.

A fim de obter respostas para esses questionamentos, marcamos uma entrevista com o Superintendente de Limpeza Pública. O Superintendente destacou que o trabalho realizado pela empresa Vital inclui a poda de árvores, corte de grama e a própria

limpeza. Segundo ele, o trabalho de limpeza (varrição e coleta de lixo) é feito com frequência em todas as praças da área central. Nas praças periféricas, a limpeza é feita três vezes por semana, assim como a coleta de lixo nas residências. Porém, segundo ele, a manutenção do gramado e a poda das árvores, assim como o trabalho paisagístico, é feito a cada dois meses

Questionado sobre esse longo intervalo de tempo, ele destacou que a cidade possui muitas praças e que a empresa não possui funcionários suficientes para dar conta de fazer todo o trabalho com frequência. Ressaltou, no entanto, que quando as praças apresentam fortes sinais de deterioração, como mato muito alto e árvores ameaçando a rede elétrica ou a integridade dos usuários, a prefeitura encaminha uma equipe responsável para a execução desses serviços. Destacou, que no período quente e chuvoso, esse trabalho é feito com mais frequência devido ao rápido crescimento do conjunto vegetal.

Questionado sobre os valores gastos com a manutenção das praças, também destacou, assim como o Subsecretário de Mobilidade Urbana, que a crise orçamentária pela qual a prefeitura vem passando limitou em demasiado os gastos do poder público. O Superintendente relatou que quando o atual governo assumiu a prefeitura, em 2017, o contrato com a empresa Vital ultrapassava os oito milhões. Com o decorrer do tempo, esse valor foi reduzido com a finalidade de cortar gastos excessivos, assim o contrato caiu para patamares de três milhões. Atualmente, foi mencionado que o contrato com a empresa Vital se encontra na faixa de seis milhões, o que foi possível devido à uma sensível melhora da arrecadação municipal. A Tabela 3 mostra os gastos com as praças e áreas verdes no município.

Tabela 3 - Gastos com praças e áreas verdes por ano, no período de 2010 a 2018

Ano	Valor total gasto (R\$)
2010	5.435.127,01
2011	1.764.426,95
2012	4.374.177,99
2013	1.536.714,99
2014	1.880.269,96
2015	Não consta
2016	146.935,20

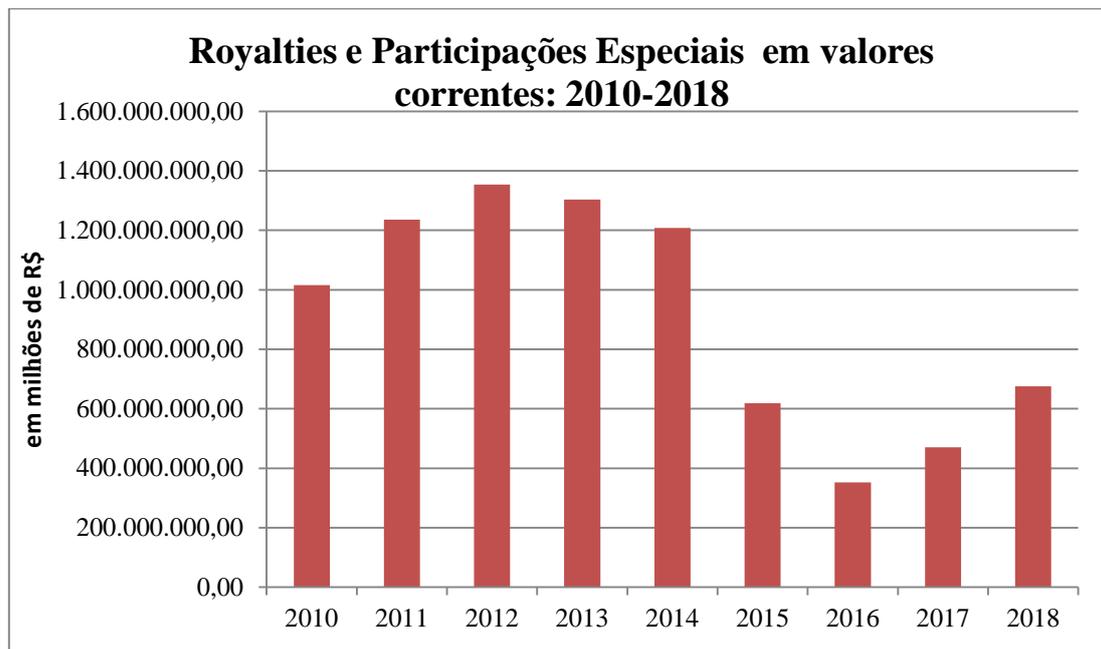
2017	Não consta
2018	Não consta

Fonte: Consulta no Diário Oficial do município. Organizado pelo autor.

A partir dos valores verificados na Tabela 3, constatamos que os anos em que houveram maiores gastos com reformas ou construção de praças e áreas verdes foi em 2010 e 2012. Os valores gastos em 2011, 2013 e 2014 também foram expressivos. A partir de 2015, percebemos uma queda abrupta nos gastos referentes a essas questões. No ano de 2015, ainda no governo de Rosinha Matheus, e nos anos de 2017 e 2018, já no governo Rafael Diniz, não foi encontrado no DO nenhum investimento relacionado à reforma ou construção de praças. Assim, concluímos que os números corroboram com as falas dos gestores municipais a respeito da queda da arrecadação e a consequente diminuição de gastos públicos. Vale ressaltar que a gestão do atual prefeito, a partir de uma posição de austeridade, acabou com programas de forte apelo social, como a “passagem de 1 real” e o “restaurante popular”. Tais medidas vêm sendo alvo de fortes críticas por parte da população.

Logo abaixo, apresentamos a Figura 20 que mostra a arrecadação de *royalties* e Participações Especiais em Campos.

Figura 20 - Evolução dos *Royalties* e Participações Especiais em Campos dos Goytacazes/RJ: 2010-2018



Fonte: Extraído do *site* da Universidade Cândido Mendes²⁸.

A partir da leitura da Figura 20, podemos inferir que a arrecadação que vinha aumentando desde 2010, mantendo-se em patamares de mais de um bilhão até 2014, sofre uma queda abrupta em 2015, chegando no ápice da redução em 2016. Os dados apresentados confirmam, nesse sentido, a fala dos agentes públicos quando esses mencionam a crise orçamentária do município devido à diminuição da arrecadação de *royalties*. Porém, a partir de 2017, a arrecadação vem melhorando gradativamente, pois o barril de petróleo vem apresentando contínua valorização.

Quando Sant'anna (2017) realizou suas pesquisas, a prefeitura estava sob o comando da prefeita Rosinha Matheus. Assim, a autora apurou que

Segundo a Secretaria, através de seu representante entrevistado, a visita da empresa prestadora de serviços às praças varia de acordo com o tamanho delas, ocorre de duas vezes por semana a duas vezes por mês, e não há nenhuma praça que não tenha recebido manutenção nos últimos três meses. A Secretaria reconhece que algumas praças recebem a equipe de manutenção mais vezes do que outras, como, por exemplo, a Praça Maçon/Independência, localizada próximo ao centro histórico. Por outro lado, em alguns bairros, os moradores presentes no local durante a pesquisa reclamaram do abandono das praças, afirmando que as mesmas não recebiam visitas, em alguns casos, há mais de um ano (SANT'ANNA, 2017, p. 70).

²⁸ Disponível em: < <https://inforoyalties.ucam-campos.br/informativo.php> > Acesso em 22 mai. 2019.

Em nossas entrevistas, foi relatado pelos agentes dessa gestão que a limpeza ocorre de forma mais frequente nas praças centrais, que são mais frequentadas. Quem decide sobre a frequência de limpeza é a própria empresa Vital, que também aplica o dinheiro recebido da forma que lhe convém, o que impossibilita saber sobre os valores gastos em cada espaço individualmente. Assim, a pesquisa de campo e as entrevistas com os usuários nos permitiu uma visão mais precisa sobre quais áreas verdes aparentam ser mais bem cuidadas e quais se apresentam mais deterioradas.

Segundo Vasconcelos (2013), a degradação do espaço público nas cidades brasileiras se deve à ausência de políticas públicas para cuidar da paisagem urbana. Para o autor, essa degradação tende a ser mais acelerada em áreas habitadas por grupos de menor renda, e quanto pior a qualidade estética do espaço público, a qualidade de vida também tende a ser pior.

Os dados que serão trabalhados a partir de agora e que constam nas Tabelas 4, 5 e 6, são referentes apenas às áreas verdes do município, ou seja, aos espaços que foram selecionados neste trabalho que exercem a função de área verde. Nesse sentido, não serão mais englobados os valores referentes aos espaços (praças) que não cumprem essa função. Assim, dentro dos exemplos citados na Tabela 1, apenas as praças do bairro Flamboyant, o Horto Municipal e a Praça da República no centro, receberam algum investimento nesse período. A praça Barão do Rio Branco (Jardim do Liceu) e a Praça Nilo Peçanha (Jardim São Benedito) não apareceram em nenhum momento no Diário Oficial.

Os gastos com o Parque Lagoa do Vigário, inaugurado no ano de 2016, ainda sob a administração do governo da prefeita Rosinha Matheus, também não constam nos documentos oficiais. Nesse sentido, os valores repassados à empresa responsável pela execução do parque, que segundo informações do *site* da prefeitura foi a Águas do Paraíba, não foi apresentado no Diário Oficial. Sendo assim, nesse local a avaliação do poder público também teve que ser feita através de trabalho de campo e entrevistas. A Tabela 4 mostra os investimentos públicos realizados nas áreas verdes.

Tabela 4 - Investimentos públicos nas áreas verdes entre 2010 e 2018

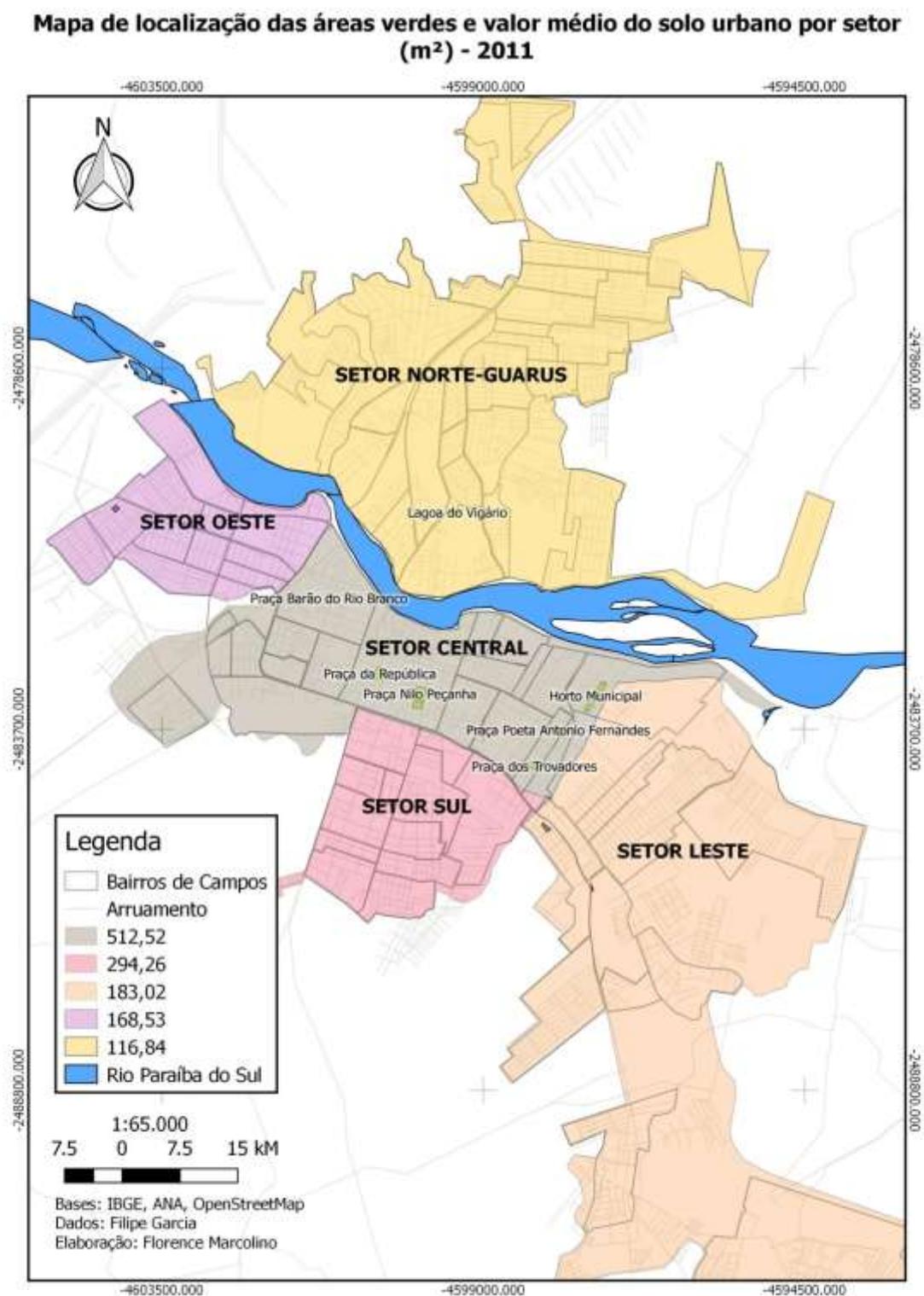
Áreas Verdes	Bairros	Valor Gasto (R\$)
Praça da República	Centro	42.347,55
Praça Nilo Peçanha	Centro	Não consta
Praça Barão do Rio Branco	Jardim Maria Queiroz	136.626,69
Horto Municipal	Horto	153.497,44
Praça dos Trovadores	Jardim Flamboyant	38.152
Praça Poeta Antônio Fernandes	Jardim Flamboyant	106.203,08
Parque Lagoa do Vigário	Parque Gonçalves Dias	Não consta
Total		406.826,76

Fonte: Diário Oficial do município. Organizado pelo autor.

A partir dos dados da Tabela 4, verificamos que a área verde que mais recebeu investimento foi o Horto Municipal, seguido pela praça Barão do Rio Branco. É interessante quando pegamos somente o valor gasto em áreas verdes que foi de R\$ 406.826,76 e comparamos com o universo total de gastos, incluindo todas as praças, que foi de R\$ 13.722.513,81; os gastos em áreas verdes equivalem a 2,96% do valor total. Isso mostra que o poder público não priorizou, no período selecionado, a expansão ou mesmo a implementação de novas áreas verdes na cidade. Contudo, é provável que se a prefeitura tivesse incluído em suas publicações os gastos com o parque Lagoa do Vigário, essas porcentagens poderiam apresentar algumas alterações, assim como os investimentos por bairros, porém não sabemos o motivo pelo qual essa publicação não ocorreu.

Como foi comprovado a partir da nossa análise, utilizando um escopo teórico específico, o município de Campos possui poucas áreas verdes, sendo que a maioria delas se localiza no setor central. Apenas a o Parque Lagoa do Vigário situa-se no setor norte, no bairro Parque Guarus. Quando comparamos as áreas verdes e os dados socioespaciais, temos a configuração apresentada na Figura 21.

Figura 21 - Mapa de localização das áreas verdes e valor médio do solo urbano, por setor



Fonte: Extraído de Gomes (2011).
Dados: Filipe Garcia.
Elaboração: Florence Marcolino.

Como podemos constatar no mapa acima, o setor central é responsável pelo maior valor do solo, e, também, onde se concentra as áreas verdes. No setor central, como vimos no capítulo 2, se concentram os bairros de maior verticalização, como o Parque Avenida Pelinca e Parque Tamandaré. O Jardim Flamboyant também é um importante eixo de verticalização, e como podemos observar na Tabela 4, possui duas áreas verdes.

Tabela 5 - Áreas verdes e dados socioespaciais

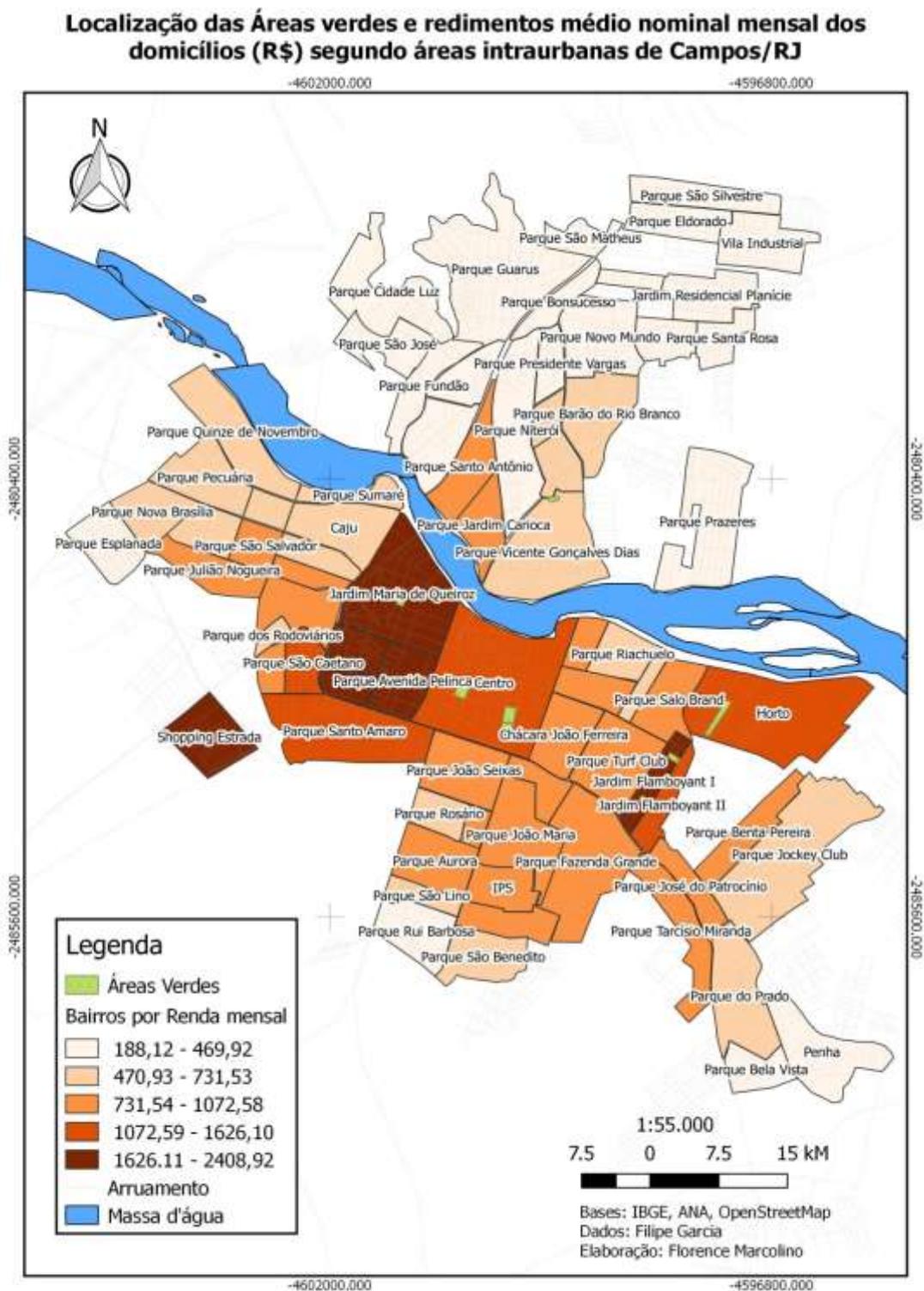
Área Verde	Bairro	Renda média domiciliar (R\$)	Setor	Valor do solo²⁹ (R\$)
Praça dos trovadores/Poeta Fernando	Jardim Flamboyant	1.876,00	Central	417,67
Praça Nilo Peçanha	Centro	1.626,00	Central	395,25
Praça da República	Centro	1.626,00	Central	395,25
Praça Barão do Rio Branco	Jardim Maria Queiroz	2.219,00	Central	695,08
Horto Munnicipal	Horto	1.281,00	Central	515,52
Parque Lagoa do Vigário	Parque Gonçalves Dias	588,00	Norte	116,84

Fonte: IBGE, 2018; Gomes (2015). Organizado pelo autor.

Como podemos notar na Tabela 5, os valores do solo se apresentam bem maiores na área central do que no setor norte, no bairro Parque Gonçalves Dias, onde se localiza o Parque Lagoa do Vigário (região de Guarus). O bairro que possui maior valor do solo, entre os que possuem área verde, é o bairro Jardim Maria Queiroz, seguido pelo Jardim Flamboyant.

²⁹ Valores específicos por bairros indicado na pesquisa de Gomes (2015).

Figura 22 - Localização das áreas verdes e rendimento médio nominal mensal dos domicílios (R\$), segundo áreas intraurbanas de Campos dos Goytacazes/RJ



Fonte: CIDAC.

Dados: Filipe Garcia.

Elaboração: Florence Marcolino.

A partir da leitura do mapa acima, podemos verificar que as áreas verdes se localizam predominantemente nos bairros que possuem maior renda mensal por domicílio. Também é claramente perceptível que grande parte do setor norte, localizada à margem esquerda do Rio Paraíba do Sul, concentra a esmagadora maioria dos bairros de menor renda, onde as áreas verdes são praticamente inexistentes. É bem perceptível que a escassez de áreas verdes ocorre por todo o perímetro urbano de Campos, a exceção é o bairro Jardim Flamboyant.

À população que não reside na área central ou que ocupa setores mais desvalorizados, resta conviver com a escassez de espaços verdes e com ruas pouco arborizadas. Silva (2001) já apontava em seu trabalho, uma segregação ambiental presente no município. Para o autor, os bairros campistas já segregados em relação ao perfil socioeconômico, também o são pela densidade e diversidade da arborização das vias públicas. Nesse sentido, as vizinhanças habitadas por grupos concentradores de renda, tendem a possuir uma situação ambiental privilegiada em relação às vizinhanças habitadas por grupos de menor renda (SILVA, 2001). Assim, Silva (2001) conclui que

Dessa forma é possível afirmar que há um processo de espoliação ambiental presente no espaço urbano campista, caracterizado na distribuição desigual dos serviços prestados pela arborização das vias públicas entre as vizinhanças distintas por abrigarem diferentes grupos de renda (SILVA, 2001, p. 76).

Em entrevista, o Subsecretário de Meio Ambiente nos deu uma justificativa a respeito dessa diferenciação de padrão arbóreo entre os bairros. Assim, assinala que

Alguns bairros da periferia em função dos terrenos serem muito pequenos por questões de [...] loteamentos, que no passado houve subdivisão de lotes, muitas desses moradores colocaram suas fossas nas calçadas. Bairros que ainda não tinham sido contemplados por exemplo com saneamento básico. Muitas dessas residências não tinham espaço pra plantar árvores. A prefeitura fez programas em anos anteriores de arborização em alguns bairros que você vai perceber que ele não foi amplamente arborizado, não foi porque foi seletivo o plantio, muitos espaços haviam restrição calçadas estreitas, presença de fossa. Há casos que você tem por exemplo, entrada de garagem. Aí a pessoa que não tem essa percepção, que não pesquisou e não procurou [...] a primeira visão é de que o poder público privilegiou bairros mais abastados financeiramente, bairros de população de classe social de condições econômicas mais privilegiadas, que foi privilegiada pelo poder público em arborizar, e na realidade, muitas vezes as árvores plantadas lá foram plantadas pelo próprio morador, não foi nem de iniciativa do poder público (SUBSECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE).

Assim, o Subsecretário discorda a respeito da prioridade do poder público ao favorecer a arborização de bairros de maior *status* socioeconômico. Entretanto, Silva (2001), em consonância com esse representante do poder público, também assinala que

em alguns bairros de maior renda o plantio de árvores foi feito pelos próprios moradores, que tinham maior preocupação com o bem-estar e qualidade ambiental, como no bairro Jardim Flamboyant. Porém, ao entrevistar a população residente em bairros de baixa renda, esse autor constatou que eles possuem outras prioridades, como a implementação de infraestrutura urbana, escolas, postos de saúde etc., e por isso não priorizam questões referentes à arborização.

A Tabela 6 mostra a população dos bairros que possuem áreas verdes.

Tabela 6 - Bairros que possuem áreas verdes e suas respectivas populações

Bairros	População
Centro	10.071
Jardim Maria Queiroz	1.690
Horto	3.218
Flamboyant	1.506
Parque Gonçalves Dias	3.761
Total:	20.246

Fonte: IBGE (2010). Organizado pelo autor.

Ao analisarmos os dados da Tabela 6, nos chama a atenção o fato de apenas uma pequena parcela da população campista possuir espaços verdes em seus bairros. Assim, a população urbana de Campos, que está próxima de 418.565 habitantes (IBGE, 2010), fica em sua maior parte desassistida no tocante à presença de áreas verdes. Veremos, na próxima sessão deste trabalho, que muitas pessoas entrevistadas consideram que a cidade carece desses espaços e os qualificam de extrema importância para melhora da qualidade de vida.

Portanto, podemos afirmar, a partir dos dados apresentados e analisados, que as áreas verdes na cidade estão concentradas no setor central, o que dificulta o acesso de grande parte da população. Também foi constatado que os bairros que as possuem são os que apresentam maior valor do solo e maior média de renda domiciliar. Também é possível afirmar que a cidade como um todo carece de áreas verdes de uso público, que são de grande importância no espaço urbano devido aos benefícios sociais e ambientais que apresentam.

3.3 ANÁLISE QUALITATIVA DAS ÁREAS VERDES E A INTERAÇÃO SOCIAL

Como destacam Nucci e Cavalheiro (1999), as áreas verdes possuem várias funções, se constituindo em extrema importância para o ambiente urbano. Assim, os autores ressaltam que

A cobertura vegetal, diferente e muitos outros recursos da cidade, é relacionada pela maioria dos cidadãos mais com uma função de satisfação psicológica e cultural do que com funções físicas. Entretanto, pode-se citar várias funções desempenhadas pela vegetação na cidade, como estabilização de determinadas superfícies, obstáculo contra o vento, proteção da qualidade da água, filtração do ar, equilíbrio do índice de umidade, diminuição da poeira em suspensão, redução dos ruídos, interação entre as atividades humanas e o meio ambiente, fornecimento de alimentos, proteção das nascentes e mananciais, organização e composição de espaços no desenvolvimento das atividades humanas, valorização visual e ornamental, segurança nas calçadas (acompanhamento viário), recreação, quebra da monotonia das cidades, cores relaxantes, estabelecimento de uma escala intermediária entre a humana e a construída, caracterização e sinalização de espaços, etc. (NUCCI & CAVALHEIRO, 1999, p. 30).

Sendo assim, os autores evidenciam os vários benefícios das áreas verdes para a cidade. Entretanto, como foi debatido no capítulo 1, são justamente esses indicadores que vêm sendo utilizados pelos setores imobiliários para valorizar o solo urbano. Como bem destacou Gomes (2017) em sua pesquisa, tais indicadores de sustentabilidade necessitam serem vistos sob um viés crítico, pois, afinal de contas, as áreas verdes não estão distribuídas de forma homogênea pelo espaço urbano e conseqüentemente não são acessíveis a todos. Dessa forma, sempre é necessário questionar a quem esses indicadores servem, ao mercado imobiliário ou à população como um todo.

Deste modo, Gomes (2005) destaca que é importante que a população conheça e valorize a função da vegetação no espaço urbano.

É possível observar na bibliografia consultada, que a maioria dos autores aponta para o descaso e a falta de interesse de muitos órgãos públicos e de parte da própria população, no sentido de se conhecer a importância da vegetação no espaço urbano. Assim sendo, torna-se imprescindível que a população conheça e valorize os aspectos climáticos e biológicos que a vegetação desempenha e não somente perceba a árvore como elemento decorativo na cidade, podendo pressionar o poder público para que mantenha uma arborização eficiente (GOMES, 2005, p. 60).

Foram avaliadas qualitativamente as seguintes áreas verdes: Horto Municipal, Praça Nilo Peçanha (Jardim São Benedito), Praça dos Trovadores (Flamboyant), Praça Poeta Antônio Roberto Fernandes (Flamboyant), Parque Lagoa do Vigário, Praça Barão do Rio Branco (Jardim do Liceu) e Praça da República (praça da rodoviária). O trabalho

de campo foi realizado entre os meses de março e abril de 2019, durante duas semanas. Houve um pré-campo em novembro de 2018. O pesquisador estava portando material para redigir as observações e celular para fazer o registro fotográfico.

Assim, as áreas verdes foram avaliadas tendo como premissa os seguintes critérios: i) qualidade da vegetação (porte, quantidade e diversidade); ii) tratamento paisagístico; iii) qualidade e presença de equipamentos; iv) acessibilidade; e v) manutenção (limpeza e conservação).

Estes indicadores foram utilizados para analisar e comparar em que medida o poder público cuida das áreas verdes em questão, inclusive se prioriza o tratamento de determinados espaços em detrimento de outros. Os indicadores propostos foram utilizados por Gomes (2005) e Sant'anna (2017), quando avaliaram a qualidade das praças no espaço urbano de Ribeirão Preto e Campos dos Goytacazes, respectivamente. Estes autores avaliaram as praças nas suas diferentes funções como contemplação, recreação, lazer esportivo, lazer cultural, convívio social, serviços, circulação, cenário etc. Nesse sentido, as praças, dentre as várias funções que elas cumprem, a função de área verde é uma delas.

Assim, esses autores utilizaram indicadores distintos, porém o critério adotado para se avaliar a vegetação nesses espaços serão os mesmos adotados por Gomes (2005). O autor, ao avaliar a qualidade da vegetação nas praças as classificou em grande, médio e baixo porte e também avaliou se eram suficientes ou insuficientes nas praças. Na medida em que este trabalho tem como foco central as áreas verdes, só foram selecionadas as praças com uma presença considerável de vegetação e que não fossem em sua maior parte impermeabilizadas.

Para Gomes (2005), a acessibilidade é um fator de extrema importância, pois no cenário urbano atual, palco de inúmeras contradições, tanto sociais quanto ambientais, o lazer se torna elemento vital para o homem “moderno”, visto que contribui decisivamente para a melhoria da qualidade de vida. Por isso, o planejamento urbano deve privilegiar espaços públicos de fácil acessibilidade, com o intuito de favorecer todas as camadas sociais, dotando-os de equipamentos necessários ao desempenho de suas funções, inclusive de lazer (GOMES, 2005).

A diversidade de espécies é importante na medida em que, segundo Spirn (1995), a alta concentração de uma única espécie no universo de árvores de uma cidade pode causar uma situação de alta precariedade no sistema urbano. Este fato pode acarretar a perda de grande parte da cobertura vegetal em poucos anos devido às pragas

que atacam especificamente uma espécie predominante, trazendo altos custos econômicos e ecológicos para a cidade (SPIRN, 1995).

A presença de equipamentos como bancos, mesas, parque infantil, sanitários, bebedouros, lixeiras etc. é importante, pois como destacaram os autores estudados, as áreas verdes devem cumprir a função de lazer e contemplação. Banheiros também são importantes, pois geralmente as pessoas passam muito tempo no local. Foi relatado, inclusive por alguns frequentadores, que a presença de banheiros seria primordial em algumas praças. O gramado também deve estar bem cuidado e aparado, porque normalmente a população utiliza para a prática de piqueniques ou simplesmente para fins de lazer.

No que tange aos usos e a interação das pessoas com as áreas verdes foram realizadas entrevistas semiestruturadas, a fim de entender a importância desses espaços na vida dos habitantes citadinos e a interação deles com o ambiente em questão. Além disso, buscamos compreender a percepção que os usuários têm em relação à atuação do poder público frente a manutenção dessas áreas.

A seguir, encontram-se sistematizadas as análises qualitativas das áreas verdes do município.

3.3.1 Parque Lagoa do Vigário

Esse parque, criado em 2015 pela gestão da antiga prefeita Rosinha Matheus, surgiu com o discurso oficial de revitalizar a área do entorno da Lagoa do Vigário, criando um ambiente aprazível para a população de Guarus. A área onde hoje se encontra o parque era ocupada por moradores e a prefeitura realizou uma remoção com a finalidade de deslocá-los para o programa habitacional Morar Feliz. As questões da remoção são muito polêmicas, pois na maioria das vezes tiram a população de áreas onde elas já se habituaram e criaram vínculos, e levam elas para conjuntos afastados do centro urbano que são carentes de transporte, serviços, comércio etc. Porém, a propaganda veiculada pela prefeitura somente aponta benefícios para a população removida, ressaltando a propriedade da moradia e ter uma casa digna.

Figura 23 - Moradias ainda presentes no parque Lagoa do Vigário



Fonte: Dados do autor, 2019.

A seguir, destacamos um trecho da reportagem do dia da inauguração do parque Lagoa do Vigário.

O Parque Municipal Lagoa do Vigário se transformou em point de crianças, jovens e idosos. O local serve para a prática de atividades físicas, caminhada, para fotos, bate papo e curtidão com amigos e familiares. As famílias que residiam na área de invasão foram contempladas com casas do Programa Morar Feliz, a maioria no Parque Santa Clara.

E tem mais. Muitos grupos de amigos aproveitam para descansar embaixo das árvores, outros fazem piqueniques e muitos praticam exercícios físicos nos aparelhos instalados no parque, sem falar na prática do cooper. Já as crianças têm diversão garantida nos brinquedos na área infantil. Bicicletários também foram instalados no parque.

Quinze mudas de ipê, carambola e acerola foram plantadas no entorno do Parque Municipal pela Secretaria de Desenvolvimento Ambiental, através do Projeto Cidade Verde. Segundo o secretário Zacarias Albuquerque, o plantio contou com a participação de um dos moradores próximo, Daniel da Silva.

- Realizamos o plantio das mudas no entorno da lagoa, próximo da área de pesca, para promover sombra, flores e frutos, além de amenizar a temperatura para aqueles que ali estão. A participação dos moradores no plantio é muito importante, mostrando o quanto é necessário ter uma cidade rica em árvores, além de deixar as áreas da cidade mais verdes - disse o secretário.

Muitos anos antes do início do primeiro governo Rosinha Garotinho, as pessoas passaram a construir casas na beira da lagoa e, para que esse projeto de urbanização fosse desenvolvido, antes foi necessário retirar as pessoas do local. “Essas famílias foram para casas decentes do Morar Feliz, com rede de esgoto, ruas asfaltadas, água, luz, acessibilidade e toda dignidade”, disse

Zacarias Albuquerque (*SITE DA PREFEITURA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES*³⁰).

A propaganda do parque Lagoa do Vigário exaltava a beleza cênica da lagoa, a presença do verde e a criação de um espaço de lazer que poderia fornecer diversas atividades, se constituindo em um lugar aprazível para os moradores do entorno. O Secretário de Meio Ambiente da época ressalta a importância da arborização e a importância do poder público ter removido os moradores da margem da lagoa, transferindo-os para o programa Morar Feliz.

Todavia, a situação do parque hoje não é a mesma da época de sua inauguração. Agentes da prefeitura entrevistados reconhecem que o parque está malcuidado e que necessita de melhor manutenção. O agente público responsável pela implementação dos parques urbanos na reformulação do Plano Diretor argumenta que o parque Lagoa do Vigário não poder ser considerado necessariamente um parque, pois, em suas palavras

Não é um parque Lagoa do Vigário “né” [...] foi feito uma ponta na lagoa do vigário de desocupação de algumas edificações que ocupavam indevidamente a margem da lagoa assim como a maior parte do entorno da lagoa é ocupada indevidamente e houve o início de desocupação “né” com uma pretensão de se fazer um parque. É uma ponta onde a população tem algum acesso. Eu não sei hoje em dia como está “né” porque era uma área que não tinha sido totalmente tratada para o uso da população. Então eu não sei como é que anda isso lá porque já tem um tempo que eu não vou, mas não existe um parque qualificado, existe uma intenção de se fazer um parque. É importante que se entenda parque como algo como um elemento de proteção ambiental [...] então ali hoje por isso que eu não classifico como parque embora possa ter o nome neh embora nem tudo aquilo que se diz ou que se coloca o nome é de fato (AGENTE PÚBLICO).

Percebe-se, assim, que o governo atual da prefeitura não considera tão relevante a referida área. Isso pode ser comprovado pela situação em que encontramos os equipamentos urbanos, banheiro e o pouco cuidado com a limpeza.

Para Serpa (2013, p. 42), “o parque público é antes de tudo um espaço com alto valor patrimonial, contrariando o senso comum que idealiza esses equipamentos como bens coletivos e lugares da diversão, do entretenimento e da ‘Natureza socializada’”. Assim, o discurso oficial, como o apresentado no *site* de divulgação da prefeitura, apresenta um espaço para se ter ganhos ambientais, fornecer qualidade de vida para os habitantes do bairro, ter mais verde na cidade etc. Entretanto, esses discursos, como

³⁰ Disponível em: <https://campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=38456> Acesso em 02 ago. 2019.

bem salienta Serpa (2013), servem para mascarar interesses e acabar intensificando a valorização do terreno, o que favorece interesses privados.

Mas no caso do parque da Lagoa do Vigário, as questões apontadas por Serpa (2013) parecem não acontecer. Ao que tudo indica, o poder público não se importa com a qualidade paisagística e urbanística do parque. Além disso, a partir da lógica da produção urbana do município, apresentada no capítulo 2, o bairro em questão (na região de Guarus) não é alvo de especulação imobiliária, embora exista o projeto de um *Shopping Center* nas proximidades. Porém, isso só poderá ser confirmado a partir de desdobramentos futuros.

O parque se localiza em um local onde o transporte público é deficiente, possui uma arborização ainda em formação, os sanitários se apresentam em péssimo estado de conservação, a prefeitura não realiza um tratamento paisagístico no local e tão pouco realiza a manutenção dos escassos equipamentos instalados (parquinho e aparelhos de ginástica), muitos inclusive se encontram quebrados. Segundo relatos de uma frequentadora, os aparelhos de ginástica quando quebram, os próprios usuários consertam, pois o poder público não realiza a devida manutenção. No caso dos brinquedos infantis, todos estão danificados.

Os bancos existentes ao longo do parque para as pessoas sentarem já estão deteriorados. Além disso, a lagoa hoje se encontra muito poluída devido à captação de esgoto e lixo das casas ao redor. O ambientalista Aristides Soffiati, em uma entrevista ao *site* Folha Geral, proferiu a seguinte fala

O antigo governo apenas abriu uma brecha nas construções que cercam a lagoa como um tapume. Nessa brecha, foram colocados matacões de grama e pavimentada uma pista para pedestres. Mas não houve despoluição da lagoa, cujas águas estão contaminadas por esgoto e lixo em profusão (ARISTIDES SOFFIATI, JORNAL FOLHA GERAL, 17 ago. 2007).

Percebe-se, assim, que o parque Lagoa do Vigário ainda enfrenta sérios problemas estruturais que colocam em risco a própria existência da lagoa, visto a constante poluição.

Figura 24 - Vista do Parque Lagoa do Vigário



Fonte: Dados do autor, 2019.

Figura 25 - Esgoto a céu aberto e lixo às margens da lagoa. Ao fundo, a lagoa.



Fonte: Dados do autor, 2019.

Observa-se, através das Figuras 24 e 25, uma fraca arborização existente no parque.

Figura 26 - Estruturas infantis totalmente danificadas



Fonte: Dados do autor, 2019.

Figura 27 - Presença de animal pastando no parque



Fonte: Dados do autor, 2019.

Segundo o Subsecretário de Meio Ambiente, é comum o pastoreio de animais em áreas livres do município. Segundo ele, na maioria das vezes, a prefeitura tem que

cercar as áreas devido à falta de conscientização da população sobre essas questões. Esses animais pastando podem trazer alguns problemas para a população que frequenta o parque, como a proliferação de parasitas (carrapatos) e o mau cheiro dos excrementos.

3.3.2 Praça Barão do Rio Branco (Jardim do Liceu)

Essa é uma das praças mais antigas do município, sua criação data ainda do século XIX, do ano de 1860. O conjunto arbóreo é denso, composto de árvores de grande porte e suntuosas. No dia de visita à praça, que foi em um domingo de manhã, ela se encontrava com poucos frequentadores, porém durante a semana seu movimento é mais intenso devido à presença de alunos do Colégio Estadual Liceu de Humanidades de Campos, que se localiza bem em frente ao local.

Nessa praça foi observado muito lixo pelo gramado, como garrafas plásticas, papéis, embalagens etc. Os pouquíssimos frequentadores que estavam na praça relataram o estado de abandono da mesma. Disseram que alguns frequentadores, como os estudantes, costumam deixar muito lixo pelo local, o que na visão deles seria uma falta de conscientização ambiental. Também relataram que usuários de drogas e moradores de rua costumam fazer suas necessidades fisiológicas na praça e, assim, muitas pessoas foram deixando de frequentar o lugar. Destacaram o aumento da violência e ressaltaram que o poder público só cuida melhor deste espaço quando recebe eventos musicais, o que ocorre uma vez ao mês.

No que se refere à infraestrutura, percebemos que os bancos, coretos e passeios se encontram de forma geral em bom estado de conservação. Observamos, no entanto, que internamente os coretos se encontram muito sujos, acumulando lixo. Portanto, se essa praça fosse melhor cuidada, poderia se tornar uma opção de lazer para a população campista aos finais de semana.

Figura 28 - Aspecto arbóreo do Jardim do Liceu



Fonte: Dados do autor, 2019.

Figura 29 - Acúmulo de lixo no interior de um dos coretos



Fonte: Dados do autor, 2019.

Em relação à acessibilidade, o Jardim do Liceu se situa em uma área central, próximo a grandes vias de circulação, como a Avenida XV de Novembro e a Avenida Pelinca, além de estar localizado na Avenida Alberto Torres, que liga a região central à região oeste, conectando bairros como Parque Leopoldina, Pecuária e Nova Brasília. Logo, é bem servido de linhas de ônibus e também é acessível para quem transita de automóvel particular. Existem, ainda, pontos de táxi e de ônibus bem próximos à praça.

3.3.3 Praça da República (praça da rodoviária)

Na referida praça, o estado de abandono é mais grave. Esse espaço se constitui em uma área verde importante, pois se localiza na área central, próximo à rodoviária, o que poderia se tornar um ponto de descanso e contemplação, visto a grande circulação de pessoas nos arredores. Porém, foi observado que o local se encontra muito malcuidado. O gramado está sem aparar e, em alguns pontos, praticamente cobre os bancos. Foi observado muito lixo pela praça, como copos de descartáveis e pacotes de biscoito, indicando que o trabalho de limpeza pública não ocorre com frequência. No dia que o pesquisador visitou o local (domingo de manhã), só havia um casal frequentando esse espaço. Em alguns pontos da praça o piso se encontra bastante deteriorado.

Em conversa com alguns guardas municipais³¹ que estavam no local, foi relatado que a fraca atuação da equipe de limpeza está deixando a praça em situação de muita precariedade. Relataram, inclusive, que há indícios de foco de dengue em certos pontos da praça, em virtude da acumulação de lixo. Além disso, a própria Guarda Municipal alegou que durante a semana, principalmente à noite, muitos usuários de drogas circulam pelos arredores da praça, o que vem afastando seus frequentadores.

Em conversa informal com uma moradora do condomínio Duas Lagoas, mais conhecido como “Lacerdão”, que se localiza bem próximo ao local, foi dito que antigamente a praça era praticamente o *playground* do condomínio. Entretanto, com o constante descaso do poder público com a manutenção do espaço e com o aumento da violência, muitos moradores deixaram de frequentar.

Nesse local, a qualidade da vegetação é satisfatória, embora suas árvores não sejam tão suntuosas como no Jardim do Liceu. Existe, entretanto, certa diversidade de

³¹ Existe uma base da Guarda Municipal nessa praça.

espécies e as áreas permeáveis ocupam uma parte significativa do espaço. Nesse sentido, se atualmente essa praça não está cumprindo plenamente sua função de lazer (embora tenha potencial para isso), como uma área verde deve cumprir, ao menos exerce a função ecológica e paisagística, pois como destaca Loboda e De Angelis (2005), as áreas verdes no espaço urbano

São de extrema importância para a qualidade da vida urbana. Elas agem simultaneamente sobre o lado físico e mental do homem, absorvendo ruídos, atenuando o calor do sol; no plano psicológico, atenua o sentimento de opressão do homem com relação às grandes edificações; constitui-se em eficaz filtro das partículas sólidas em suspensão no ar, contribui para a formação e aprimoramento do senso estético, entre tantos outros benefícios. Para desempenhar plenamente seu papel, a arborização urbana precisa ser aprimorada a partir de um melhor planejamento (LOBODA & DE ANGELIS, 2005, p. 134)

Assim, é importante ampliarmos o debate sobre a importância das áreas verdes no espaço urbano no campo socioambiental. A Praça da República também possui quadra esportiva e pista de skate, porém a quadra se encontra com seus equipamentos esportivos muito deteriorados.

Figura 30 - Aspecto arbóreo da Praça da República



Fonte: Dados do autor, 2019.

Figura 31 - Equipamentos em péssimo estado de conservação



Fonte: Dados do autor, 2019.

Figura 32 - Aspecto do abandono da praça



Fonte: Dados do autor, 2019.

3.3.4 Praça Nilo Peçanha (Jardim São Benedito)

Podemos considerar o Jardim São Benedito como um dos espaços públicos mais importantes da cidade. Tanto por sua localização (central), quanto por todas as funções que agrega. O referido espaço exerce funções de lazer, estéticas, área verde, esportivas e inclusive culturais, pois sedia a Academia Campista de Letras. No dia de visita ao local, observamos a utilização do espaço na sua totalidade. As crianças brincavam nos parques, muitas pessoas espalhadas pelos bancos, muitos praticando esportes nas quadras cimentadas e de areia, famílias espalhadas pelo gramado fazendo piqueniques, presenciamos inclusive a presença de uma feira de artesanato no local, que ocorre sempre aos fins de semana. Foi observado, ainda, que ao redor do Jardim a população pratica corrida e caminhada.

O jardim possui uma boa qualidade arbórea e arbustiva, pois possui árvores de grande porte cobrindo quase todo o espaço, fornecendo bastante sombra e, conseqüentemente, conforto térmico para seus frequentadores. Percebemos a presença de muitos bancos ao longo do Jardim e diversos espaços esportivos, inclusive uma academia ao ar livre, inaugurada na gestão do prefeito Arnaldo Vianna, em 2000.

Os equipamentos infantis apresentam-se conservados. Existem brinquedos privados no local, como carrossel, minhocão e pula-pulas. Há a presença de sanitários, que estão em bom estado de conservação e guardas municipais encarregados de fazer a segurança. Mesmo com a presença dos guardas, alguns entrevistados relataram que não se sentem seguros no espaço, principalmente à noite.

O Jardim São Benedito se localiza em uma posição central. É relativamente próximo à rodoviária e também muito próximo à Avenida 28 de Março, que liga vários bairros da cidade e é passagem de várias linhas de ônibus. Portanto, consideramos que essa área verde seja bastante acessível tanto para quem transita de ônibus, quanto para aqueles que se utilizam de seus próprios veículos. Sant'Anna (2007) destaca a fácil acessibilidade da praça.

A Praça Nilo Peçanha, existente desde os anos 1850, já foi palco de comemorações juninas, como também de enforcamento de escravos e, atualmente, é uma das praças mais frequentadas da cidade, pois sua localização é de fácil acesso às principais vias de transporte particular e coletivo, e, também, pela gama de atividades que oferece (SANT'ANNA, 2007, p. 83).

Abaixo, observamos algumas imagens do local.

Figura 33 - Aspecto arbóreo e paisagístico do Jardim São Benedito. Ao fundo, o prédio da Academia Campista de Letras



Fonte: Dados do autor, 2019.

Figura 34 - Equipamentos infantis em bom estado de conservação



Fonte: Dados do autor, 2019.

Figura 35 - Parte dos frequentadores ocupando as quadras esportivas. Ao fundo, a verticalização do entorno



Fonte: Dados do autor, 2019.

3.3.5 Horto Municipal

Segundo o atual diretor do Horto, este foi criado em 1963 com a finalidade de ser um espaço de recreação e lazer para a população campista. O local apresenta árvores suntuosas e de grande porte, possuindo uma grande diversidade de espécies nativas e exóticas. Segundo um levantamento feito pela equipe da prefeitura, existe no local mais de 115 espécies, algumas frutíferas inclusive, como manga, amora, jabuticaba e coco. Esse é o local que apresenta maior quantidade e diversidade de espécies arbóreas.

No dia que o pesquisador esteve no local, os funcionários estavam realizando a manutenção. Segundo o diretor, o Horto conta com funcionários da prefeitura, que são responsáveis pela limpeza (coleta de lixo e varrição), ao contrário de praças como o Jardim do Liceu e a Praça da República, onde a limpeza é feita pela empresa Vital. Assim, o local se apresenta bem conservado, possuindo tratamento paisagístico de melhor qualidade, além de se encontrar muito limpo.

A estrutura do Horto também é adequada, pois conta com parque infantil em bom estado de conservação, banheiros, sala de leitura e bancos. É interessante observar que a sala de leitura, inaugurada no atual governo, também conta com um espaço lúdico com brinquedos infantis.

Esse local localiza-se próximo de condomínios de alto padrão (Bosque das Acácias, Bouganville, Condomínio Itacoatiara Horto e Privilége). Abaixo, apresentamos no Quadro 1 os condomínios citados e suas respectivas datas de criação.

Quadro 1 - Condomínios próximos ao Horto Municipal

Condomínios	Ano de criação
Condomínio Itacoatiara (Horto)	1981
Bosque das Acácias	1986
Bouganville	1987
Privilége	2004

Fonte: Dados coletados na Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade. Organizado pelo autor.

É interessante observar que todos os condomínios ao redor do Horto chegaram após sua implantação, o que nos leva a refletir sobre a possibilidade desses empreendimentos terem buscado áreas que apresentassem alguma amenidade ambiental. A partir das reflexões de Serpa (2013) e Gomes (2009, 2017) é possível afirmar que áreas verdes, como parques urbanos, têm atraído para seu entorno investimentos imobiliários de alto padrão.

No entanto, a acessibilidade a essa área é restrita, pois além de se localizar distante do centro, não possui linhas de ônibus que atendam a contento a demanda dos moradores. Muitos estudantes da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) que moram próximos reclamam da escassez e ineficiência de transportes coletivos para esse bairro. Assim, o local é frequentado principalmente pelas pessoas que moram próximas ou por aqueles que possuem carro.

Abaixo, podemos observar algumas imagens do Horto Municipal.

Figura 36 - Aspecto do tratamento paisagístico do Horto Municipal



Fonte: Dados do autor, 2019.

Figura 37 - Aspecto arbóreo do Horto Municipal



Fonte: Dados do autor, 2019.

3.3.6 Praça dos Trovadores

Essa praça, localizada no bairro Jardim Flamboyant, é muito frequentada por famílias com crianças aos finais de semana. Observamos a utilização da parte central da praça, que é cimentada, por jovens que praticam esporte. Ao redor da praça muitas pessoas realizam atividades físicas. O espaço apresenta árvores de grande porte e de variadas espécies. Foram identificadas algumas espécies frutíferas, como manga, jamelão e laranja. A espécie exótica flamboyant também aparece com certa frequência.

A praça possui parque infantil, porém não apresenta bom estado de conservação. Em alguns balanços, por exemplo, faltam assentos e o escorregador apresenta estruturas pontiagudas proeminentes, que podem ferir as crianças. Por isso, nos finais de semana os brinquedos particulares, como pula-pulas e estruturas infláveis se fazem muito presentes. Durante os finais de semana é grande a presença de vendedores ambulantes na praça, o qual comercializam doces, pipocas, bebidas etc. Os bancos e lixeiras estão bem conservados e se fazem presentes no local.

Segundo o relato de frequentadores, um banheiro faz muita falta. Algumas mães mencionaram nas entrevistas que falam para seus filhos não tomarem muita água antes de irem para a praça, por não ter banheiro. A Praça dos Trovadores se localiza bem próxima à Avenida 28 de Março, portanto é muito acessível. Porém, os ônibus que cortam o bairro apresentam poucos horários, o que dificulta a circulação dos moradores.

A seguir, podemos observar as imagens dessa praça.

Figura 38 - Aspecto arbóreo da Praça dos Trovadores



Fonte: Dados do autor, 2019.

Figura 39 - Aspecto do parque infantil



Fonte: Dados do autor, 2019.

3.3.7 Praça Poeta Antônio Roberto Fernandes

Essa praça também se localiza no bairro Jardim Flamboyant. É importante destacar aqui que, em apenas um único bairro, observamos a presença de duas praças bem arborizadas, enquadrando-se na categoria de área verde, enquanto na esmagadora maioria dos demais bairros as praças não foram capazes de cumprir essa função. Essa praça, no entanto, é bem menos frequentada do que a outra. Uma vendedora ambulante, que já trabalha nas duas praças há 28 anos, disse que isso ocorre devido a mesma ser cortada por uma avenida muito movimentada, que liga a parte central da cidade com o setor leste, conectando bairros como o Jockey e Novo Jockey. Assim, o tráfego é intenso nos arredores, o que causa uma certa apreensão das famílias de levarem seus filhos para esse local.

A qualidade arbórea e a diversidade de espécies são bem significativas. Há algumas espécies de árvores frutíferas, como jambo, manga, acerola e jamelão. Não há banheiros no local. O parque infantil e os bancos se encontram deteriorados, em situação pior se comparados ao da Praça dos Trovadores. Por serem feitos de madeira, muitas estruturas já se encontram apodrecidas, o que evidencia o descaso do poder público que não realiza a manutenção ou mesmo a troca dos equipamentos. Não foi observado lixo pela praça, o que mostra que a empresa responsável pela limpeza atua de forma incisiva. Comparada com a Praça dos Trovadores, o acesso a esta a partir de transporte coletivo é limitado, pois o ônibus que circula no bairro tem horários bem escassos. Além disso, essa praça se localiza no interior do bairro, ficando distante da Avenida 28 de Março, onde o acesso aos meios de transporte é mais eficiente.

A seguir, algumas imagens ilustrando a diversidade arbórea e a qualidade dos equipamentos.

Figura 40 - Aspecto da vegetação da Praça Poeta Antônio Roberto Fernandes



Fonte: Dados do autor, 2019.

Figura 41 - Banco da praça deteriorado



Fonte: Dados do autor, 2019.

Figura 42 - Brinquedo infantil apresentando fortes sinais de deterioração



Fonte: Dados do autor, 2019.

Ao redor dessas duas praças do Flamboyant, ergueram-se dois prédios de alto padrão. Esse fato corrobora o que vemos discutindo ao longo do trabalho, no que diz respeito ao fato de os promotores imobiliários se aproveitarem de espaços ajardinados e arborizados para intensificarem o preço dos imóveis. Nesse sentido, como foi abordado por Henrique (2009), o componente natureza, expresso em objetos como praças arborizadas, parques ou jardins, se torna um elemento de valorização e distinção no espaço urbano. Assim, os espaços destinados ao lazer, quer sejam parques ou praças públicas, quando bem equipados, contribuem para que os imóveis e terrenos no seu entorno se tornem mais valorizados. A seguir, apresentamos imagens de dois empreendimentos.

Figura 43 - Edifício em frente à Praça dos Trovadores



Fonte: Dados do autor, 2019.

Figura 44 - Edifício em frente à Praça Poeta Antônio Fernandes



Fonte: Dados do autor, 2019.

Assim, é possível concluir que as áreas verdes que se apresentam mais bem cuidadas e que apresentam melhor infraestrutura e um melhor conjunto de equipamentos são o Horto Municipal e o Jardim São Benedito. Ambas as áreas se localizam no setor central, segundo o mapa elaborado por Gomes (2015). Entretanto, o Jardim São Benedito está em um local mais acessível para a população. Esse espaço inclusive é o mais frequentado dentre todas as áreas verdes estudadas. O Horto Municipal, embora seja um espaço bem cuidado e bem equipado, ainda é pouco frequentado, seja por se localizar em uma área mais distante do centro ou por não ser bem servido de transportes coletivos. Deste modo, concluímos que esse espaço está mais acessível às pessoas que moram nos arredores.

Ainda, é possível inferir, a partir da tabela de valor do solo urbano, que as áreas verdes se localizam em locais onde o preço dos imóveis se apresentam mais elevados. Destacamos três questões já apresentadas ao longo do trabalho que apontam para essa tendência.

1- Os *folders* que utilizaram as áreas verdes como propaganda para a venda de empreendimentos, como foi visto no capítulo 2, em relação ao Jardim São Benedito e o bairro Jardim Flamboyant;

2- Os edifícios de alto padrão que foram construídos no entorno das duas praças do Flamboyant; e

3- A presença dos condomínios horizontais de alto padrão que se estabeleceram ao redor do Horto Municipal.

Essas são algumas evidências, que têm apontado em que medida o mercado imobiliário vem se apropriando de espaços urbanos mais arborizados, com a finalidade de tornar seus imóveis mais caros e mais atraentes para determinada parcela da população.

3.3.8 As entrevistas

Para as entrevistas com os usuários das áreas verdes, foram escolhidas as seguintes áreas verdes: Horto Municipal, Praça Nilo Peçanha (Jardim São Benedito), Praça dos Trovadores (Praça do Flamboyant) e Parque Lagoa do Vigário. O motivo da escolha desses locais foi por eles serem os mais frequentados pela população e também por se localizarem em bairros distintos. Por exemplo, o Jardim do Liceu, a Praça da República e o Jardim São Benedito se localizam no centro. Assim, dentre esses três,

escolhemos o Jardim São Benedito por esse possuir maior área, maior número de frequentadores e maior representatividade enquanto área verde.

Para a análise dos dados das entrevistas, tomamos como premissa o conteúdo explicitado nas falas, seja através de palavras-chave inseridas no nosso campo teórico ou mesmo as questões que se mostram de maior relevância para os objetivos propostos nesta pesquisa. A partir da análise de conteúdo, é possível detectar o que está sendo dito através do agrupamento de temas, buscando a apreensão de seus significados. Assim, é possível interpretar de forma crítica o conteúdo das declarações externalizadas.

Segundo Serpa (2013), as entrevistas se constituem em estudos empíricos que buscam explicitar as imagens permeadas de subjetividade da “natureza” na cidade. Tais entrevistas, na visão do autor, servem de base para formulação de uma linguagem intersubjetiva no planejamento urbano, ambiental e paisagístico, uma linguagem que possa servir de base comum para planejadores e leigos nos processos de produção do espaço urbano. Portanto, para que se haja um planejamento mais condizente com a realidade, é necessário que os planejadores urbanos realizem pesquisas com os cidadãos e entendam melhor sobre as necessidades, dilemas e sugestões levantadas por eles próprios.

As entrevistas foram realizadas no sábado, domingo e segunda-feira, durante dois finais de semana, entre os dias 27 de abril e 06 de maio de 2019. A entrevista foi semiestruturada e de caráter qualitativo (MARCONI & LAKATOS, 2007). O único lugar onde entrevistamos durante a semana (segunda-feira), foi no Parque Lagoa do Vigário. Estivemos três dias no parque (sábado à tarde, domingo de manhã e segunda de manhã), porém no domingo de manhã, este encontrava-se vazio. Fomos informados por um vendedor ambulante que em dias de semana pela manhã o local é mais frequentado devido às aulas gratuitas de treinamento funcional, ofertada por professores voluntários. O objetivo das entrevistas foi compreender a percepção dos usuários em relação à importância das áreas verdes no ambiente urbano, os usos que são feitos e a percepção que eles têm em relação ao cuidado do poder público com os referidos espaços.

Foram entrevistadas seis pessoas em cada local, totalizando 24 entrevistas. As perguntas foram:

1. Qual bairro mora?
2. Você acha que Campos tem áreas verdes suficientes?
3. Você acha que as áreas verdes são importantes? Por que?

4. Acha que a prefeitura cuida bem desse espaço?
5. Você se sente seguro frequentando esse espaço?
6. O que acha que poderia melhorar aqui?
7. Acha esse local acessível?
8. E se a prefeitura resolvesse cobrar?

A partir da primeira pergunta, podemos constatar que a maioria dos entrevistados vêm de outros bairros para frequentar as áreas verdes. Uma frequentadora da Praça dos Trovadores disse, inclusive, que sai do bairro Parque Gonçalves Dias (na região de Guarus) para frequentar a praça.

Todos os entrevistados acham que a cidade de Campos tem poucas áreas verdes. E todos concordaram que são muito importantes para a cidade.

Quando perguntados por que acham as áreas verdes importantes, as palavras que apareceram com maior frequência foram: natureza, verde e lazer. Alguns inclusive relataram a importância delas para o controle da poluição, como disse o usuário do Jardim São Benedito:

É importante, pois as pessoas precisam de área verde pra qualidade de vida. Tem muita poluição na cidade. Se não tivesse o Jardim, a cidade estaria mais prejudicada com a poluição. O Jardim purifica o ar [...]. É importante caminhar em locais arborizados, onde o fluxo de carros seja menor” (DOUGLAS, EDUCADOR FÍSICO, 33 ANOS, 2019).

Já um usuário da Praça dos Trovadores fez as seguintes considerações sobre áreas verdes.

É importante em função do crescimento da própria cidade, que vai modificando o espaço [...]. Tira o espaço da natureza, destrói o verde [...]. O verde dá qualidade de vida adequada. Dá o equilíbrio entre as construções e a natureza (LUCAS, ADVOGADO, 44 ANOS, 2019).

O lazer e espaço para ter onde passear e levar as crianças também foram citados. A maior parte dos frequentadores acham que a prefeitura não cuida bem dos espaços pesquisados. Todos reclamaram da falta de manutenção, do lixo acumulado e do abandono com o espaço público. Como foi mostrado na descrição dos espaços, de todos os lugares, a situação mais caótica é no Parque Lagoa do Vigário, onde todos os brinquedos infantis estão quebrados, o banheiro está completamente depredado, os bancos de concreto estão se desfazendo e o lixo se acumula pelos gramados.

O único local onde a maioria dos entrevistados concordou que o espaço estava bem cuidado foi o Horto Municipal. Como já analisado pelo autor, esse espaço é o que

se apresentou mais limpo e detentor de um melhor tratamento paisagístico nos dias da pesquisa.

Uma frequentadora do Jardim São Benedito relatou que

As calçadas estão muito irregulares, atrapalha a caminhada. No último vendaval caiu uma árvore, quebrou a calçada e até hoje a prefeitura não consertou (VERA, PROFESSORA, 45 ANOS, 2019).

Ao ser questionada sobre a manutenção da Lagoa do Vigário, uma usuária discorreu que

A prefeitura tem que cuidar mais daqui [...], tá muito largado, tudo sujo [...] tem que botar bebedouro, melhorar infraestrutura. Acho que no Jardim São Benedito a prefeitura cuida melhor. Precisa colocar guarda municipal aqui também, melhorar a vigilância (ROSANE, ESTUDANTE, 19 ANOS, 2019).

Em relação à segurança, todas as pessoas disseram que se sentem inseguras ao frequentarem esses espaços. Isso reforça o que Ivo (2012) observou em suas pesquisas sobre a disseminação da violência nas cidades e o consequente alastramento de condomínios fechados que oferecem lazer, áreas verdes e natureza com segurança. Assim, o discurso dos “enclaves fortificados” teria como premissa a oferta de muitos elementos desejados por grande parcela da população.

Rolnik (2000), no entanto, tece uma crítica a respeito da criação de espaços segregados para se promover o lazer. Para a autora, o urbanismo nas cidades contemporâneas priorizou as ilhas e os redutos de qualidade de vida, o que resultou em uma sociedade cada vez mais desconectada, bloqueada, sem possibilidade de circular pela cidade. Nem os próprios espaços privados, onde a qualidade de vida está preservada, vigiados diariamente, oferecem possibilidade de contatos. Os próprios oásis e guetos não estão seguros. Isso significa que quanto maior a diferença e o privilégio, maior é a exclusão, e quanto mais se intensifica a exclusão, mais violenta será a cidade (ROLNIK, 2000).

Lefebvre (2008) destaca que a questão da segregação é inerente à sociedade atual, que projeta a segregação para a prática. Assim, ela tende a se projetar em guetos ou *parkings*, como os dos operários, o dos intelectuais, dos estudantes ou dos estrangeiros, e assim por diante. “Na representação urbanística, o termo zoneamento já implica separação, tornando-se racionalidade no projeto” (LEFEBVRE, 2008, p. 103).

Outro ponto levantado pelos frequentadores é a presença de usuários de drogas nos locais e que esse seria um motivo que vem afastando muitas famílias com crianças. A seguir o relato de uma frequentadora da Praça dos Trovadores.

Eu venho muito aqui, mas não me sinto segura, principalmente quando escurece. Tem gente usando droga aqui [...]. Eu também costumava ir no

Jardim, mas lá tem muita gente esquisita, um povo muito estranho, de aparência estranha [...]. Acho que lá “tá” muito perigoso (LEILA, PROFESSORA, 37 ANOS, 2019).

Um frequentador da Lagoa do Vigário relata que

A gente “tá” perdendo espaço pro povo que usa droga [...]. Muita gente fumando aí pelos cantos [...], isso espanta as famílias que vem aqui com as crianças “né”, se tivesse um guarda, uma segurança, seria melhor. No começo aqui vinha muito mais gente, agora “tá” mais vazio. A guarda tem que ser mais atuante. Não tem policiamento nenhum (GERALDO, PEDREIRO, 38 ANOS, 2019).

Quando questionados sobre as melhorias que deveriam ser feitas no local, a maioria respondeu a respeito da segurança. Todos gostariam que tivesse mais fiscalização, maior presença de policiamento. Depois, as pessoas também citaram maior cuidado com a limpeza, tratamento paisagístico e mais brinquedos para as crianças. Um morador do Jockey, que estava frequentando a Praça dos Trovadores relatou

Acho que poderia ter uma quadra. Árvore já está bom. Precisa ter mais coisas pro lazer das crianças. Tem que melhorar a segurança também. Não tem quase nenhuma (ADILSON, FUNCIONÁRIO PÚBLICO APOSENTADO, 67 ANOS, 2019).

Uma frequentadora da Lagoa do Vigário também relatou que

Precisa de uma autoridade pra colocar ordem, colocar mais segurança pra não ficar tudo destruído. Já que investiram tanto nesse lugar (CREUZA, DO LAR, 65 ANOS, 2019).

Sobre a acessibilidade, a maioria respondeu que considera os locais acessíveis, porém todas as pessoas que moravam longe dos locais onde estavam frequentando, disseram que se não tivessem carro não iriam ao local. A questão do transporte, dessa forma, é um fator que limita a presença das pessoas nas áreas verdes. Nesse sentido, é necessário que elas sejam mais próximas dos moradores, sendo mais espalhadas pela cidade, a fim de garantir o acesso de todos, ou que sejam em locais onde a disponibilidade de transportes coletivos seja eficiente.

Todos os entrevistados foram contra a prefeitura cobrar ingresso para que haja a visitação. Todos relataram o caráter público desses espaços, e, na concepção delas, se é público, não deve ser cobrado. Destacaram também que pagam impostos e que a prefeitura tem uma arrecadação muito farta para manter ou criar esses espaços. Isso coloca em xeque o Plano Diretor, que ressalta que os parques podem ser construídos a partir de parcerias privadas e que existe a possibilidade de ser cobrado um valor para o acesso da população.

Um frequentador do Horto Municipal disse que

A prefeitura não pode cobrar pelo acesso às áreas verdes. Isso é inconstitucional. Todos têm direito ao meio ambiente, cobrar por ele seria inconstitucional (ANDRÉ, ENGENHEIRO, 35 ANOS, 2019).

A partir das entrevistas, podemos fazer a seguinte compilação. Sobre as características dos usuários, a maioria não reside no local que frequenta o espaço. A maioria vai justamente porque no seu bairro não tem e buscam áreas de lazer.

O parque Lagoa do Vigário é pouco conhecido pelos usuários de outros espaços, a maioria não sabe que ele existe. Até porque sua inauguração aconteceu mais recentemente, no ano de 2016. Todos os frequentadores da Lagoa do Vigário residem na região de Guarus, o que reforça a ideia que o poder público deve construir mais áreas verdes naquele local para atender essa parcela da população.

A maioria das pessoas entrevistadas no Jardim São benedito, no Horto Municipal e na Praça dos Trovadores tinham curso superior. Todas as pessoas entrevistadas não aceitariam pagar qualquer quantia pelo acesso às áreas verdes, caso a prefeitura resolvesse cobrar. Todos ressaltaram o viés público e gratuito desses espaços.

3.4 A EXPANSÃO URBANA E A PROPOSTA DOS PARQUES

Entre os dias 25 e 27 de fevereiro de 2019 ocorreram as plenárias relacionadas à revisão do Plano Diretor de 2008. O autor desse trabalho esteve presente na plenária sobre o parcelamento do uso do solo. Nessa plenária, foi bastante discutida a questão dos parques urbanos na cidade. O agente da prefeitura que ocupa hoje a função de Assessor de Gabinete do prefeito, apresentou um mapa no qual continha a proposta de três parques.

Um parque localizado na BR-356, sentido São João da Barra; o outro localizado no prolongamento da Avenida Arthur Bernardes, sentido UENF; e, por fim, um localizado no Parque Esplanada, ao longo da RJ-258, sentido São Fidélis. Esses parques fazem parte da elaboração do novo Plano Diretor e esse agente da prefeitura ficou responsável por sua implantação e por debatê-los coletivamente durante as plenárias.

Nesse sentido, resolvemos realizar uma entrevista com ele para conhecermos melhor a proposta da implementação dos parques. Na entrevista, questionado sobre o porquê da localização dos parques, o assessor deu a seguinte resposta.

De um modo geral são em áreas frágeis ou em áreas de alguma concentração de vegetação já que demonstram potencial “né”, e uma vocação pra serem

parques urbanos. Um que a gente fez por exemplo, foi na avenida Artur Bernardes, que tem uma concentração de vegetação ali no sentido UENF e aí nós fizemos a demarcação. O grande detalhe do parque [...] de todo o equipamento paisagístico, é o fator tempo, “né” porque você define hoje uma área qualquer que seja como parque urbano [...] se ela não tiver nenhuma vegetação, você vai ter que esperar pelo menos aí uns 20, 30 anos pra poder você conseguir enxergar [...] foi isso que a gente fez, primeiro considerando esse aspecto. O outro aspecto que considerou a demarcação desses parques foi em torno do potencial de uso em áreas de expansão urbana onde já existe ocupação sobretudo de parcelamento do solo e não há nenhuma qualificação ambiental em torno disso. Então para evitar esse tipo de situação, nós fizemos o lançamento de áreas também de conservação no contexto de parque urbano pra que assim que haja incremento dessas áreas, haja ocupação dessas áreas, já aconteça concomitantemente com a constituição do parque (ASSESSOR DE GABINETE DO PREFEITO).

Assim, nas palavras desse agente, um dos critérios de escolha foram zonas de expansão urbana. Deste modo, como foi dito, a implementação dos parques seria um fator de incentivo para própria expansão, que ao crescer em torno dele, já teria uma qualificação ambiental. Assim, ainda complementa que

Dois episódios importantes, a gente manteve o perímetro urbano e criou áreas diversificadas, de melhor potencial construtivo, porém infraestruturada com essa questão dos parques. Outra questão que nós fizemos foi a qualificação da extensão de vias ao longo dos canais por uma questão ambiental também pra poder manter as áreas de infiltração. Então a cidade tem possibilidades diferenciadas com o mesmo potencial de uso, só que passa a ter de forma qualificada com o parque, estruturada a partir do parque (ASSESSOR DE GABINETE DO PREFEITO).

Portanto, na visão desse agente público, o parque é visto como um vetor de melhor qualificação urbana, seja com a função de atrair investimentos, seja com a função de “qualificar” melhor o espaço do entorno. Nesse sentido, os parques urbanos se configurariam, como diz Serpa (2013), com o intuito de intensificar e valorizar o solo da área onde é implementado.

Serpa (2013) aponta que, de acordo com sua importância, seja simbólica e, ou econômica, os projetos dos grandes parques inserem-se na lógica do mercado mundializado e dos concursos nacionais ou internacionais. “Os novos parques são projetados e implantados por arquitetos e paisagistas ligados às diferentes instâncias do poder local, que se tornaram verdadeiras “grifes” do mercado imobiliário” (SERPA, 2013, p. 43). Como já abordamos no capítulo 2, à medida que Campos se insere na lógica econômica global, através de suas características de cidade média, e se tornando atrativo de capitais, os parques podem “coroar”³² e prestigiar determinados espaços da cidade, onde a lógica imobiliária busca atender a interesses de grandes incorporadoras.

³² Nos termos de Serpa (2013).

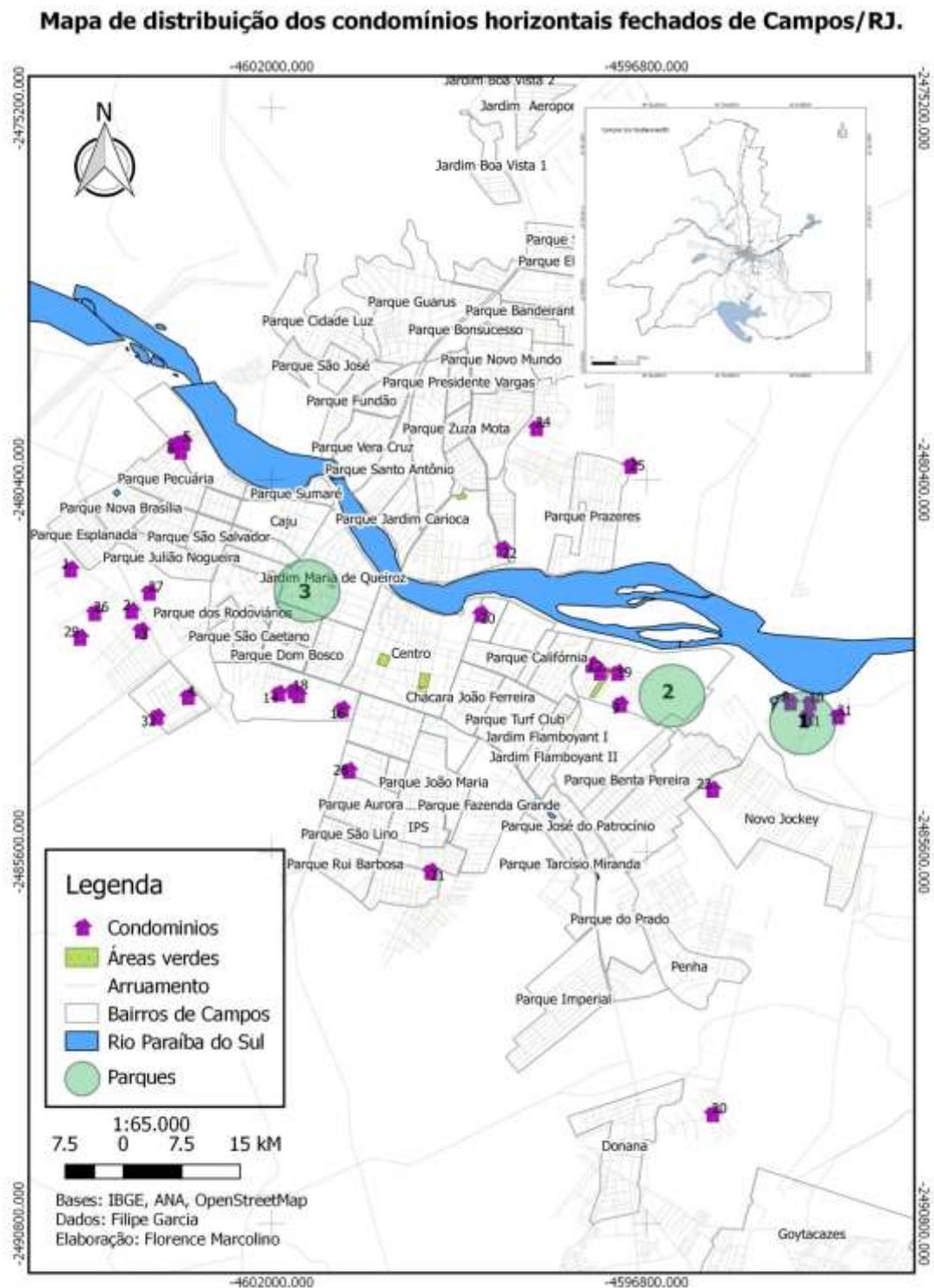
Zacchi (2012) verificou que a expansão urbana no município se dá sob as terras da antiga Usina do Queimado. Assim, essa expansão seria ditada pelos interesses do Estado e dos agentes fundiários privados, cujos interesses se pautam em estratégias políticas, principalmente relacionadas às leis urbanísticas, o que facilita a atuação especulativa dos promotores imobiliários urbanos, ocasionando uma valorização da área e pressão para conversão de terras rurais em urbanas. Com isso, a autora conclui que os condomínios horizontais fechados materializam a ocupação desse espaço periurbano, configurando um eixo de expansão valorizado da malha, o que reforça a ideia de uma nova concepção de moradia para as camadas de alto *status* (ZACCHI, 2012).

Nesse sentido, Zacchi (2012) identificou três vetores de crescimento urbano no município.

Podemos apontar três principais vetores de expansão urbana orientados pelos empreendimentos imobiliários fechados, os quais identificamos na pesquisa: o vetor 1, da RJ 258, rodovia que liga Campos ao município vizinho, São Fidélis; o vetor 2, da Avenida Alberto Lamego e da rodovia BR 356, trecho viário ligando Campos ao município de São João da Barra, e o vetor 3, da Avenida Dr. Nilo Peçanha e da rodovia BR 101, ligando a cidade à capital do Estado do Rio de Janeiro ao Sul e à capital do Estado do Espírito Santo ao Norte (ZACCHI, 2012, p. 82).

A questão colocada pelo poder público e que no nosso entendimento se torna motivo de preocupação, é que os três parques urbanos se localizarão preferencialmente em áreas de expansão urbana, áreas que hoje vêm se caracterizando pela expansão de condomínios fechados. A constituição dos parques nessas áreas pode favorecer ainda mais a especulação, priorizando os agentes fundiários privados e os promotores imobiliários urbanos, em detrimento do interesse de grande parte da população, o que pode agravar ainda mais o processo de segregação espacial em Campos.

Figura 45 - Localização dos condomínios horizontais fechados de Campos dos Goytacazes e a proposta dos parques urbanos



Fonte: CIDAC.
 Dados: Filipe Garcia.
 Elaboração: Florence Marcolino.

Assim, a partir da leitura do mapa na Figura 45, constatamos que os parques seguem a tendência de se localizarem próximos aos vetores de expansão urbana, apontados por Zacchi (2012). O terceiro parque se localiza justamente próximo ao vetor um, que liga Campos São Fidélis (RJ 258) e ao vetor três, que se localiza na Avenida Nilo Peçanha e segue em direção ao *Shopping Boulevard*. O parque um se localiza próximo ao vetor dois, na saída de Campos em direção à São João da Barra, uma área ocupada por quatro condomínios de alto padrão.

Já o segundo parque se localiza próximo ao Horto Municipal, também próximo de condomínios horizontais de alto padrão. Além disso, esse parque tem sua localização próxima à Avenida Arthur Bernardes, que liga a Avenida 28 de Março à Avenida Alberto Lamego. Ao longo dessa avenida, como já indicado por Gomes (2015), se encontra um grande potencial de valorização imobiliária, portanto uma área sujeita à especulação, que pode se intensificar ainda mais com a presença do parque. O autor convencionou a chamar essa área de “Arco da Valorização Fundiária”. Destacando que sua construção, ao contrário do que foi propalado por alguns pesquisadores, não teve como intenção desafogar o trânsito da Avenida 28 de Março, mas sim promover a valorização das antigas terras canavieiras. O parque novamente viria “coroando”³³ áreas sob intensa especulação.

Ao ser questionado sobre essas questões, o agente responsável pela implementação dos parques inferiu que

Sempre onde for o planejamento, pra onde for o planejamento, ele vai se deparar com as questões relacionadas ao capital imobiliário, e o planejamento ele tem que ser bom pra cidade. Nós entendemos que essas demarcações pra área de parques urbanos, concilia esses dois interesses (população e mercado imobiliário), primeiro porque faz a reserva e demarcação do parque, ou da área pra ser parque, segundo porque demarca um zoneamento pra um melhor uso do mercado imobiliário, porém infraestruturado, e ai qualificado pela questão verde, pela questão ambiental. Então no nosso entendimento, ela concilia todos esses interesses, e é possível agradar tanto a um quanto a outro (ASSESSOR DE GABINETE DO PREFEITO).

É interessante avaliar a fala do assessor à luz do que vem sendo abordado nesse trabalho. Quando ele diz que as áreas ao redor do parque serão qualificadas pela questão do “verde” e pela questão ambiental, corrobora com Serpa (2013), Gomes (2009, 2017) e Henrique (2009), que dizem que a implementação de parques, praças ou outras áreas verdes na cidade vem sendo usadas como instrumento de valorização de determinadas áreas. Além disso, destaca que o zoneamento feito a partir da implementação dos

³³ Nos termos de Serpa (2013).

parques propiciará um melhor uso pelo mercado imobiliário. Assim, reverbera o que temos discutido ao longo do escopo do trabalho sobre quem teria “direito à natureza”, pois os parques sendo localizados em áreas distantes e em processo de valorização, não estariam acessíveis às populações periféricas, tanto espacialmente, quanto financeiramente, pois elas estariam alijadas do processo de aquisição dos imóveis próximos ao parque.

A questão do transporte e da acessibilidade também deve ser pensada como elemento estruturante, pois garantiria o pleno uso pela população local. Assim, concordamos com Ayala Filha *et al.* (2018), quando destaca que o poder público deve instalar toda a infraestrutura e garantir a acessibilidade de áreas verdes e espaços públicos de lazer, de modo que todos os habitantes tenham direitos iguais em usufruir desses espaços. A autora ainda destaca que a distribuição desses espaços deve ser compatível com a demanda de usuários e os deslocamentos desses usuários até esses espaços devem ser facilitados.

Sobre a garantia de oferta do poder público de todos os equipamentos do parque, de modo que garantam acesso totalmente gratuito, o Assessor de Gabinete ressalta que

O parque urbano pode ser feito em parceria com a iniciativa privada essa é a ideia. Por isso que está sempre associado o entorno do parque além do sistema viário, áreas de grande potencial construtivo mesclada com áreas de menor potencial construtivo para que haja um arranjo “né”, como é feito, os empreendimentos podem oferecer a contrapartida por exemplo de qualificação ambiental a partir dos parques. A questão é que nunca tem nada de graça. Você pode identificar aquilo ou oferecer aquilo como de graça, mas ela sempre tem um custo “né” [...] se a gente pegar a história recente de São Paulo com relação aos parques urbanos todos eles estão sendo terceirizados, porque se esgotou o argumento [...] que não é factível do de graça. Isso tem um custo. Tanto tem um custo que o poder público não aguentou mais, manter. E é oneroso bastante oneroso. Tanto é que passou a oferecer a partir de licitações públicas a terceirização de manutenção e uso desses parques (ASSESSOR DE GABINETE DO PREFEITO).

A questão da parceria entre público e privado é controversa, pois pode gerar um custo para a população. Em uma cidade marcada pela segregação social, desigualdade de renda e escassez de áreas verdes, essa estratégia não nos parece uma boa opção para tornar os espaços livres públicos mais acessíveis e democráticos. Assim, Rolnik (2000) destaca que até o momento viemos caminhando de acordo com um modelo de cidade que nega a possibilidade de uso do espaço público e intensifica a privatização da vida, o fechamento da homogeneização dos espaços e que está nos levando à desorganização social e ao caos urbano. É preciso implementar uma política de investimento muito clara na retomada da qualidade do espaço da cidade, na retomada da sua multifuncionalidade

e beleza, na retomada da ideia de uma cidade que conecta usos, funções e pessoas diferentes em segurança. Esse modelo não só é urgente para quem defende uma posição mais democrática de utilização do espaço público, da vida pública, mas também porque é mais sustentável (ROLNIK, 2000).

Durante as entrevistas com os usuários, percebemos claramente o descontentamento quando se levantou a possibilidade de o poder público resolver cobrar o acesso às áreas verdes. Assim, na visão dos entrevistados, esses espaços são públicos e seu acesso deve ser totalmente gratuito.

Concordamos com a visão de Rolnik (2000), quando a autora diz que para melhorar o espaço público, há necessidade de uma política anti-exclusão, o que significa organizar a heterogeneidade, e não fugir dela. Significa organizar, defender e fomentar a convivência entre pessoas diferentes, diminuindo a segregação e as distâncias sociais, suprimindo os guetos, atuando com solidariedade, como uma coletividade que amplie, incentive e aumente a comunicação entre os projetos de vida pessoais e coletivos. Assim, a promoção de espaços livres, áreas verdes, praças, bosques e jardins devem ser cada vez mais presentes no espaço urbano, com o objetivo de humanizar e democratizar o espaço. Visto nessa ótica, o lazer coletivo se torna um instrumento anti-exclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa da pesquisa realizada e analisada ao longo desse trabalho, consideramos que as áreas verdes no município de Campos apresentam-se de forma insuficiente no tecido urbano e tendem a se concentrar em determinadas áreas específicas – principalmente na área central –, não atendendo, assim, a cidade de forma geral. Além disso, as áreas verdes identificadas nessa pesquisa e que foram objeto central da mesma, datam de períodos remotos, desde o final do século XIX até o início da década de 1960, quando a população da cidade e a mancha urbana possuíam proporções reduzidas, se comparadas ao período atual. O que nos leva a concluir que o poder público atualmente não vem priorizando a criação de áreas verdes face às novas dinâmicas e transformações socioeconômicas.

A partir da análise dos investimentos públicos no período selecionado, constatamos que o poder público construiu e reformou muitas praças, inclusive gastando vultuosas quantias. Porém, essas não puderam ser consideradas como áreas verdes pois, a partir do trabalho de campo, constatamos que o componente vegetativo se apresentava de forma insuficiente.

Ao buscarmos identificar e analisar as áreas verdes na cidade de Campos para a delimitação do estudo, percebemos que o poder público não possui de forma clara uma definição a respeito desses espaços. A partir das análises realizadas nas entrevistas, os agentes públicos não apresentaram de forma consensual quais seriam as áreas verdes em Campos dos Goytacazes, e tão pouco em que medida o poder público vinha cuidando desses espaços. Essa falta de informações acabou gerando algumas dificuldades durante a pesquisa, principalmente no tocante ao levantamento de dados sobre gastos públicos no Diário Oficial. Assim, tendo como base um escopo teórico sobre a definição de áreas verdes, foi possível delimitar esses espaços na área urbana e buscar uma investigação a respeito dos investimentos públicos nas áreas selecionadas.

A partir das entrevistas realizadas nas áreas verdes, podemos perceber que a população como um todo preza por esses espaços, sempre destacando a importância da verde e da natureza para a promoção de qualidade de vida. A maioria das pessoas entrevistadas relataram, no entanto, que esses espaços são muito raros em Campos e que a cidade deveria priorizar a criação de mais áreas verdes. A partir dos referenciais teóricos utilizados no decorrer do trabalho, vimos que um dos benefícios das áreas

verdes é de interferir na esfera psicossocial humana, propiciando sensação de conforto frente ao estresse cotidiano da cidade.

Constatamos também que o setor imobiliário se apropria de determinados espaços verdes da cidade para promover e vender seus imóveis a partir do apelo de direito à “natureza”. Esse fato foi constatado em lugares como o Jardim São Benedito e o bairro Jardim Flamboyant. Apesar dos espaços verdes na cidade de Campos serem bastante restritos, os agentes imobiliários ainda buscam se utilizar do apelo ambiental para promover seus empreendimentos.

Contudo, à medida que foi observada a escassez de áreas verdes em Campos, os agentes imobiliários tendem a enclausurá-la cada vez mais nos espaços privados. As áreas periurbanas se tornam, assim, lugares de grande interesse do mercado imobiliário. Essa questão nos leva a afirmar que as áreas verdes, tão escassas no espaço urbano e também malconservadas, favorecem o discurso dos condomínios privados que tendem a reforçar o discurso segregacionista e exclusivista das áreas verdes e de lazer. Isso resulta em uma cidade ainda mais segredada e excludente, pois tende a promover um pensamento individualista; aqueles que desejam ter acesso a um ambiente mais aprazível, mais “verde”, com mais qualidade de vida, devem ocupar áreas privadas, fortificadas, como os condomínios fechados. No entanto, é importante ressaltar que não são todos que podem pagar por essa exclusividade, pois para se ter uma propriedade em condomínios que fornecem todo o conforto e “natureza”, é necessário fazer parte de um seleto grupo social detentor de uma alta renda.

Nesse sentido, nos questionamos: se a população desejar acessar áreas verdes, estar em contato com a “natureza”, seriam os condomínios fechados o único meio de acessá-las? Para se ter lazer ao ar livre, contemplação, o único meio será ter que pagar por um lote ou uma casa nos enclaves fortificados? Dessa maneira, estaríamos negando o direito à natureza na cidade. Deve-se democratizar o lazer, pois ele humaniza o espaço urbano. As reflexões teóricas apresentadas ao longo do trabalho apontam para uma tendência de exclusividade do acesso à natureza, uma natureza que está restrita a quem pode pagar. É nesse sentido que o poder público deve priorizar a criação de espaços verdes e de lazer que estejam ao alcance de todos, que sirvam a população em geral.

Percebemos que o município de Campos, mesmo possuindo uma legislação urbanística específica, como lei orgânica, Plano Diretor, lei de uso e ocupação do solo, não conseguiu avançar na oferta e disponibilização de áreas verdes na cidade. É de suma importância, nesse sentido, que os trabalhos acadêmicos continuem

acompanhando os desdobramentos das políticas ambientais urbanas no município, a fim de desvendar e decodificar os diferentes interesses que perpassam por essa temática. No contexto capitalista atual, onde a cidade está inserida na lógica “neoliberalizada”, é preciso estarmos atentos para ações do Estado e verificar de fato se elas priorizam políticas de inclusão e democratização dos espaços públicos, ou se atendem apenas a interesses econômicos que acabam provocando mais segregação e desigualdades.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. **In:** ACSELRAD, H. (org.). Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 13-35.
- ACSELRAD, H. Sentidos da sustentabilidade urbana. **In:** ACSELRAD, H. (org.) A duração das cidades: Sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- ALVARENGA F. M.; PEDLOWSKI, M. A. Analisando os impactos da concentração de recursos e serviços na área do quadrado mágico sobre o processo de segregação sócio-espacial em Campos – RJ. **CONFLICT**, Campos dos Goytacazes, RJ, 2010
- ARAÚJO, R. de S.; AGUIRRE, C. F. Espaços públicos: Áreas Verdes em Campos dos Goytacazes E São João da Barra - RJ. **Perspectivas Online: Humanas e Aplicadas**, v. 3, n. 8, p.56-76, set. 2013.
- BARTALINI, V. Áreas verdes e espaços livres urbanos. **Paisagem e ambiente**. Edusp: São Paulo, 1986.
- BENINI, S. M.; MARTIN, E. S. Decifrando as áreas verdes públicas. **Revista Formação**, v. 2, n. 17, p.63-80, 2010.
- BRASIL. **Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979**. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6766.htm>. Acesso em: 12 dez. 2018.
- BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. 2 ed. Porto Alegre: Zouk, 2011.
- BUCCHERI FILHO, A.T.; NUCCI, J. C. Espaços Livres, Áreas Verdes e Cobertura Vegetal no Bairro Alto da XV, Curitiba - PR. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 18, p.48-59, 2006.
- CALDEIRA, T. P. do R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.
- CAMPOS DOS GOYTACAZES. **Lei nº 7.974, de 10 de dezembro de 2007**. Institui a Lei de Parcelamento do Solo do Município de Campos dos Goytacazes. Campos dos Goytacazes, RJ.
- CAMPOS DOS GOYTACAZES. **Lei nº 7.975, de 10 de dezembro de 2007**. Institui A Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano do Município de Campos dos Goytacazes. Campos dos Goytacazes, RJ.
- CAMPOS DOS GOYTACAZES. **Lei nº 7.972, de 31 de março de 2008**. Institui o Plano Diretor do Município de Campos dos Goytacazes. Campos dos Goytacazes, RJ, 31 mar. 2008. p. 1-122. Disponível em: <<http://www.campos.rj.gov.br/plano-diretor.php>>. Acesso em: 5 dez. 2018.

CARNEIRO, P. R. F. Água e conflito na baixada dos Goytacazes. **Revista de Gestão de Água na América Latina**. Vol 1, n2, Jul/Dez 2004.

CARVALHO, I. C. M. Paisagem, historicidade e ambiente: as várias naturezas da natureza. **Confluence**, vol. 1, p. 136-157, 2009.

CORRÊA, R. L. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, M. E. B. (org.) **Cidades Médias: espaços em transição**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

COSTA, A. N., ALVES, M. G. Monitoramento da expansão urbana no município de Campos dos Goytacazes – RJ, utilizando geoprocessamento. **Anais do XII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto**, Goiânia, GO, 2005.

CRUZ, J. L. V. Os desafios do Norte e do Noroeste Fluminenses frente aos grandes projetos estratégicos. **Vértices**, v. 9, n. 1/3, p. 43-50, 2007

FALCÃO, D. A. **À espera de Morar Feliz: entre a remoção e o reassentamento do programa habitacional Morar Feliz, um território da espera**. 111f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais). Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, RJ, 2011.

FARIA, T. P. As reformas urbanas de Campos e suas contradições. O plano de 1944: uma nova ordem social e urbana. **CD-ROM dos Anais do 6º Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**. Natal - RN. 2000. Online

FREITAS, K. P. S. **Produção e apropriação do espaço urbano de Campos dos Goytacazes, RJ: da residência unifamiliar aos edifícios de apartamentos**. 150f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais). Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, RJ, 2011.

GOMES, M. A. S. **As praças de Ribeirão Preto – SP: uma contribuição geográfica ao planejamento e à gestão dos espaços públicos**. 204f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2005.

GOMES, M. A. S. **Parques Urbanos de Ribeirão Preto-SP: Na produção do espaço, o espetáculo da natureza**. 317f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2009.

GOMES, M. A. S. A produção e a valorização desigual do espaço urbano em Campos dos Goytacazes-RJ: uma análise das ações do estado e dos promotores/incorporadores imobiliários. **Geografares**, p.28-41, Janeiro-Julho, 2015.

GOMES, M. A. S. **Análise dos critérios técnicos “indicadores de sustentabilidade” em projetos de grandes parques urbanos (Rio de Janeiro/Brasil e Lisboa/Portugal)**. 105f. Relatório de Estágio de Pós-Doutoramento. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2017.

HALL, P. **Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e dos projetos urbanos no século XX**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.
- HARVEY, D. **Justice, Nature and the Geography of Difference**. Oxford: Blackwell Publishers Ltd, 1996.
- HENRIQUE, W. **O direito à natureza na cidade**. Salvador: EDUFBA, 2009. 186p.
- IBGE Cidades. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=330100&search=rio-de-janeiro|campos-dos-goytacazes>> Acesso: 05 abr 2019
- IVO, A. B. L. **Jardins do Éden: Salvador, uma cidade global-dual**. Caderno CRH, Salvador, v. 25, n. 64, p. 131-146, jan. /abr. 2012.
- LEFÈBVRE, H. **O direito à cidade**. 3 ed. São Paulo: Centauro, 2004.
- LEFÈBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Ed. Humanitas, 2002.
- LEITE, M. A. F. P. A paisagem, a natureza e a natureza das atitudes do homem. **Paisagem e ambiente: ensaios**. São Paulo, n. 4, p. 45-66, 1992.
- LEMOS, L. M. *et al.* Impactos sócioterritoriais da implantação do Porto do Açú. **Anais do XVI Encontro Nacional dos Geógrafos**, Porto Alegre (RS), 2010
- LOBODA, C. R.; DE ANGELIS, B. L. D. Áreas verdes públicas urbanas: conceitos usos e funções. **Ambiência: Revista do Centro de Ciências Agrárias e Ambientais**, [s.i], v. 1, n. 1, p.125-139, jun. 2005.
- MANHÃES, V. R. R.; ARRUDA, A. P. S. N. A expansão dos condomínios horizontais privados em Campos dos Goytacazes – RJ. **XVII ENANPUR**, São Paulo, SP, 2017.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de Pesquisa. In: MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007. Cap. 9. p. 174-213.
- MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O.; VAINER, C. e MARICATO, E. **A cidade do Pensamento único. Desmanchando consensos**. Petrópolis-RJ, Vozes, 2013. P. 121-190.
- MARTINEZ-ALIER, J. **O ecologismo dos pobres**. São Paulo: Contexto, 2007.
- MENDES, J. T. N.; GOMES, M. A. S.; SIQUEIRA, A. M. M. Políticas públicas, moradia popular e o Programa Morar Feliz em Campos dos Goytacazes-RJ: Uma análise acerca da favela Margem da Linha. **Revista Libertas**, v.14, n.1, p.37-56, 2014.
- NUCCI, J. C.; CAVALHEIRO, F. Cobertura vegetal em áreas urbanas – conceito e método. **Geosp**, n 6, p.29-36, Agosto, 1999.

NUCCI, J. C. **Qualidade ambiental e adensamento urbano: um estudo de ecologia e planejamento da paisagem aplicado ao distrito de Santa Cecília (MSP)**. 2ª ed. Curitiba: O Autor, 2008. 150 p.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

POULANTAZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. 4 Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

RODRIGUES, A. M. A matriz discursiva sobre o “Meio Ambiente”: produção do espaço urbano – agentes, escalas, conflitos. **In:** CARLOS, A. F. A. et al. (orgs.) *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2013.

ROLNIK, R. O lazer humaniza o espaço urbano. **In:** SESC SP. (Org.). *Lazer numa sociedade globalizada*. São Paulo: SESC São Paulo/World Leisure, 2000

SANT’ANNA, A. G. S. **As praças e os conteúdos das desigualdades sócio-espaciais urbanas em Campos dos Goytacazes – RJ**. 2017. 156 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2017.

SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre a ciência**. Porto: ed. Afrontamento, 1998.

SANTOS, R. B. **Rochdale e Alphaville: formas diferenciadas de apropriação e ocupação de terra na metrópole paulistana**. São Paulo, 1994. Tese (Doutorado em geografia) – FFLCH – Universidade de São Paulo, 277 p.

SERPA, A. O espaço público na cidade contemporânea. 2. ed. São Paulo: **Editora Contexto**, 2013. 205 p.

SINGER, P. O uso do solo urbano na economia capitalista. **Boletim Paulista de Geografia**. 57: 77-131, dezembro de 1980. São Paulo: AGB São Paulo.

SILVA, V. C. da. **O papel do público e do privado na distribuição de amenidades ambientais. Um estudo de caso sobre a arborização pública em Campos dos Goytacazes**. 2001. 146 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Políticas Sociais, Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2001.

SPIRN, A. W. **O Jardim de Granito**. 1ª ed. São Paulo: EDUSP, 1995. 345p.

SWYNGEDOUW, E. Cidades, coesão social e o meio ambiente: justiça urbana ambiental ou ecologia POLITICA? **In:** CASTRO, J. E. et al. (Orgs) *Tensão entre justiça ambiental e justiça social na América Latina: o caso da gestão da água*. Campina Grande: EDUEPB, 2017.

SOUZA, M. L. de. **O lugar das pessoas nas agendas “verde”, “marrom” e “azul”: sobre a dimensão geopolítica da política ambiental urbana**. Disponível em: <<https://passapalavra.info/2014/12/101245/>> 2014.

SPOSITO, M. E. B. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. **In:** SPOSITO, M. E. B. (org.) Cidades Médias: espaços em transição. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

TELLES, V. Sociedade Civil e a construção de espaços públicos. **In:** DAGNINO, E. (org.). Anos 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 91-102.

TERRA, D. C. T. **Uma leitura espacial da apropriação desigual das rendas petrolíferas em Campos dos Goytacazes.** 231f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2007.

VASCONCELOS, P.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. (orgs.) **A cidade contemporânea: Segregação espacial.** São Paulo: Contexto, 2013. p. 15-93.

VILLAÇA, Flávio. Centro Urbano. **In:** VILLAÇA, F. **Reflexões sobre as cidades brasileiras.** São Paulo: Studio Nobel, 2012. PP. 89-169.

ZACCHI, R. C. **O papel dos proprietários fundiários e do estado no processo de conversão de terras rurais em urbanas e na produção de loteamentos fechados: Campos dos Goytacazes/ RJ (1980-2011).** 170f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais). Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, RJ, 2012.